

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

JAIR CÉSAR MATURANO FERREIRA

Praça Roosevelt: possibilidades e limites de uso do espaço público.

São Paulo - SP
2009

JAIR CÉSAR MATURANO FERREIRA

Praça Roosevelt: possibilidades e limites de uso do espaço público.

Dissertação apresentada ao Depto. de Geografia da Universidade de São Paulo como exigência do Curso de Pós-graduação stricto sensu. Área de concentração: Geografia Humana.

Orientador(a): Prof^a Dra. Glória da Anunciação Alves.

**São Paulo
2009**

JAIR CÉSAR MATURANO FERREIRA

Praça Roosevelt: possibilidades e limites de uso do espaço público.

Dissertação apresentada ao Depto. de Geografia da Universidade de São Paulo como exigência do Curso de Pós-graduação stricto sensu. Área de concentração: Geografia Humana.

Orientador(a): Profª Dra. Glória da Anunciação Alves.

São Paulo, _____ de _____ de 2008.

Banca Examinadora.

Agradecimentos

Como disse certa vez Thomas Mann, “[...] Essas coisas não têm que ver com as medidas e raciocínios. É puramente questão de sentimentos” – em uma dissertação de mestrado essa é possivelmente a única página que não envolve medidas e raciocínios, porque nos nossos agradecimentos aqueles que amamos e nos são essenciais só pode conter questões de sentimentos. Dedico essa dissertação a minha amada mãe Elvira Braz, que sempre foi a maior representação desse sentimento que damos o nome de amor, obrigado mãe! Algumas pessoas vão se tornando essenciais em nossas vidas e já não nos vemos sem elas, como o querido Pedro Tair; outras pessoas não importa a distância, nunca deixam de ser a sua melhor amiga, como você Terezinha Guedes. Agradeço também ao carinho do meu pai Jair Maturano, da minha querida irmã Eliana, meus sobrinhos adoráveis Guilherme e Beatriz. Minha tia Cida que também acompanhou esse árduo e sofrível caminho até aqui. Minha mais nova amiga Ana Ferreira que algumas vezes já me salvou. Meu primo Fábio, apesar do temperamento. Dona Eulina. E a minha avó por afeto, Glória. São constelações de luz na minha vida, obrigado amores meus.

**Essa etapa da minha vida dedico a todos
E a minha orientadora Glória,
aquela que faz misturar raciocínios e sentimentos.**

**À memória de minhas saudosas avós
Izabel Maturano Ramos
e Iraci Braz.**

RESUMO

Praça Roosevelt: possibilidades e limites de uso do espaço público.

Propomos um enfoque sobre a requalificação da Praça Roosevelt na perspectiva da produção do espaço relacionando os campos da dominação e o da apropriação. As transformações nos usos e funções dos lugares revelam o movimento do capital reestruturando a cidade a sua imagem. Propomos uma análise do espaço público enfocando como o mesmo é absorvido pelos diferentes ciclos do capital. Neste sentido, a Praça Roosevelt pode ser entendida como metonímia dos ciclos de modernização que configuraram a própria metrópole. Entre o campo da dominação política e da acumulação do capital temos que o espaço público caminha no sentido do controle e da privatização, perdendo seu caráter de efetividade social. No embate entre propriedade e apropriação emergem os conflitos no espaço público. Embora a tendência seja uma limitação do uso de forma cada vez mais recrudescedora, enquanto possibilidade, a vida social pode se insurgir reclamando seu lugar no espaço público.

Palavras-chaves: Espaço Público, Produção do Espaço, Praça Roosevelt, Revalorização Urbana, Apropriação.

ABSTRACT

Roosevelt Square: possibilities and limits on the use of public spaces.

We propose a focus upon the recovery of Roosevelt Square within the prospect of producing space within the contexts of possession and appropriation. The transformations in the uses and functions of these spaces reveal the movement of capital, restructuring the city in its fashion. We propose an analysis of public spaces focusing on how they are absorbed within different cycles of capital investment. In this sense Roosevelt Square may be understood as a synecdoche of the cycles of modernization that have shaped the metropolis. Between the fields of political power and that of accumulation of capital we would have to say that public spaces are moving in the direction of control and privatization, losing their character in terms of social importance. In the battle between property acquisition and public appropriation conflicts emerge within public spaces. Although the trend is for ever more persistent limitation of their possible uses, social activities may take place there, reclaiming their place in public spaces.

KEY-WORDS: PUBLIC SPACES, PRODUCTION OF SPACE, ROOSEVELT SQUARE, URBAN RENEWAL, APPROPRIATION.

Sumário

Introdução.....	1
1 – Praça Roosevelt: suas origens, transformações e perspectivas.....	12
2 - O processo de expansão urbana.....	33
2.1 – A importância do automóvel na produção do espaço urbano.....	39
2.2 - Exame do memorial do projeto da Praça Roosevelt de 1968.....	48
23 - A importância da cultura na produção do espaço urbano.....	52
2.4 – Palco Roosevelt: a cultura como mercadoria vedete.....	56
3 – O espaço público na cidade contemporânea.....	87
3.1 – Perspectiva teórico-metodológica: entre o público e o privado.....	87
3.2 – A produção capitalista do espaço público e a segregação socioespacial.....	96
3.3 – A problemática urbana inscrita na Praça Roosevelt: local-mundial.....	102
3.4 – Posição contra os tecnocratas: “os históricos” x “os demolidores”	110
As considerações finais da vida cotidiana na Praça Roosevelt.....	142
Bibliografia.....	157
Anexos.....	160

Introdução:

Esta pesquisa realiza uma discussão sobre o espaço público na perspectiva da produção do espaço, procurando fugir de uma leitura estritamente funcionalista do mesmo e caminha para uma análise das determinações espaciais na constituição, produção e reprodução do mundo moderno - tese aberta por Henri Lefebvre e desdobrada por outros estudiosos da cidade e do urbano. O espaço não como mero receptáculo das relações sociais de produção, mas como nível de determinação da produção e também produto – num sentido filosófico mais amplo.

Ao produzir as condições da sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. Como aponta a geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos (2001, p.12), “[...] a análise geográfica do mundo é aquela que caminha no desvendamento dos processos constitutivos do espaço social”. A reprodução das relações sociais de produção exige, em cada momento da história, condições especiais para a sobrevivência e o desenvolvimento do capitalismo - que se dá pela ocupação e (re)produção do espaço - que vai sofrendo continuas reestruturações produtivas que podem ser lidas a luz da crítica à economia política do espaço.

Parte-se do exame das transformações nos usos do lugar para desvendar os processos constitutivos do espaço urbano na sua relação com as diversas escalas espaciais. A análise do processo de produção do espaço público justapõe vários níveis de realidade que articulam o campo da dominação ao campo da apropriação – como a dominação política, a acumulação do capital e a realização da vida. É através desse movimento que será possível pensar a problemática urbana inscrita na Praça Roosevelt e desvendar as suas particularidades dentro do processo mundial de intervenções urbanas que tomam o Centro das grandes cidades mundiais.

Regressando historicamente, temos que, as primeiras intervenções urbanas que dizem respeito ao ordenamento da cidade datam de meados do século XIX. Vários fatos históricos vão determinando e influenciando política e economicamente o processo de urbanização da “cidade do café e dos imigrantes”. São gestadas as primeiras legislações urbanísticas ditadas pelos preceitos dos saberes ditos modernos (arquitetura e urbanismo, paisagismo, engenharia, medicina sanitária etc.); bem como, vão sendo implementadas as primeiras intervenções

urbanas no sentido de organizar o rocio da cidade. Todavia, fica evidente que a aprovação de determinadas leis de terras, códigos urbanísticos e toda a atuação política da câmara iam de encontro aos interesses das entidades e negócios familiares - fundamentando a propriedade privada do solo urbano.

Os processos históricos que levaram a urbanização de São Paulo dizem respeito à própria história da formação social e econômica brasileira que mesmo guardando suas particularidades recebeu forte influência externa. Autores como Pierre Mombeig e Caio Prado Jr. explicam a formação sócio-econômica brasileira através das entidades familiares, dos negócios familiares, nos séculos XIX e XX; mostrando como a elite se pôs política e economicamente açambarcando áreas do rocio através da propriedade privada e da erigção de novas leis fundamentado uma estrutura urbana estratificadora que promovia a separação da miséria da abundância como fundamento social mercantil. Ou seja, “[...] a acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, trabalho pesado, escravidão, ignorância, brutalidade e degradação mental no outro pólo; isto é, no lado da classe que produz seu próprio produto na forma de capital.” (Marx, 1967, vol. 1, cap.25).

Nesse panorama tínhamos que os detentores de terras que não comprovassem a sua propriedade ou que não obedecessem aos códigos urbanísticos e do fisco, tinham essas terras desapropriadas e açambarcadas como públicas. Em determinado momento da urbanização algumas dessas datas desapropriadas foram transformadas em praças e parques, ou seja, o espaço residual tornado público está intrinsecamente ligado ao estabelecimento da propriedade privada do solo urbano. O espaço público sob o controle e a ordenação do poder público representa os interesses privados na sociedade burguesa capitalista desde a sua fase mercantil, trazendo no bojo uma tradição política patrimonialista e de clientelismo.

As intervenções urbanas implementadas pelo poder público por meio das obras de melhoramentos ou através da legislação, procuraram adequar os espaços públicos da velha cidade colonial às novas exigências requeridas pelas inovações dos meios de transportes, em que se destacaram os bondes e, depois, o ônibus e o automóvel.

As normas de zoneamento foram orientadas para atender ao consumo do espaço, isto é, para a promover a valorização imobiliária dos bairros residenciais da população de alta renda e para manter o controle estético e social sobre a área central e o comércio que interessava as elites paulistanas.

As praças dos núcleos coloniais brasileiros concentravam todos os edifícios administrativos e cívicos: a casa da redenção, câmara, cadeia, praça do pelourinho. A praça foi o centro irradiador da cidade. Portanto, guarda a história dos processos constitutivos da própria cidade que se expande no movimento que marca o começo da modernidade - indo de uma urbanização concentrada em direção a uma urbanização mais dispersa e fragmentada.

Em cada momento histórico os ciclos do capital vão condicionando a urbanização da cidade que passa a categoria de metrópole. Essa trajetória em direção a expansão urbana é que retira do Centro original a sua condição de representar a modernidade que o processo de industrialização passava a exigir. O Centro, cuja unidade se consolida nos anos de 1950, caracterizado pela contiguidade física e pela complementação funcional; vai sofrendo fortes intervenções principalmente em decorrência da estruturação viária implementada de 1930 até 1970. O projeto de modernização de São Paulo estava orientado para a formação de uma centralidade mais homogênea acarretando uma expansão urbana fragmentada por separações entre os espaços modernos e as periferias. A metrópole apresenta-se então: homogênea, fragmentada e hierarquizada. Com essa abordagem é que escrutinaremos as transformações nos usos da Praça Roosevelt. Com uma análise que não se limite a praça em si e ao seu entorno. A partir de uma análise que capture os fundamentos e os processos constitutivos mais amplos que envolvem essas transformações na sua relação local-global.

O uso revela o modo como os homens em determinado momento da história produzem as condições materiais da sua existência através da sua ação no espaço. No curso da história das cidades e do próprio desenvolvimento do capitalismo, o uso vai assumindo a “forma mercadoria” (onde o valor de troca prevalece sobre o valor de uso sem eliminá-lo completamente). A troca passa a mediar o acesso aos serviços e equipamentos urbanos e a mesma se dá mediante conflitos no espaço – num espaço que não é neutro. Nessa direção, o conflito se inscreve na produção do espaço, no embate entre o momento do racional (do

planejamento das estratégias estatais e privadas) e o da apropriação (como esfera de realização da vida humana) – enquanto contradição do espaço. É através da discussão do uso e da sua problemática que é possível inquirir sobre o espaço público e buscar uma geografia que analise a vida cotidiana nos termos em que Henri Lefebvre propõe em “O direito à cidade”.

Lefebvre enfatiza que somente a prática social poderia mudar a realidade fazendo retomar o reino do uso para além do valor de troca e assim promover a realização da vida urbana, nas próprias palavras do autor:

[...] Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida (...) Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca)[...] (LEFEBVRE, 2004, p.143).

Não se trata de retomar a cidade arcaica com já evidenciou Lefebvre e sim de proclamar a vida urbana dentro de uma centralidade renovada que permita o uso pleno e inteiro dos locais de encontro e de trocas dentro da cidade atual. Contudo, a racionalidade se impõe sobre a vida cotidiana afirmando o mundo da mercadoria como tendência. Lewis Mumford, evidencia a mesma tendência ao retomar a cidade na história, o autor aponta que

[...] a cidade, desde o princípio do século XIX, foi tratada não como uma instituição pública, mas como uma aventura comercial privada, a ser aperfeiçoado de qualquer modo que pudesse aumentar a rotatividade e fazer subir ainda mais os valores dos terrenos [...] (MUMFORD, 1998, p.461)

Essa “aventura” do capitalismo sobre a (re)produção do espaço, acentua a incorporação dos momentos e lugares da vida social pela forma mercadoria – sinalizando um movimento que vai do espaço de consumo para o consumo do espaço. Tese defendida por Henri Lefebvre que aponta como o capitalismo sobreviveu nas diferentes fases e tempos (desde a forma industrial competitiva do século XIX até a atual forma oligopolista e controlada pelo Estado) por meio da produção social do espaço. O autor começa por uma conceituação da vida cotidiana no mundo moderno e segue analisando a urbanização e o urbanismo

revolucionários, até chegar à tese sobre a produção social do espaço. Carlos (1999, p.186) reafirma e ratifica a tese da produção social do espaço dizendo que

O consumo do espaço se analisa no movimento de generalização da transformação do espaço em mercadoria, que impõe ao uso a existência da propriedade privada das parcelas do espaço. Assim, o processo de reprodução do espaço aponta para a tendência da troca sobre os modos de uso, o que revela o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço.

Na modernidade, o espaço público - na perspectiva da produção do espaço - aponta para o predomínio do privado sobre o público. Enquanto tendência, a apropriação social do espaço público pode ser inviabilizada muitas vezes pelas relações de propriedade. Trata-se de uma apropriação seletiva e diferenciada de espaços, que, em tese, deveriam possuir uma acessibilidade generalizada e irrestrita (deveriam ser acessíveis a todos). Todavia, temos uma apropriação sempre em vias de expropriação, ou seja, uma apropriação seletiva e diferenciada de espaços onde a exclusão social se coloca enquanto tendência. Também de encontro a essa tendência – do predomínio do privado sobre o público – podemos afirmar que ela sinaliza na direção da perda do sentido tradicional do espaço público enquanto lugar privilegiado para as relações sociais, reforçando o seu enfraquecimento frente o primado do privado, como expressa CARLOS (2001, p.353):

O esvaziamento do sentido e das possibilidades de apropriação dos espaços públicos assinalou a construção dos espaços semi-públicos em substituição à rua (é assim que os shopping centers proliferam e tornam-se centros de lazer). O espaço público se esvazia de seu sentido tradicional, lugar onde se desenvolve a vida de relações; agora o umbral da porta define o limite entre o público e o privado, redefinindo modos de “habitar na metrópole”.

O principal agente dessa transformação é o Estado, que, por sua vez, organiza a produção do espaço atendendo os interesses da acumulação capitalista. Sendo, que, também normatiza as relações sociais e as organiza a partir do consumo produtivo da cidade. Trata-se de um espaço da dominação (concebido pela convergência dos interesses estatais e privados) e, que, por sua vez, são rigidamente vigiados e controlados, apostos para atender e proteger os interesses da propriedade privada – base (condição e meio) para a reprodução do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva de análise, que, leva em consideração os interesses estatais e privados no processo de produção do espaço (também do

espaço público), é possível identificar em alguns lugares públicos - como nas praças e ruas - um uso liberado das coações impostas pela forma mercadoria? É possível uma apropriação do tempo-espaço do lazer no espaço público que permita a realização da vida urbana em sua plenitude?

Parte-se da hipótese de que a apropriação social do tempo-espaço do lazer é negada pela imposição de um lazer programado onde os interesses do privado prevalecem sobre o espaço público. O tempo livre é apropriado enquanto consumo do espaço e aponta para produção do espaço de lazer enquanto mercadoria, lazer programado e mediado pela e para troca. Nos dizeres de Lefebvre (1991), trata-se da “colonização do cotidiano”, a incorporação do tempo de não-trabalho ao mundo da mercadoria, mediada pelo processo de reprodução das relações sociais de produção. Todavia, para responder as questões postas anteriormente e tentar desvendar o sentido de realização da vida é preciso refletir sobre o espaço do vivido. É refletindo sobre o espaço do vivido que Henri Lefebvre discursava sobre o sentido da rua em – Do Rural ao Urbano (1973, p.181):

A rua arranca as pessoas do isolamento e da insociabilidade. Teatro espontâneo, terreno de jogos sem regras precisas, e por isto mais interessantes, lugar de encontros e solitudes múltiplas – materiais, culturais, espirituais, a rua resulta indispensável.

É através do uso - do corpo, do tempo, do espaço - da apropriação do espaço urbano propriamente dito, seja do espaço público e até mesmo subvertendo as funções e normatizações dos espaços semi-públicos, que mediante atos práticos pode-se liberar o uso das coações do mercado e do Estado. O espaço público – a rua, a praça etc. – é precisamente o lugar do encontro-desencontro e das solitudes múltiplas, lugar da festa, lugar do conflito, lugar onde a vida se realiza. Através da prática sócio-espacial é possível subverter o uso normatizado e as funções dos lugares e impor um outro uso aos equipamentos urbanos. Na Praça Roosevelt (recorte de estudo dessa dissertação), por exemplo, temos a apropriação dos vários ângulos da sua arquitetura que foi projetada e concebida com um rigor funcional (onde os espaços foram programados para determinadas e específicas funções) tendo o seu uso, temporariamente, subvertido por outras. Usos que dizem respeito a lazeres não previamente determinados e vão ao extremo de usos que revelam a própria “negatividade do urbano” (das manobras dos praticantes do *skate* que tomam conta da arquitetura de concreto da praça ao uso como dormitório pela

população em condição de rua). Todavia, a apropriação aparece, por assim dizer, como condição necessária à reprodução da vida e se revela no e através do uso. Uso que também revela as precárias condições de vida da população desvalida dos centros das grandes metrópoles da periferia do mundo capitalista. Se por um lado, o uso produz identidade e aponta o sentido da vida urbana – insurgência do uso que diz respeito à apropriação social do espaço público na cidade, por outro, revela uma estrutura urbana estratificada que é concebida negando a própria esfera de realização da vida para grande parte da população urbana sem poder de escolha.

A análise de Odette Seabra (1996) converge e destaca, que é no cotidiano, nos embates entre o concebido e o vivido, que emergem as insurgências do uso - uso que não cabe nas prescrições da propriedade. A produção do espaço é concebida obedecendo aos preceitos da propriedade privada do solo urbano - implicando precariedade de vida aos não proprietários e as parcelas da população urbana sem poder de escolha - que precisam reivindicar o seu “direito à cidade” através dos movimentos sociais. É na vida cotidiana que esses conflitos se tornam explícitos e os embates entre o concebido e o vivido emergem. E retomando o pensamento de Henri Lefebvre (2004): o autor afirma que somente através da prática social tais insurgências do uso poderiam mudar a realidade – são as resistências - as insurgências do uso como possibilidade de retomar o uso acima e além da forma mercadoria proclamando a realização da vida urbana.

A Praça Roosevelt e o seu entorno imediato comportavam/comportam usos e funções que foram sendo transformados com o passar do tempo. Alguns usos e funções remontam ou antecedem a sua gênese formal (praça esta inaugurada em 25/01/1970) e ainda estão presentes na vida cotidiana da praça e do lugar (Consolação e República); outros usos e funções foram sendo produzidos e incessantemente novos usos e funções vão sendo requeridos. A reestruturação produtiva da cidade vai (re)inserir a praça e as atividades que já existiam/existem na região dentro da totalidade desse processo – local e mundial.

O objeto de estudo se confronta com momentos históricos diacrônicos/sincrônicos reveladores de discursos e ações distintas, mas que encadeiam o mesmo processo – o da reprodução capitalista na cidade e frente ao mundo. Momentos estes, evidenciados e apoiados, primeiro pelo discurso

desenvolvimentista que teve alento com a gestão de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e o apogeu durante o período do chamado “milagre brasileiro” (1968-1973); e no presente, pelo discurso da valorização cultural das localidades frente à competição das cidades, posta pela mundialidade do capital e gerida pelo Estado.

As transformações nos usos do lugar revelam um movimento de valorização que inclui a desvalorização e novamente a (re)valorização como estratégia da reprodução e acumulação capitalista. Neste sentido, a Praça Roosevelt pode ser entendida como metonímia dos ciclos de modernização que configuraram a própria metrópole.

Vive-se a crise da cidade, crise do próprio capitalismo, que busca estratégias de (re)produção do capital sobre a mediação do Estado para conter a queda do lucro médio. Insere-se, nesse contexto, a reestruturação produtiva do espaço urbano, onde o Estado se reforça (re)formulando estratégias políticas que induzem a acumulação capitalista e a sua (re)produção através da ocupação do espaço – da (re)produção do espaço. O embate permanente entre propriedade e apropriação coloca acento no espaço, nas contradições do espaço. Entre a dominação e a apropriação é que se buscará analisar os diversos níveis da realidade, onde o Estado coloca-se a serviço da acumulação capitalista negando/reduzindo a realização da vida humana. Na vida cotidiana é que esses conflitos tornam-se explícitos, pois no discurso formulado pelo Estado, representação e realidade não coincidem. O estudo de caso proposto buscará trazer elementos que comprovem as hipóteses postas por esta dissertação e que também sejam reveladores/potencializadores de novas questões – como, por exemplo – qual o papel do espaço público na cidade contemporânea?

O que se pretende com essa dissertação não é eleger categorias de análise e sim através do método buscar a totalidade e o ponto fundante da contradição (da problemática inscrita no espaço): a primazia do privado sobre o público na produção do espaço, reduzindo o sentido da cidade como condição da reprodução do poder ou do capital esvaziado do seu sentido humano. Tendo a Praça Roosevelt (como recorte para o estudo), o objetivo do trabalho é analisar a produção do espaço público examinando as possibilidades da sua apropriação social num panorama onde a tendência é a da exclusão social posta por uma reestruturação produtiva como estratégia de uma revalorização urbana na área central da cidade.

A dissertação segue estruturada em três capítulos: com um movimento que parte do princípio da urbanização da cidade, no final do século XIX, que fundamenta a propriedade privada do solo urbano (a cidade concentrada); segue apontando como a presença da indústria e a opção pelo transporte rodoviário ditaram as intervenções urbanas (principalmente no tocante à implementação das obras viárias) que sinalizaram a expansão urbana da cidade de São Paulo. Processo que consolida a verticalização do Centro nos anos de 1950 e a dispersão e fragmentação da metrópole nos anos de 1970. O movimento abarca fenômenos simultâneos e complementares que apontam de um lado o mercado imobiliário seguindo os eixos viários implementados de 1930 até 1970: com a construção de condomínios residenciais, centros empresariais, shopping centers e parques temáticos; paralelo a expansão precária da periferia e do recrudescimento das condições de vida também no Centro de São Paulo. O capítulo dois fecha com o movimento que vai da desvalorização da área central iniciada nos anos de 1970 e 1980 para retomar a discussão sobre a revalorização urbana dos anos de 1990 em diante. A dissertação, no último capítulo, aborda as transformações do espaço público na cidade contemporânea: primeiro realizando uma revisão conceitual sobre o tema e depois entrando nas particularidades do local de estudo abordado na sua relação local-global.

O primeiro capítulo, intitulado **“Praça Roosevelt: suas origens, transformações e perspectivas”**: versa sobre o exame das transformações nos usos do lugar regressando aos processos constitutivos que fundamentam a formação social e econômica brasileira desvendando suas particularidades frente ao mundo. É feito o exame dos fundamentos da segregação socioespacial em São Paulo para um encaminhamento capitular posterior que buscará explicar as transformações no espaço público em São Paulo, no Brasil, no Mundo. Este primeiro capítulo tem por finalidade descrever e examinar o objeto de estudo de uma forma preliminar encaminhando o aprofundamento do exame teórico para os capítulos sequenciais.

No segundo capítulo, intitulado **“Os ciclos do capital e a expansão urbana de São Paulo”**: são analisadas as intervenções urbanas ocorridas nesse ponto da área central e os seus significados dentro dos processos de reestruturação produtiva no movimento que explica a própria expansão urbana. Apoiado nos estudos de Henri Lefebvre, David Harvey, Edward Soja, Neil Smith, Heitor Frúgoli Jr.

e Ana Fani Alessandri Carlos, principalmente, é trabalhada de forma dialética a tríade valorização/desvalorização/revalorização do espaço urbano compreendendo três períodos distintos: os anos 70 abarcados pela influência da indústria automobilística na produção do espaço, os anos 80 abarcados na perspectiva do “mito da decadência da área central”, e, a década de 90 aos dias de hoje, abarcada pela perspectiva da difusão localizada do cultural como estratégia produtiva para o centro das grandes cidades mundiais. A Praça Roosevelt é entendida como uma metonímia desse processo, não isolando a parte pelo todo, mas na relação que a parte tem com o todo. Ainda nesse capítulo, com o subtítulo **“Palco Roosevelt: a cultura como mercadoria vedete”** - é abarcada parte da pesquisa de campo, fazendo um tratamento da cultura como mercadoria privilegiada da nossa época nos termos nos quais Guy Debord coloca em seu clássico livro “Sociedade do Espetáculo” e também apoiado no livro de Henri Lefebvre “A Vida Cotidiana no Mundo Moderno”. Retomamos ao mesmo tempo, as reflexões de Otília Arantes sobre o primado da cultura nos processos de revalorização urbana na atualidade e atentamos para as advertências de David Harvey (2001) de que - a cultura não é um gênero qualquer de mercadoria como aquela do plano das fábricas, pois pertence a um plano mais elevado da criatividade e do sentido humano, e, assim sendo, requer inquirição cuidadosa e escrutínio matizado, como o autor mesmo coloca. Este capítulo explica a influencia dos teatros sobre as transformações espaciais da Praça Roosevelt e estabelece a relação entre o consumo cultural e a revalorização urbana apontando dados concretos onde a pesquisa particular se encontra com a teoria.

No terceiro e último capítulo, intitulado **“O espaço público na cidade contemporânea”**: através da revisão teórica sobre o tema analisando parte da obra de alguns autores como Henri Lefebvre, Marilena Chauí, Olgária Matos, Hannah Arendt, Jurgen Habermas e Walter Benjamin, principalmente, partiremos para a uma análise das categorias público-privado no sentido que vai do fetiche da mercadoria ao fetiche da democracia apontando as possibilidades e os limites da apropriação social do espaço público na cidade contemporânea. Autores como Ângelo Serpa, Paulo César da Costa Gomes, Oscar Sobarzo, Teresa Pires do Rio Caldeira, Ana Fani Alessandri Carlos, Odette Carvalho de Lima Seabra, Glória da Anunciação Alves e Amelia Luisa Damiani fornecem contribuições essenciais para o estudo do tema (dentro da própria geografia) – encerrando olhares convergentes ou divergentes uns dos outros. Neste capítulo final o resultado empírico da pesquisa de

campo é tratado teoricamente pela inquirição da revisão bibliográfica dos autores citados. Neste capítulo é analisada as condições e os interesses que envolvem a requalificação urbana (da Praça Roosevelt). O espaço público é focado pela análise dialética entre os campos da dominação (dominação política, acumulação do capital) e o da apropriação (esfera de realização da vida) apontando assim as suas possibilidades e limites na cidade contemporânea. Este capítulo se escreve retomando o movimento percorrido nos capítulos anteriores para reafirmar o tema do espaço público na cidade contemporânea e ao mesmo tempo aponta as considerações finais. O capítulo não fecha o debate e sim abre caminhos para a reflexão do espaço público no mundo moderno. A dissertação finaliza realizando as considerações finais sobre as contradições da problemática inscrita na Praça Roosevelt dando enfoque a vida cotidiana (aos aspectos que dizem respeito a apropriação social do espaço público).

1 – Praça Roosevelt: suas origens¹, transformações e perspectivas.

A cidade tem o direito de progredir. Eu tenho o direito de não gostar daquele tipo de progresso. Tenho o direito de ficar decepcionado se não encontro lá, aquilo que eu antes encontrava. (João Cabral de Melo Neto)

A Praça Roosevelt é resultado de uma intervenção urbana relativamente recente que data de 1970. O ponto fundante que explica o processo de constituição do bairro da Consolação, no qual a praça está inserida, possui sua gênese mais regressiva na fundação da Igreja Nossa Senhora da Consolação em 1799.

Fig 1 - Fotografia aérea do perímetro da Praça Franklin Delano Roosevelt



Foto: Wanderlei Celestino / Fonte: prefeitura.sp.gov.br acesso em 01.06.2008

¹ O sr. Rubens Reis (Gerente de Intervenção Urbana da EMURB) colaborou com a nossa pesquisa fornecendo o projeto da EMURB para a praça de 1996 e o atual projeto finalizado agora em 2009. Todas as informações sobre a história da praça, do bairro e da região são baseados nos textos de autoria do próprio Rubens Reis. Agradecemos a enorme colaboração prestada neste sentido. Outras fontes também foram checadas para basearmos os nossos relatos, como por exemplo: ARROYO, Leonardo. Igrejas de São Paulo: História dos Templos e Santuários Paulistanos. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1954. Moreira, Roberto José. Renda da Natureza e Territorialização do Capital: Reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 4, jul./1995b. CAIO PRADO JR. História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense, 1945.

Para abarcamos enquanto processo contínuo e em toda a sua totalidade as transformações nos usos do lugar, neste caso, a Praça Roosevelt e, por sua vez, a formação do próprio bairro da Consolação, regressaremos aos processos constitutivos pretéritos que explicam o movimento da urbanização da cidade, tendo por foco, analisar o sentido das transformações que se processaram nesse local do Centro de São Paulo.

O surgimento do bairro deu-se a partir do Caminho do Piques. Esta era uma importante rota dos tropeiros que partiam do Largo da Memória, situado às margens do rio Anhangabaú e se dirigiam à oeste, por onde se alcançava a freguesia de Pinheiros e, mais além, Sorocaba. Após a construção da Capela da Consolação à margem do Caminho de Pinheiros, o bairro tomou o nome do orago² do templo, como era da tradição. Por sua vez, a rua da Consolação também emprestou a mesma nomeação - inclusive aparece com esse nome no “Mapa da Imperial Cidade de S. Paulo”³ de 1855.

Com a instalação da capela o local firmou-se como ponto de referência, passagem e parada para os tropeiros; a Capela da Consolação era o local onde eles se confraternizam com as suas famílias antes de viajarem para a feira de gado de Sorocaba, ou para os engenhos de cana-de-açúcar de Itú, na rota que já era percorrida desde o final do século XVIII.

Com o desenvolvimento do bairro e pela exigência dos devotos a Igreja foi reformada em 1840. Concomitantemente, caminhos tortuosos foram sendo retificados, pântanos drenados e novas ruas foram sendo implementadas mediante a

² Um **orago** (português europeu) ou **padroeiro** (português brasileiro) é um **santo** ou anjo a quem é dedicada uma povoação, ou um templo (**capela**, **igreja**, etc). A palavra descende de **oráculo**, que significa a resposta de um deus. Na legislação que estabelece a simbologia associada às **freguesias portuguesas**, surgem frequentemente menções aos oragos dessas freguesias. Este facto tem dois significados: por um lado, tem o significado religioso de **estender** a "protecção" do santo para lá do templo, a toda a freguesia; por outro lado é um arcaísmo que reflecte nos dias actuais as origens antigas das freguesias. Com efeito, embora hoje uma **freguesia** seja uma instituição de carácter político e administrativo, exclusivamente subordinada aos poderes civis, a sua origem é a **paróquia** católica, que constituiu em tempos a malha mais fina de administração em **Portugal**.

³ MAPPA da IMPERIAL CIDADE de S PAULO/Levantada particularmente para os meus servisas (sic) geodésicos e hidráulicas/a Carlos Rath – 1855. Autor: Carlos Rath. Fonte: Original pertencente ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Museu do Ipiranga). É a última planta da cidade, antes da construção da linha férrea da São Paulo Railway, realizada entre 1860 e 1867. Como o nome indica, destinava-se a estudos sobre as condições de abastecimento de água e as cotas, para permitir cálculos sobre as possibilidades de se fazerem chegar ao Centro as águas de reservatórios localizados em pontos mais altos, fora do que era então e cidade. Destaque especial é dado ao Tanque Reúno (chamado da legenda de "Tanque riuno") e ao Tanque Municipal, no atual bairro do Paraíso, nas cabeceiras do Anhangabaú.

desapropriação de alguns terrenos. No local realizavam-se as festas religiosas, como a lavagem do santo, em que a imagem de São João Batista era mergulhada no tanque Reiuno – lugar de abastecimento de água da população local - localizado nos fundos da propriedade de Dona Veridiana e Martinho Prado. A Igreja era o ponto de agremiação da população e de onde irradiava o desenvolvimento do próprio bairro da Consolação - uma escala local de uma relação escalar mais ampla - impulsionada pela economia cafeeira e pela disseminação dos ideais burgueses da vida moderna importados da Europa e depois dos EUA.

A rua da Consolação, no trecho que se estendia do Largo da Memória até à Igreja já contava com diversas residências, resultado de um maior parcelamento do solo urbano. Entre as mais importantes chácaras da cidade estava a de Dona Veridiana e Martinho Prado, com sede ao lado da Igreja, propriedade que se estendia da Rua da Consolação até o Ribeirão Saracura - constando da “Planta da Capital do Estado de São Paulo⁴” de 1890 – chacara que como outras da cidade seriam loteadas e transformadas em bairros da emergente elite paulistana na virada do século XIX. Em 1870, a Igreja foi elevada à condição de freguesia e passou a realizar registros civis, o bairro começava a sofrer rápidas transformações nas últimas três décadas do século XIX.

Em 1892, Dona Veridiana manda construir na sua chacara, onde hoje é a rua Nestor Pestana, um velódromo. A moda européia logo se torna a coqueluche da elite paulistana. Em 1896 é construído um campo de futebol no interior do velódromo. O estilo de vida das cidades burguesas européias se não assimilados eram simulados pela elite local em contradição com a herança colonial que persistia culturalmente – o que alguns autores chamam de modernização incompleta. Em 1915 é demolido o estádio que através de obra de arruamento dá origem a Rua Florisbela (atual Rua Nestor Pestana).

⁴ PLANTA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO e seus arrabaldes/desenhada e publicada por JULES MARTIN em 1890. Autor: Jules Martin. Fonte: Exemplar pertencente ao Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo. Esta terceira planta de Jules Martin não estabelece diferença entre as áreas urbanizadas já edificadas ou por edificar. Inclui os novos loteamentos como Bom Retiro, Campos Elíseos, Vila Buarque, Bela Vista, Liberdade, Mooca, Brás, Pari e Luz. Registra com destaque o Jardim da Luz e alguns edifícios públicos e privados, como as estações ferroviárias, o Seminário Episcopal, o Quartel da Luz (então em obras) a Casa de Correção, o Convento da Luz etc. Ao redor da área detalhada registra o que seriam os bairros periféricos como Campos Elíseos, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, Liberdade, Glória, Cambuci, Mooca, Brás, Pari e Luz. Dos trabalhos de arborização registrados em sua planta anterior, mostra apenas a Praça da República, o Largo do Paissandu, a atual Praça João Mendes e o chamado Campo da Luz (a atual Avenida Tiradentes), à frente do Jardim Público (hoje Jardim da Luz). Nos novos bairros há várias praças, indicando uma mudança de diretriz urbanística, como Largo da Concórdia, Largo da Glória, Praça da República, Largo do Arouche e Largo dos Guaianazes (Praça Princesa Isabel).

São Paulo, no começo do século XX, já era a capital comercial e financeira do café, a centralidade do poder político e berço da aristocracia mais rica e poderosa do país. Uma cidade no caminho da modernização que começava a implementar estações ferroviárias para passageiros, bondes elétricos, iluminação pública, fundação de instituições de ensino. O poder político estabeleceu regras de uso e ocupação do solo urbano visando os interesses das elites econômicas que através da propriedade privada foram produzindo uma estrutura urbana homogênea, fragmentada e hierarquizada - fundamentando o processo de segregação sócio-espacial. Os códigos de obra e postura estabeleciam valores burgueses de higiene, conforto e beleza para os bairros residenciais luxuosos; e, afastava a camada mais pobre da população que se via impedida de morar nas áreas mais centrais da cidade.

O acentuado crescimento populacional decorrente do ciclo do café e o princípio da industrialização, proporcionaram mudanças de toda ordem no meio urbano - onde a quantidade mudou a qualidade do fenômeno urbano. O poder público passou a intervir urbanisticamente no ordenamento do uso do solo da área central paulistana - nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX – consolidando uma estrutura urbana da cidade que se existe até hoje.

Em 1989, Dona Veridiana muda-se para um palacete no bairro de Santa Cecília. Na sede da sua chácara passa a funcionar o Seminário das Educandas. No começo do século XX, principalmente, grandes chácaras começaram a ser loteadas para promover o mercado imobiliário para residências de alto padrão. Bairros como Santa Cecília, Vila Buarque e Higienópolis tiveram suas origens dentro desse movimento de espraiamento das elites através da especulação imobiliária que seguiu em direção ao vetor oeste/sudoeste. Enquanto o Brás, Mooca e Bom Retiro eram tomados pela população mais pobre formada pelos operários e migrantes recém chegados da Europa e depois do Nordeste do Brasil. O centro tradicional se expandia através da construção do Viaduto do Chá para além do Vale do Anhangabaú, as novas técnicas construtivas e os interesses imobiliários conjugados deram as condições para impulsionar a verticalização e a implosão da área central concomitantemente com a explosão da cidade para além da área central em direção as freguesias dos quatro cantos de São Paulo.

Nos anos de 1910, 1920 e 1930 a prefeitura pede providências quanto ao esgoto que corre da chácara de Martinho Prado em direção ao riacho onde se dava o abastecimento de água da região. Doar o terreno ao invés de sanar o problema sanitário e hídrico do local foi menos oneroso para o proprietário. Esse espaço residual resultante de doações e desapropriações, após a demolição da casa que abrigava o Seminário das Educandas em 1950, torna-se o espaço público no qual seria construída a Praça Roosevelt em 1969.

A instalação da *Ford* em 1919 e da *General Motors* em 1925, faz com que o automóvel comece a fazer parte do cotidiano da cidade e a influenciar as intervenções urbanas principalmente no sistema viário que vai sendo preparado para atender as novas demandas de circulação. E nessa perspectiva que é implementado o Plano de Avenidas na gestão do prefeito Prestes Maia (1938-1945).

Nos anos de 1950 e 1960, a Igreja Nossa Senhora da Consolação era cercada por um imenso calçadão asfaltado (resultado de desapropriações realizadas pela Prefeitura nos anos 30, 40 e 50), onde durante o dia ficavam estacionados mais de setecentos automóveis (pertencentes aos negociantes e trabalhadores do centro), aos sábados era ocupada por uma concorrida feira-livre e eventualmente tomada por grandes concentrações públicas (shows e comícios).

Era visível nos espaços públicos da cidade o automóvel convertendo inclusive praças em estacionamentos. O filme “São Paulo S.A.” de Luis Sérgio Person tem por contexto a fase em que Juscelino Kubitschek assume novos compromissos com a indústria automobilística que encontra em São Paulo as condições ideais para o seu pleno desenvolvimento. Verifica-se em uma das cenas do filme, a foto da Praça Roosevelt que aqui apresentamos, tomada como estacionamento para os automóveis da classe média que trabalhava na área central e frequentava a glamurosa boemia instalada principalmente nos trechos da Rua Martinho Prado. O local foi o berço da bossa-nova de São Paulo e teve nos seus endereços os estabelecimentos de lazer mais frequentados pela elite paulistana dos anos de 1950 e 1960.

Fig. 2- Foto do local na década de 1950.



Fonte: Revista Acrópole. Ano 32, n° 379, novembro 1970.

Fig. 3 – Foto local na década de 1960.



Fonte: Revista Acrópole. Ano 32, n° 379, novembro 1970.

Fig. 4 – Foto local na década de 1970.



Fonte: Revista Acrópole. Ano 32, n° 379, novembro 1970.

A área onde hoje se encontra a Praça Roosevelt passou por transformações muito rápidas acompanhando a expansão do centro da cidade. A paisagem bucólica que a praça mantinha na sua gênese foi sendo modificada até ser transformada na monumental estrutura de concreto que, de certa forma, metonimiza a modernização de São Paulo.

Por volta do ano de 1969 foi aberta uma gigantesca trincheira sobre a área localizada atrás da Igreja Nossa Senhora da Consolação com o propósito de efetuar o nivelamento contínuo das vias expressas que fariam a conexão entre as regiões leste e oeste da cidade. O antigo espaço de encontros e de trocas (onde funcionava uma feira-livre e um imenso estacionamento) é então destruído pelas obras do sistema viário. Do espaço remanescente originado pela obra do sistema viário e da necessidade de suprir algumas demandas da área central surge o projeto de construção da Praça Roosevelt (na área localizada atrás da igreja que, até então, chamava-se Praça da Consolação).

A proposta inicial da Praça Roosevelt nasceu da múltipla ocupação do espaço remanescente sobre o sistema viário da ligação leste-oeste, orientada por um programa extenso de funcionamento complexo, correspondendo as necessidades da região central levantadas e arbitradas pela administração Faria Lima (Revista Acrópole, 1970, p.12).

Em 1967, o plano de construção da praça foi anunciado. No programa constavam: a recuperação das áreas em torno da igreja da Consolação, estacionamento subterrâneo, mercado distrital no subsolo, centro esportivo e galeria para exposições. Todo o projeto e as funções por ele programadas foram arbitrados pela administração Faria Lima, não havendo consulta popular⁵ para o efetivo levantamento das reais necessidades da população da área central.

Em 1968 foi aprovado o plano e o programa final que orientou a implementação da obra, que demandou três anos de construção. As etapas de construção foram amplamente divulgadas pela imprensa gerando no público grande expectativa. Os artigos dos jornalistas traziam explicações sobre os materiais, as máquinas e as técnicas utilizados na construção. A tudo era dado qualidade de grandeza: um grande investimento que traria a cidade a grande praça símbolo da modernidade e do progresso. Conforme expressa o depoimento do próprio prefeito Faria Lima:

Dentro de alguns anos quem visitar São Paulo, depois de um período de ausência, não mais reconhecerá a cidade. Como sucedeu no Rio de Janeiro, depois do desmonte do Morro do Castelo, a paisagem aqui será totalmente diferente e para que isso aconteça, o plano de urbanização da Praça Roosevelt muito contribuirá; representa um impulso de progresso com pouco tivemos iguais. (O Estado de São Paulo – 04/10/1967).

Tanto o complexo viário como a própria praça são produtos do modelo de desenvolvimento automotivo e foram erguidos quando predominava entre os arquitetos a tese da racionalização e funcionalidade do espaço. Políticos, tecnocratas e a imprensa elogiavam a concepção urbanística da praça apontando a Praça Roosevelt como símbolo de modernidade e eficiência. A ideologia da história como herança do progresso apoiada no primado da técnica era uma forte representação utilizada pelo Estado e assumida por toda a sociedade como posição para não se contestar.

⁵ Vale lembrar que o Brasil no período achava-se em plena orientação do regime militar.

A Praça Roosevelt foi inaugurada no dia 25 de Janeiro de 1970, pela administração Paulo Maluf. Conforme depoimento de integrantes da equipe do projeto de 1968, a praça “foi inaugurada ainda inacabada e com os seus usos e funções bastante modificados de um modo aleatório e palpiteiro” (Folha de S.Paulo, 27/01/78).

Constatou-se (na época) que o projeto inicial havia sido alterado: equipamentos de lazer e paisagismo foram abolidos; foi instalado um supermercado, um conjunto de quadras esportivas e uma pista de patinação que não estavam contemplados no projeto original aprovado. Além disso, alguns acessos foram bloqueados e a Esplanada da Augusta cercada por grades de ferro. Sendo que as modificações e a instalação do supermercado foram concebidas pela administração municipal; a exceção fica por conta da pista de patinação, requerida por um grupo de frequentadores da praça e simpatizantes dessa prática esportiva.

Podemos evidenciar pelo depoimento (dos próprios integrantes do projeto) que as modificações feitas foram realizadas de maneira arbitrária e próprias do feitiço autoritário das administrações do período de ditadura militar. Pouca ou nenhuma consulta popular era feita e mesmo os profissionais envolvidos nos projetos eram ignorados quando os interesses da administração local não convergiam com o parecer dos técnicos envolvidos. Isso demonstra o papel do Estado e como o concebido na visão de Lefebvre se impõe à esfera do vivido.

Tanto o complexo viário como a própria praça são produtos do modelo de desenvolvimento automotivo que convergia com os interesses da gestão militar. Foram erguidos quando predominava entre os arquitetos a tese da racionalidade técnica e a funcionalidade do espaço. Nessa linha urbanística a praça foi apontada como exemplo de modernidade e eficiência. Todavia, essa proposição pode ser contestada, pois aqueles “espaços racionalizados e eficientes” (na idealização do urbanismo modernista da época) foram tendo as suas funções originais constantemente alteradas (biblioteca, agência bancária, agência de correio, restaurante, sede de batalhão da PM, EMEI, sanitários, centros de convivência, supermercado etc.). Essas alterações nos usos e reformulações do projeto demonstram falta de convergência com as reais necessidades da população e também uma forma de reafirmar o controle estatal sobre os usos que foram sendo subvertidos por determinadas camadas sociais.

Da praça inaugurada em 1970 ao que é hoje, passou por diversas reformulações e adaptações pelo fato de seus espaços funcionais não atenderem satisfatoriamente as necessidades da população, ou, para conter as subversões dos usos não-programados (ocupação de moradores de ruas, tráfico de entorpecentes ou prostituição). O urbanismo enquanto instrumento estratégico do Estado colabora para a manipulação da realidade urbana fragmentada promovendo um verdadeiro controle do espaço social. Ação que não se desenvolve sem o extremado uso da coação e da violência policial, como aponta Lefebvre (1999, p.111):

[...] o urbano não é indiferente a todas as diferenças, pois ele precisamente as reúne. Nesse sentido, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos. A cidade, o urbano, não são a razão e o sentido desse delírio racional? As relações (sociais) sempre se deterioram de acordo com uma distância, no tempo e no espaço, que separa as instituições e os grupos. Aqui, elas se revelam na negação (virtual) dessa distância. Daí a característica de violência latente ao urbano.

Como o urbano pode requerer a reunião das diferenças na forma da centralidade se enquanto tendência tem um espaço concebido para a homogeneização e a fragmentação?

Acompanhando a crônica de suas vicissitudes, separações e estagnações, temos que, em meados dos anos 70, a área onde foi construída a Praça Roosevelt, começou a repelir determinadas camadas sociais que antes faziam daquele lugar uma centralidade da cultura e da boêmia paulistana. Como relata o escritor Ignácio de Loyola Brandão (que morou em frente a Praça Roosevelt, por dez anos, de 1960 a 1970):

Quando ela começou a ser reformada, não se sabia bem o que seria o produto final. Trabalharam noite e dia, para desespero de nós moradores, que não conseguíamos dormir com o barulho. As obras terminaram no começo dos anos 70 e nada mais foi como antes, a urbanização matou o lado sentimental da Roosevelt. Ela decaiu, acompanhando o processo que atingiu o Centro. Acabou o Canal 9, o Gigetto se mudou, as boates de luxo sumiram, ficaram os inferninhos, Jacques e Janine se foram para os Jardins, vieram restaurantes a quilo e pizzarias rodízio, até mesmo a Baiúca desistiu. Foi o último reduto. Capitulou ante o grande número de fregueses assaltados [...] (O Estado de São Paulo – 16/05/1995).

No começo dos anos 70, os proprietários dos estabelecimentos voltados para o lazer e o estilo de vida das elites, abandonaram o Centro

impulsionados pela fuga da própria elite que foi deixando de frequentar o local. O mesmo passou a ser ocupado paulatinamente por uma população de menor poder aquisitivo e/ou não solvente; do contato vieram os conflitos. As elites migraram para os lugares da cidade onde o contato com os extratos menos abastados da população fossem impossibilitados pelo valor das localizações e pela dificuldade de acesso que não a do automóvel (fato que acompanhou o boom imobiliário da época).

O centro urbano reúne – é sua característica mais evidente: “[...] é um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si tudo o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas”, como define Lefebvre (2001, p.93). Todavia, como é possível que haja alguma centralidade no reino da separação? O mesmo autor responde (2001, p.93):

Não existem lugares de lazer, de festa, de saber, de transmissão oral ou escrita, de invenção, de criação, sem centralidade. Mas na medida em que algumas relações de produção e propriedade não sejam transformadas, a centralidade sucumbirá ao golpe dos que utilizam tais relações em seu proveito. Ela será, no melhor dos casos, “elitista”, no pior deles, militar e policial.

Trata-se, por assim dizer, de um processo contínuo e programado de destruição e criação de centralidades acompanhando os ciclos de modernização e expansão da cidade. Onde se reforça a criação de centralidades como centralizadoras do poder (econômico e político). Produz-se, então, um espaço urbano fragmentado, hierarquizado e excludente. Produz-se a homogeneização em determinadas parcelas do espaço urbano - propícia à atração das elites.

Atualmente, a administração municipal propõe, como solução para os problemas “decorrentes” da construção do espaço-praça-edifício (violência, sujeira, poluição visual e obstrução do trânsito de pedestres) - a demolição do pentágono e a reformulação da praça. De acordo com o discurso impetrado pelos mesmos – a forma é que faz da praça um ambiente problemático. “Há muitas reentrâncias e becos no local, que são um convite ao tráfico de drogas e à marginalidade”, diz o secretário de Coordenação das Subprefeituras Andréa Matarazzo – e complementa o seu parecer comentado que a praça é “pouquíssimo utilizada” por possuir “becos, escuridão, pouca visibilidade, muito cinza - e pouco verde - numa área degradada do centro de São Paulo”. Então, o objetivo é

transformá-la em um grande *boulevard*: ampliar a visibilidade para tornar o ambiente mais seguro e facilitar a acessibilidade entre a Consolação e a Augusta.

Contudo, Marcos de Souza Dias (um dos arquitetos da equipe do projeto de 1968), afirma que a demolição do pentágono e a reformulação total do projeto original não é a solução mais inteligente para a resolução dos problemas da praça que, na sua visão, decorreram mais da falta de manutenção e de atenção por parte das diversas administrações políticas que passaram pela cidade do que da forma e estrutura da concepção do projeto em si.

Percebe-se pelo discurso impetrado na imprensa (por profissionais ligados à administração municipal), o intuito de buscar apoio e sustentação para ação de demolir e reformular a Praça Roosevelt. Não somente apontam a demolição como necessária, mas afirmam que essa ação resolveria os problemas de insegurança e violência no local. Como expressa as palavras do arquiteto Rubens Capuano: “Esse foi o maior equívoco urbano já cometido em São Paulo [...] E o pior é que o primeiro posto policial foi instalado ali apenas na década de 80”. (Veja São Paulo – 11/05/2005). Fica evidente - pelo depoimento do arquiteto - a relação que ele faz da forma e estrutura da praça com o conteúdo da violência, como se a forma física fosse definidora do conteúdo social. O discurso vai de encontro aos propósitos da administração municipal em demolir o Pentágono e reformular a Praça Roosevelt, com o intuito “velado”, mas evidente, de impulsionar uma reestruturação produtiva com estratégia de uma revalorização urbana no local e em todo o Centro.

Sobre as representações do espaço: muitos renegam o caráter simbólico da Praça Roosevelt enquanto uma tradicional praça (como as Praças da Sé e República); mas há os que defendem o caráter simbólico da praça por vários motivos.

Rubens Reis, arquiteto da EMURB (instituição ligada a Prefeitura) é um dos que discursam dizendo que não há nada de simbólico num espaço que no passado foi apenas um enorme estacionamento a céu aberto e que depois foi transformado em uma obra arquitetônica cuja forma incomum gerou estranhamento e problemas de toda ordem.

Apesar das transformações sofridas por esse espaço (que de qualquer forma possibilita o uso coletivo): é notório que determinadas características da sua origem persistem até os dias de hoje – o que atesta o seu caráter simbólico.

É ponto de referência simbólico e de passagem para aqueles que transitam ou frequentam as cercanias da Igreja Nossa Senhora da Consolação desde a época dos tropeiros até os dias de hoje. É ponto de parada de estudantes do Colégio Caetano de Campos⁶ como foi de estudantes do Colégio Visconde de Porto Seguro em décadas pretéritas. É lugar de lazer para os moradores e também para os garotos da periferia que lá se encontram para praticar manobras de *skate*; como serviu aos garotos da periferia que no imenso calçadão asfaltado “jogavam bola” ao término da feira-livre que lá acontecia aos sábados, nos anos 60. Ou seja, apesar das transformações nos usos do lugar, a Praça Roosevelt conserva práticas sociais que remontam a sua fundação enquanto espaço-praça-edifício e evidenciam o seu caráter simbólico. Embora não possua o estereótipo de uma tradicional praça, afirmar que a mesma não possui nenhuma representação simbólica seja para os moradores do lugar, seja para a cidade, ou mesmo como representante do urbanismo de uma época - é contestável.

O processo de desvalorização urbana do qual a Praça Roosevelt (seu entorno) e toda a área central estão sujeitas não provocou o esvaziamento nem da praça e nem do Centro – foi apenas tomado por uma população de menor poder de escolha. Os estudantes do Colégio Caetano de Campos sempre fizeram da praça um ponto de encontro entre o horário de entrada e saída da escola. Os praticantes do *skate* ainda possuem uma relação de identidade muito forte com as estruturas de concreto do espaço-praça-edifício. Moradores ainda se servem da praça seja para o lazer ou para transitar no caminho de ida e volta da feira-livre que acontece aos sábados, da missa na Igreja Nossa Senhora da Consolação, do trabalho. A efervescência cultural e a vida ainda tomam os dois lados da praça: seja na tradicional roda de samba que ocorre no bar da rua João Guimarães Rosa; seja na boemia que toma as calçadas da rua Martinho Prado onde ficam as companhias de teatro.

⁶ O prédio situado à Rua João Guimarães Rosa, nº 111, Bairro da Consolação, foi inaugurado a 15 de janeiro de 1913 para abrigar a *Deutsch Schule* (escola alemã). Passando a chamar-se Colégio Visconde de Porto Seguro foi transferido para o bairro do Morumbi. O antigo prédio da sua sede na Praça Roosevelt foi vendido ao Banco Central. Em função da desativação do Instituto Caetano de Campos na Praça da República para viabilizar as obras de implementação do metrô e diante da necessidade de atender os alunos que moravam na área central da cidade - o governo do Estado adquiriu do Banco Central a antiga escola. Com a desativação do prédio, os alunos passaram, no início do ano letivo de 1978, para um novo edifício construído pelo Governo do Estado, localizado na Rua Pires da Mota, que recebeu 2373 estudantes e para outra unidade na Praça Roosevelt, cujo prédio havia abrigado a *Deutsche Schule*, ou seja, escola alemã, mais tarde Colégio Visconde de Porto Seguro, que acolheu 2399 estudantes, somando as duas escolas 4772 estudantes. Além dos alunos transferidos, os dois estabelecimentos receberam algumas dezenas de alunos residentes nas proximidades da Rua Pires da Mota e da Praça Roosevelt.

Em 2000, o Espaço Satyros, após se instalar no local, começou a atrair outras companhias de teatro e em pouco tempo toda uma boemia artística e apreciadores do gênero teatral passaram a abarrotar a rua Martinho Prado. Processo que começou a atrair novamente a classe média para a Praça Roosevelt e fez subir o valor dos imóveis do local. Jovens que vão assistir às peças passaram a frequentar cafés, bares e restaurantes próximos. "O reflexo mais aparente dessa mudança é a valorização dos imóveis do entorno", aponta Andréa Cavalcante, vice-presidente da Ação Local Roosevelt. Segundo ela, há quatro anos o metro quadrado de um apartamento à venda na praça não custava mais que 600 reais. Hoje, 2009, esse valor pulou para até 1.300 reais. "E há muito mais pessoas interessadas do que imóveis disponíveis". Alega ainda que essa atmosfera recupera um tempo em que a Praça Roosevelt era reduto da boemia paulistana. (Veja São Paulo – 11/05/2005)

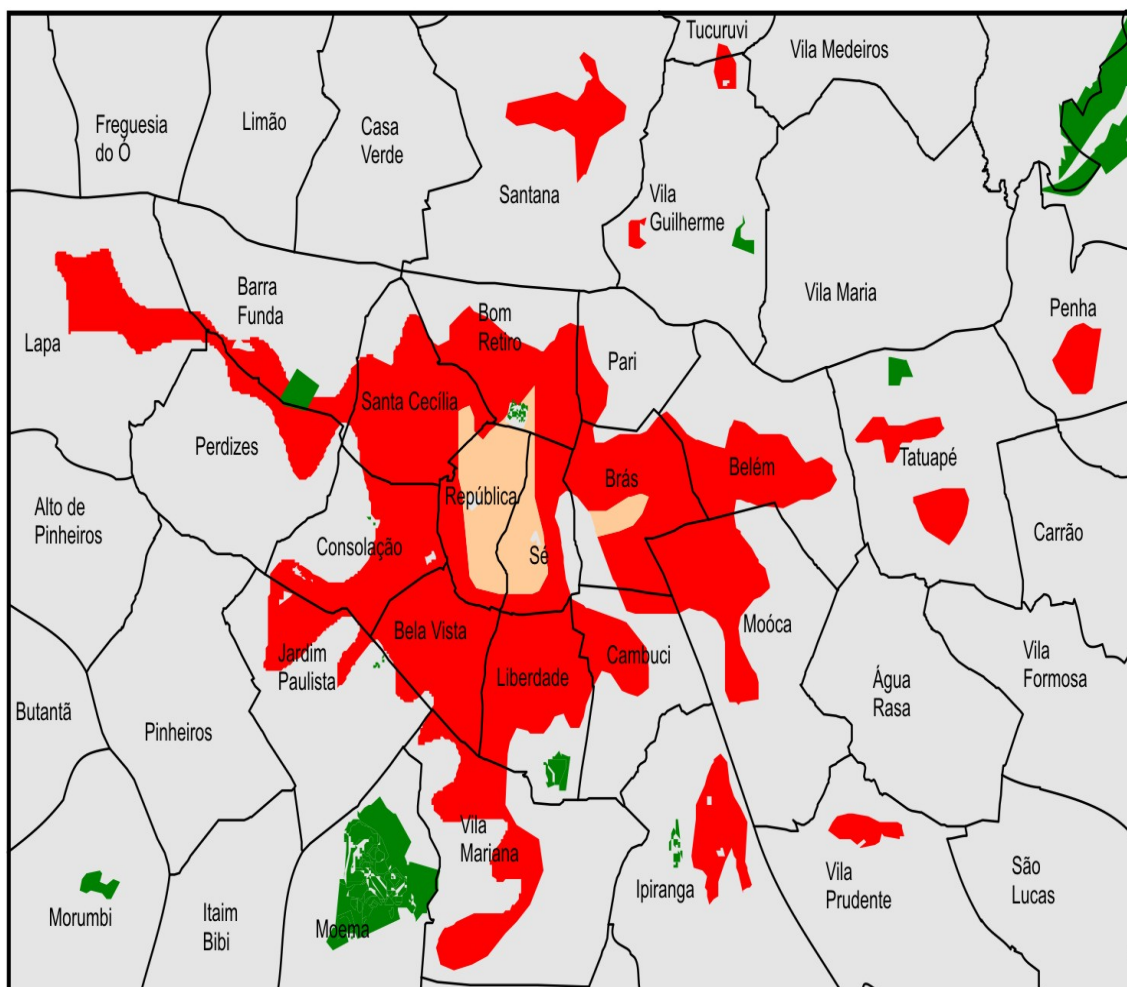
A proximidade com o Teatro Cultura Artística e com outros teatros do tradicional bairro do Bexiga, aprofundou a identidade desse local como ponto de encontro da classe artística e dos apreciadores do teatro. O processo se deu à revelia das ações da administração municipal. Porém a mesma utiliza e capitaneia a seu favor a insurgência da vida artística no local. Pretende, inclusive, após o processo de requalificação da Praça Roosevelt, utilizá-la como mote de uma centralidade cultural para atrair investimentos e promover a revalorização urbana do local. Ponto e parcela de uma estratégia de revalorização de toda a área central.

Se existe toda uma trama social que faz da praça um local de encontro, por que a administração municipal pretende demolir o Pentágono e reformular a Praça Roosevelt? Se a forma e estrutura do espaço-praça-edifício incentivam a disseminação das contravenções e da violência - por que o público dos teatros tomou as ruas do local? Será que a demolição é a única forma de solucionar os problemas decorrentes da falta de manutenção da praça? Será que realmente a praça foi esvaziada ou esse é um discurso que tem por objetivo uma reestruturação produtiva como estratégia de uma revalorização urbana? Ou, em que medida, a Praça Roosevelt metonimiza os ciclos de modernização e os processos de reestruturação produtiva impostos por elas? Todas essas questões encadeiam as análises que serão desdobradas nos capítulos que seguem.

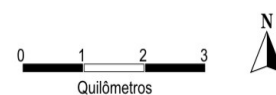
Abaixo temos a evolução do entorno através de mapas que vão de 1842 até a configuração atual do bairro da Consolação, onde está inserida a Praça Roosevelt.

Mapa 1 – Área Urbanizada 1882/1914

Área Urbanizada 1882/1914



- Distritos Atuais
- Parques Atuais
- Área urbanizada até 1881
- Área urbanizada de 1882 a 1914



Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa.
Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003.
Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro

Fonte: Emplasa, adaptação Sempla.

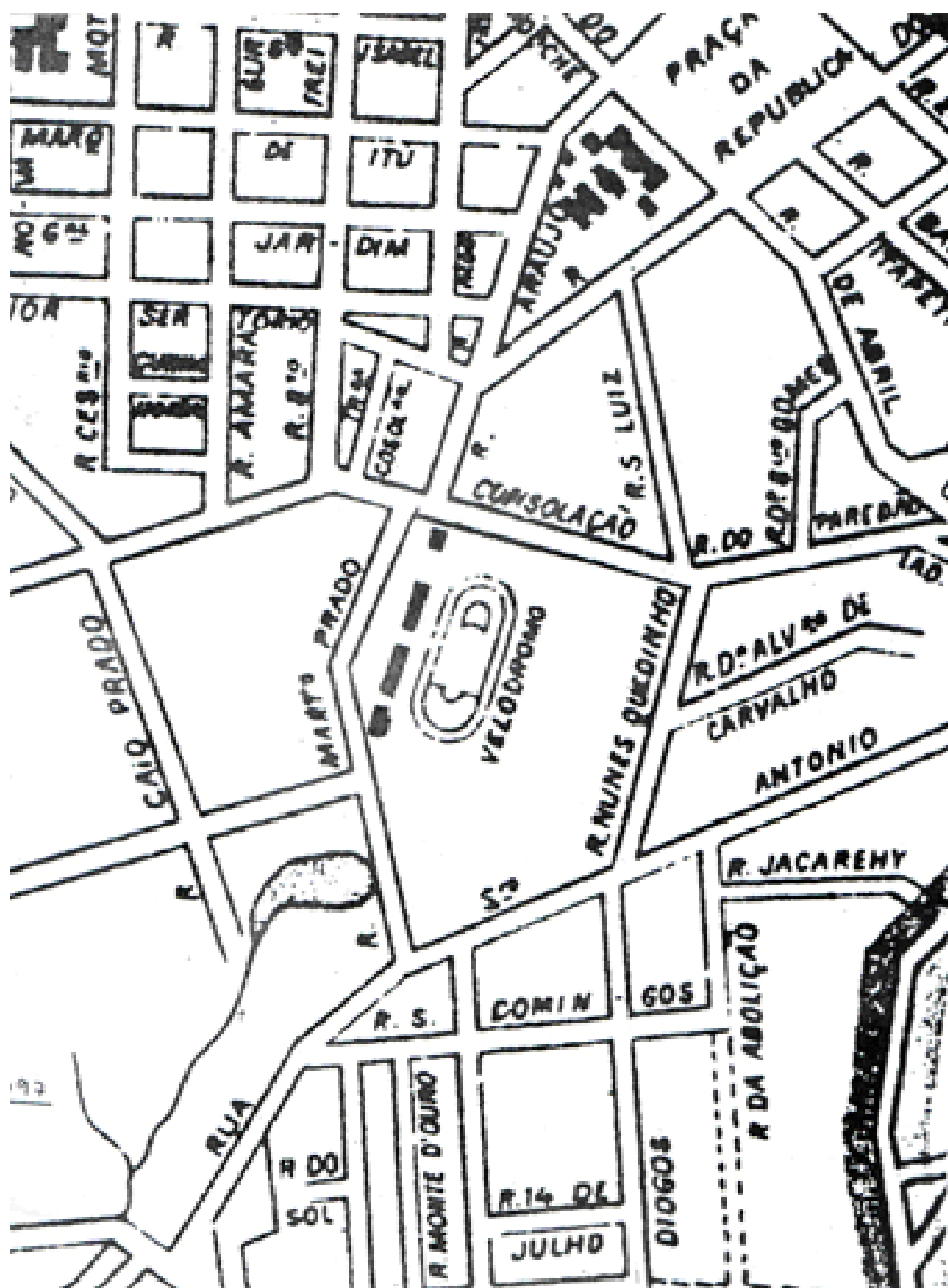
Mapa 2 - Mapa da região – 1842



42

Fonte: Emurb

Mapa 3 - Mapa da região – 1897



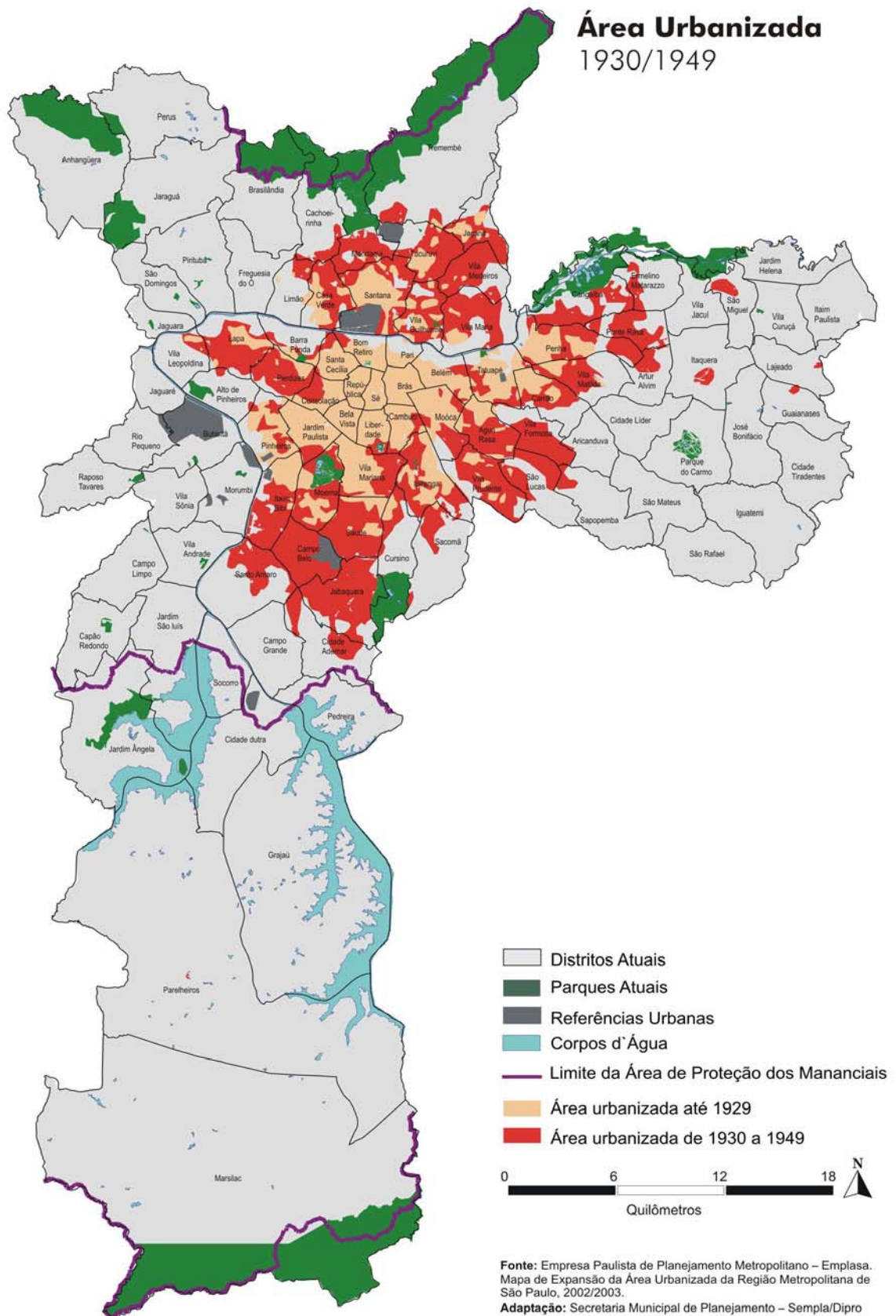
Fonte: Emurb

Mapa 4- Mapa da região 1930



Fonte: Emurb

Mapa 5- Área Urbanizada 1930/1949



Fonte: Emplsa. Adaptação Sempla.

Mapa 6- Mapa da região 1986



Fonte: Emurb

2 – O processo de expansão urbana.

O capitalismo descobriu-se capaz de atenuar (se não resolver) suas contradições internas durante um século e, conseqüentemente, nos cem anos decorridos desde a redação do *Capital*, logrou alcançar um “crescimento”. Não podemos calcular a que preço, mas realmente sabemos por qual meio: ocupando o espaço, produzindo um espaço. (LEFEBVRE, 1976a, p. 21)

O crescimento que a cidade experimentou até 1950, continuou a ocorrer de forma ainda mais acelerada até 1970; redefinindo as relações centro-periferia e configurando o fenômeno da “implosão-explosão”⁷ da cidade. Verdadeiros ciclos de modernização da economia foram promovendo a reestruturação produtiva da cidade, criando novas áreas de centralidade e direcionando a expansão/configuração da metrópole.

O objetivo preliminar desse capítulo é fazer o exame das permanências, rupturas e transformações dos usos e funções dos lugares (do centro e da periferia) em detrimento dos ciclos de modernização e do conseqüente processo de metropolização. Através da análise do espaço público do centro tradicional - aquele que remonta a fundação da cidade e guarda a história de cada geração inscrita na sua materialidade – partiremos da hipótese de que a exclusão social é uma tendência que permeia a relação centro-periferia. E teremos como objetivo dessa análise apontar as qualidades que norteiam a apropriação social do espaço público na cidade contemporânea.

No começo da década de 70, com a crise do fordismo-taylorismo, uma nova matriz liberal vai impor uma reestruturação produtiva de modo a garantir a reprodução e acumulação do capital em várias partes do mundo. No Brasil, no contexto do “milagre econômico”, pode-se dizer que a reestruturação produtiva é tributária da positividade do progresso tecnológico e herdeira do formalismo do ciclo anterior, como aponta Otília Arantes (2000). De fato, as intervenções urbanas vão extenuar a mesma racionalidade técnica voltada para aferir valorização. O espaço urbano vai sendo cada vez mais recortado e atravessado por uma estrutura viária de rápida circulação automobilística e de mercadorias que vai trazer conseqüências principalmente para a área central da cidade. Paulatinamente o capital mais dinâmico da economia vai requerer novas áreas de centralidade e o centro

⁷ Conceito retirado da obra de Henri Lefebvre que será explicado no decorrer do capítulo.

tradicional vai gradativamente sofrer um processo de desvalorização urbana. Heitor Frugoli Junior (2000), explicando o processo de criação de novas áreas de centralidade, diz:

Considero, antes de tudo, a lógica do desenvolvimento urbano rumo a outras regiões da cidade – fruto de decisões tanto do poder público, como da iniciativa privada – o principal fator de deterioração, o que gera queda da qualidade dos serviços públicos e das edificações das áreas abandonadas por tais investimentos.

Essa lógica do desenvolvimento urbano desencadeia o fenômeno de implosão-explosão (em que tudo se concentra num primeiro momento, implode e depois se fragmenta, se espalha pelo tecido urbano). O que se observa na produção do espaço urbano é um processo de valorização/desvalorização/re-valorização das áreas. É justamente devido a este processo que se determina o vetor dos investimentos na cidade.

De encontro ao pensamento de Frugoli, para David Harvey (1980), não existe livre escolha da área a ser ocupada por alguém, pois as classes mais favorecidas são induzidas a ocupar áreas plenas de “amenidades”, ficando os menos favorecidos com aquelas áreas recusadas pelos primeiros. As atividades comerciais e industriais vão se localizar em áreas que proporcionam maiores condições de lucro às atividades, deixando os espaços menos valorizados para as atividades com menor poder de “escolha”.

Pode-se dizer que, o urbanismo modernista após a construção da cidade de Brasília passa a reinar nas grandes metrópoles brasileiras, pois o seu funcionalismo ordenador estava em acordo com essa cidade que abruptamente se expandia para a escala metropolitana. O processo de descentralização das atividades tradicionalmente centrais e a sua (re)especialização em novas áreas de centralidade, descentralizando e especializando funções - o lugar da moradia, o lugar do trabalho, o lugar do lazer, o lugar das compras, o lugar dos pobres e dos ricos – tem como suporte esse mesmo urbanismo modernista que atende tanto a ordenação da circulação automobilística e de mercadorias quanto a organização hierárquica das camadas sociais no tecido urbano – fruto das decisões tanto do poder público quanto da iniciativa privada como já apontou Frugoli.

A reprodução do ciclo do capital exige, em cada momento histórico, determinadas condições especiais, como aponta Carlos (2001). Diante disso, a

questão que se coloca é como a reestruturação produtiva se realiza na cidade, de modo a garantir a reprodução e acumulação do capital. Enquanto Harvey (1992) enfatiza a fragmentação do espaço urbano, que dá origem, a formas urbanas dispersas, descentralizadas e desconcentradas. Spósito (1991) procura mostrar que essa fragmentação é resultado da divisão territorial do trabalho, que, por sua vez, é uma decorrência da divisão social do trabalho.

É nesse sentido que a autora coloca a necessidade do entendimento da noção de centro, na análise do processo de produção e estruturação das cidades. O crescimento das cidades aos novos modos de acumulação do capital produz novas formas/expressões da centralidade. Assim, o que aparece como desconcentração/descentralização reforça a noção de concentração, ao reproduzir no interior das cidades as características do centro, embora acentue o processo de separação socioespacial das funções comerciais, de serviço e gestão originados pela divisão social do trabalho, produzindo uma estrutura urbana multinuclear, que tende para a segregação espacial.

Nota-se, no período em questão (1960-1980), dois fenômenos complementares e simultâneos que marcam com exatidão esse funcionalismo presente na cidade: o crescimento dos condomínios fechados e dos *shoppings centers* ancorados pela reestruturação da circulação automobilística; em contradição com a desvalorização dos espaços públicos e com a precarização das condições de vida de determinadas camadas sociais nas periferias e também nas áreas centrais.

Diversos autores que estudaram a periferia – José de Souza Martins, Jurgen Richard Langenbuch, Nabil Bonduki - assinalaram que o fenômeno da proliferação dos condomínios fechados e dos *shoppings centers* ocorreu simultaneamente ao processo de adensamento populacional e da consequente precarização das condições de vida nas bordas da metrópole – ou seja – a pobreza como decorrência do próprio crescimento econômico. Todavia, as periferias aparecem como locais em transformação e apresentam diferentes estágios de urbanização de acordo com os investimentos que vão sendo realizados pelo Estado, ou, pelo capital privado. Periferias com água, luz, esgoto e transporte. Periferias que requerem infra-estrutura, periferias que requerem emprego e inclusão na vida urbana.

Os subúrbios até a década de cinquenta representavam uma transição entre o modo de vida urbano e o rural, local onde as pessoas moravam, trabalhavam e tinham como possibilidade a melhoria das suas condições de vida. Periferias da década de 40 e 50 que se transformaram em bairros bem estruturados nas décadas seguintes. Todavia, a conjuntura que estará vinculada ao processo de expansão da metrópole após a década de setenta trouxe mais limites do que possibilidades para as populações que foram adensando as bordas da metrópole. Com o esgotamento do padrão periférico, o Estado teve de intervir com força para viabilizar a urbanização de favelas e subsidiar habitações populares. Nos anos 80, houve o encarecimento dos loteamentos, porque a terra ficou cara e as terras mais baratas pela distância e o custo dos transportes inviabilizava a ocupação. A crise econômica, o arrocho salarial e o desemprego colaboraram negativamente para a precarização da vida na periferia (nos loteamentos periféricos), como no interior da cidade (nas favelas) e até mesmo no centro (na precariedade habitacional dos cortiços). Para José de Souza Martins (1992): as noções de subúrbio e periferia guardam oposições. A noção de subúrbio está relacionada com o modo de vida comunitário, transição do rural para o urbano; já a noção de periferia está vinculada à problemática da ocupação densa e precária e a falta de efetivas alternativas de inserção no mundo urbano – sendo na expressão de Henri Lefebvre a própria “negatividade do urbano”. No limite, a periferia poderia estar no centro, na precariedade habitacional dos cortiços ou na falta de possibilidade dos moradores de rua de terem acesso à vida urbana, ainda segundo Martins.

Neil Smith (1987) enfatiza que a escala da valorização contém a escala da desvalorização; o movimento de fuga e volta aos centros tradicionais está em acordo com o processo de (re)produção espacial que coloca acento no consumo do espaço, num processo de reestruturação produtiva que tem por objetivo a revalorização urbana e a reprodução capitalista, tendendo para a exclusão social.

Na década de 1980 o que se tinha era o discurso da “decadência dos centros”, cuja estratégia era direcionar e concentrar os investimentos públicos e privados em novas áreas de centralidade que atendiam de forma mais vigorosa a reprodução capitalista – o que de fato levou ao desgaste das áreas construídas mais antigas e a desvalorização do centro tradicional; na atualidade o discurso que se tem é o de “volta ao centro” ancorado na carga simbólica do seu patrimônio cultural como estratégia de uma (re)valorização urbana.

Essa “volta ao centro” não é com a função de moradia (ainda que nos discursos isso apareça) e sim com a função de consumo de lazer programado voltado para as classes médias – consumo da cultura enquanto mercadoria. Nessa perspectiva é que se tem a instrumentalização da cultura enquanto negócio forjando a (re)estrutururação produtiva das áreas centrais com o objetivo de uma (re)valorização urbana, num panorama mundial de competição entre as cidades.

Esses espaços possuem um caráter visual cada vez mais pronunciado e as intervenções urbanas têm por objetivo a fabricação do “visível” – a requalificação da paisagem como puro esteticismo. Paisagem amorfa que exclui o pobre do seu cenário. Paisagem fabricada como verdadeira imagem publicitária para vender a cidade pelos empreendedores imobiliários locais ou para o turismo internacional.

A requalificação da paisagem urbana das praças do centro tradicional – Sé, República e Roosevelt – inserem-se nesse contexto da reestruturação produtiva que tem por objetivo uma revalorização urbana. Na perspectiva de redução desses espaços de uso coletivo ao seu aspecto puramente formal (estético e paisagístico) - que ao menosprezar os processos sociais e restringir a sua apropriação - tornam-se os *slogans* publicitários das gestões públicas e também dos investimentos privados.

É fato que as últimas décadas testemunharam as agruras do esvaziamento e da desvalorização dos espaços públicos em detrimento da produção de espaços de uso coletivo privados, voltados para o lazer programado e para o consumo dirigido, às classes médias principalmente. O espaço público também passa a ser privatizado ou a ter uma apropriação seletiva e diferenciada dos espaços que deveriam ser acessíveis a todos – tendo a exclusão social enquanto tendência.

A crise da modernidade ocorre nos domínios público e privado e está inscrita na fragmentação do espaço urbano. O “ideal moderno da vida pública urbana” é resultado do que se transformou a cidade dentro do processo de (re)produção do espaço no mundo da mercadoria, que, por sua vez, também transformou o espaço público. Para Teresa Pires do Rio Caldeira (2000), esses ideais modernos da vida pública apontam que

Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando das manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições).

Caminha-se para a fragmentação da vida social que está expressa na glorificação do individualismo como modo de vida ideal - em detrimento de uma convivência da coletividade cada vez mais separada, artificial e efêmera.

Seabra (1996) coloca que as relações de propriedade foram invadindo os domínios mais amplos da existência, alcançando os costumes e alterando-os. A crise da modernidade invade a vida cotidiana e resulta nos dizeres de Walter Benjamin num verdadeiro “abalo das tradições”. Vivemos o que Henri Lefebvre determina como a “fragmentação do homem”, cada vez menos cidadão e mais consumidor.

Para Lefebvre, a rua (espaço público) é o lugar da diversidade, do inusitado, do espontâneo, dos encontros e dos desencontros, das solitudes múltiplas - sendo que para este mesmo autor - “o uso político do espaço restitui ao máximo o uso” (LEFEBVRE, 1973, p.181). Embora haja tendência à dominação política e econômica expressa na produção do espaço urbano - ainda é no espaço público que estão os germens que podem desencadear as possibilidades e insurgências do uso – local onde a apropriação social do espaço urbano pode se dar com maior força.

2.1 – A importância do automóvel na produção do espaço urbano.

“... É impossível dizer
em quantas velocidades diferentes
se move uma cidade
a cada instante...”

(Ferreira Gullar, “Velocidades” - Poema Sujo)

A área onde hoje se encontra a Praça Roosevelt passou por transformações muito rápidas acompanhando expansão da própria cidade. Ou seja, a paisagem urbana vai apontando um tempo novo que “se impõe pela transformação do espaço metropolitano, mostrando um “construir-se incessante” que, pela velocidade com que se realiza, vai aniquilando o construído com a perspectiva de criar mais e infinitamente “novas formas”” (CARLOS, 2001, p.133). Essas novas formas vão sinalizar para a produção do espaço intrinsecamente ligado à estruturação do sistema viário, que, por sua vez, relaciona-se com o processo de expansão da própria metrópole. Como afirma Carlos (2001, p.133):

A modernidade se impõe com o discurso do novo – identificado com o progresso e este com a velocidade e com o poder da técnica – sobretudo no espaço, em que a possibilidade da edificação em altura e da construção de novas avenidas capazes de aumentar os fluxos apelam para a construção das cidades voltadas para os imperativos da circulação, sob a égide do uso do automóvel. Em São Paulo, as vias expressas não raro transformaram-se em seu oposto: o movimento dos carros é tão vagaroso que produz efeito contrário, aproximando-se da imobilidade; daí a necessidade constante de construção de uma avenida nova ainda mais larga e rápida.

Enquanto fruto do urbanismo modernista (de caráter tecnicista voltado para a racionalização e funcionalidade do espaço) - a produção desse espaço seguiu a lógica de uma reestruturação produtiva apoiada no “modelo automotivo” que reduz a cidade a um espaço de circulação sob o primado da reprodução e acumulação capitalista.

Na década de 1940, na gestão do prefeito Prestes Maia, houve um grande investimento no sistema viário para a implantação do “Plano de Avenidas”, visando à circulação automobilística. Com os novos compromissos assumidos com a

indústria automobilística pela gestão de Juscelino Kubitschek (1955-1960), o processo de expansão e reestruturação do sistema viário ganha novo impulso, apoiado principalmente na sua política desenvolvimentista. O apogeu desse processo de reestruturação produtiva apoiada no modelo automotivo vai se dar no período chamado de “Milagre Brasileiro” (1968-1973); onde o Estado começa a orientar a reestruturação produtiva do espaço urbano para além do centro tradicional e no sentido do vetor sudoeste. É lançado o PUB-67-68 (Plano Urbanístico Básico de São Paulo) – pois o centro tradicional se encontrava congestionado em decorrência do seu apogeu e concentração de atividades. A expansão da cidade ocorria numa velocidade vertiginosa onde a centralidade era reforçada com a criação de novas áreas de centralidade ao mesmo tempo em que a expansão periférica tomava a metrópole.

A construção do Elevado Costa e Silva responsável pela ligação viária com a Radial-Leste, da qual a própria Praça Roosevelt é resultado - é a maior expressão do poder autoritário do Estado na produção de um espaço urbano concebido para a reprodução capitalista e não para a reprodução da vida. Os urbanistas amparados pela gestão militar (Pós-1964), ignoravam as críticas que preconizavam os impactos negativos na construção de vias expressas elevadas, rasgando a cidade superedificada, como as que foram implementadas pelo prefeito Robert Moses, nos anos de 1940, em Nova York, levando a cabo a construção do polêmico Elevado Costa e Silva, em São Paulo.

De encontro a essa perspectiva, da atuação do Estado na produção do espaço, Carlos (2001, p.290) afirma que

O movimento aponta a produção do espaço da metrópole apoiado no modelo “automotivo”. O espaço se produz considerando as necessidades de desenvolvimento do automóvel, e com esse objetivo se reconstroem áreas inteiras da metrópole. A necessidade incessante de novas pontes, viadutos, avenidas, cortando e interligando áreas da metrópole de modo estratégico, produz o estado crítico; o congestionamento, que imobiliza e que torna necessárias mais vias e mais pontes, sacrificando o uso para essa forma de crescimento. E é essa uma das questões colocadas pelo movimento: o poder da indústria automobilística de influenciar a produção do espaço, por meio de sua articulação com o Estado e a possibilidade de criar formas redutíveis a circulação.

Na mesma perspectiva de representar o poder do Estado, a construção do espaço-praça-edifício pretendia expressar na sua forma arquitetônica, de caráter monumental; o progresso econômico e tecnológico da época em que foi concebido, fruto do “milagre brasileiro” (1968-1973) e da gestão autoritária militar (pós-1964). Tratava-se da construção de uma obra que representasse a “ideologia da racionalidade tecnicista”, nas palavras de Henri Lefebvre (1969, p.15). Expressão da modernidade que sustentava o progresso da cidade que crescia vertiginosamente e demonstrasse evidentemente o poder do Estado. O que não escondia, todavia, os descaminhos políticos que viabilizaram as monumentais e polêmicas obras, que, por sua vez, aniquilaram parte da cidade para reconstruir a sua paisagem. Como afirma Harvey(1995, p.150):

O capitalismo luta perpetuamente, portanto, por criar uma paisagem social e física a sua própria imagem, e indispensável para suas necessidades em determinado ponto do tempo, simplesmente para, com igual certeza, minar, desintegrar e até destruir essa paisagem, num ponto posterior do tempo.

Essa paisagem social e física é transformada para receber o automóvel, a imagem do capitalismo (fordista), sendo um grande signo de culto do nosso tempo. A automóvel é o grande desejo de consumo para a demanda solvável da população, um objeto vendido com o marketing de se ganhar tempo através da velocidade da máquina, visto o cotidiano apressado que o mundo moderno impôs aos indivíduos. E no próprio trânsito automobilístico a publicidade se desmente. A cidade é constantemente modificada, com intervenções urbanas pontuais, quase cirúrgicas, objetivando reestruturar o sistema viário para promover maior mobilidade ao capital. Observa-se, portanto, que diante do sistema viário a cidade se defende mal, pois é demolida com facilidade, neste sentido, urbanistas, arquitetos e planejadores sempre estão a postos para por tudo abaixo e tornar os fluxos mais ágeis, decretando a agonia das ruas e dos espaços públicos, onde praças se transformam em “ilhas” isoladas pelo trânsito automobilístico e surgem até mesmo praças suspensas sobre a estrutura viária – como a Praça Roosevelt.

A poderosa indústria automobilística dita o sentido da urbanização. Os carros tomam invadem as ruas e avenidas por um impulso no consumo das classes médias e, para atender ao aumento de fluxo a reestruturação produtiva se coloca dando prioridade à circulação, avenidas são redesenhadas com arrojo, mesmo que isto signifique tirar o direito das pessoas de circularem como pedestres,

tornando-as acudadas, mediante suas calçadas roubadas ou obstruídas por largas avenidas ou vias expressas que rasgam a cidade.

Baudrillard (1973), Santos (2004a), Lefebvre (1991), compartilham do mesmo pensamento quanto à repercussão do automóvel na vida do homem e na redefinição das cidades. Para Milton Santos (2004a, p.66), “[...] o automóvel fortalece no seu possuidor a idéia de liberdade do movimento, dando-lhe o sentido de ganhar tempo, de não perder um minuto, neste século da velocidade e da pressa”. Contudo, segundo Lefebvre (1991, p.111), “[...] No trânsito automobilístico, as pessoas e as coisas se acumulam sem se encontrar. É um caso surpreendente de simultaneidade sem troca, ficando cada elemento na sua caixa [...]”.

Em *Do Rural ao Urbano* (1973, p.181), Henri Lefebvre reflete sobre qual deveria ser o sentido da rua:

A rua arranca as pessoas do isolamento e da insociabilidade. Teatro espontâneo, terreno de jogos sem regras precisas, e por isto mais interessantes, lugar de encontros e solitudes múltiplas – materiais, culturais, espirituais, a rua resulta indispensável.

A rua é indispensável para as relações sociais, todavia, cada vez mais é transformada em espaço de circulação. Henri Lefebvre (1991, p.110), argumenta que “O Circular substitui o Habitar, e isso na pretensa racionalidade técnica”. Trata-se de uma crítica ao urbanismo e contra os tecnocratas que ignoram o tempo social e a apropriação social do espaço. Não somente são reduzidos os lugares privilegiados para o encontro por essa racionalidade técnica que faz da cidade um espaço redutível à circulação, mas também aponta para o aniquilamento do ambiente construído com a função mais ampla do habitar (o habitar reduzido a uma realidade eminentemente material com a função exclusiva do habitat). Para Henri Lefebvre (1969, p.13), o problema nº 1 do urbanismo (dito moderno) é a constatação de que todos se dispõem “[...] a rasgar o ventre das cidades – aquilo que resta delas – para deixar passar a onda dos carros”.

Gateway apud Berman (1984, p.286) expõe seu pensamento sobre a modernidade dos anos 50, dizendo: “A sensação de tempo-espaço de nossa era raramente pode ser experimentada tão intensamente como quando dirigimos”. Há mais de 50 anos o automóvel já se colocava no imaginário das pessoas como um sonho, assim, qualquer intervenção na cidade em seu nome sempre foi tida como

uma benesse. Farrar, Straus e Giroux apud BERMAN (1984, p.291), comentam que “À Nova Iorque deve ser creditada a invenção das avenidas arborizadas (*parkways*)”. Já Marshall Berman apresenta sua crítica: “Agora, entretanto, por obra de uma dialética fatídica, como a cidade e rodovia não se coadunam, a cidade deve sair”. Logo, evidencia-se o consumo produtivo da cidade que se volta para a circulação de mercadorias e pessoas, por vezes inóspita aos seus habitantes. A obra “Morte e vida de grandes cidades”, da socióloga americana Jane Jacobs, explicita de forma contundente como esse processo de reestruturação produtiva voltada para a circulação automobilística levou ao aniquilamento da vida de bairro e do vivido nas ruas das grandes cidades – denunciando o caso novaiorquino. Ou seja, o urbanismo e os tecnocratas ignoram o tempo social e a apropriação social do espaço, pois como enfatiza Lefebvre (1969, p.12), para nossa “sociedade burocrática do consumo dirigido” a coisa tem mais importância do que o homem, no caso ele se refere ao automóvel (coisa dotada de prestígio e de poder) o qual o autor denomina de “objeto-rei”.

No mundo da mercadoria o discurso ganha materialidade, forma concreta no espaço. Logo, o espaço urbano da cidade aparece como a grande “vitrine do progresso”, o lugar do consumo, onde tudo o que não é símbolo do moderno (enquanto tendência) é destruído e reconstruído numa metamorfose veloz e incessante. Idéia esta transmitida na obra de Marshall Berman (1986), na expressão emprestada de Karl Marx - “Tudo que é sólido se desmancha no ar” - subentendendo que no mundo moderno tudo que é produzido também é aniquilado com grande dinamismo. Que nesta economia moderna, tudo é posto abaixo, visões artísticas, valores morais, estéticas, instituições sociais, ambientes físicos, a fim de recriar o mundo de uma outra forma, que demonstre eficiência, progresso e novas expressões simbólicas. A impressão é a mesma de ver a paisagem da cidade através da janela de um passageiro automóvel onde as imagens não se fixam, desaparecem, desfiguram-se. Não é possível reconhecer sequer o que se vê e muito menos o que ficou para trás. Já não existe memória, tudo é amnésia, ou quase tudo (pois a contínua e intencional destruição dos ambientes construídos é inerente à acumulação capitalista, como já apontaram Henri Lefebvre, David Harvey e Neil Smith).

No próximo tópico deste capítulo sobre os ciclos econômicos e a expansão urbana da cidade será analisado o memorial descritivo do projeto que deu origem a Praça Franklin Roosevelt em 1970. Projeto influenciado pelo urbanismo americano cuja racionalidade técnica parte de uma cidade projetada para o automóvel. Fará-se o exame do projeto aprovado em 1969 e do impacto da inauguração da Praça Roosevelt e da sua influencia sobre outras praças que foram sendo inauguradas dentro da mesma perspectiva modernista de privilegiar o transporte rodoviário.

2.2 – Exame do memorial descritivo do projeto da Praça Roosevelt de 1969:

Caracterizado como um espaço-praça-edifício, o projeto visava corresponder às necessidades da área central de São Paulo levantadas e arbitradas pela administração Faria Lima, em 1967. Ao lado de vultosos investimentos no sistema de transportes e serviços, a Praça Roosevelt foi destinada a aliviar as deficiências de espaços públicos, de áreas verdes e atendimento. Junto à concepção do projeto está a idéia de que as áreas de lazer, descanso, atendimento público, abastecimento, estacionamento e sistema viário são prioritários e proporcionam conforto e adaptação aos seus habitantes – ironicamente, a praça deveria produzir uma centralidade. Todavia, o projeto contemplava o ideário do urbanismo funcionalista que orientava a reestruturação produtiva das cidades quase que redutível à circulação automobilística e aos serviços de abastecimento.

Para a construção da nova praça, junto à implantação da Radial-Leste, houve a necessidade de extinção de uma das maiores e mais antigas feiras-livres da cidade e de um gigantesco estacionamento para mais de setecentos veículos que, funcionavam no mesmo calçadão asfaltado que ficava atrás da Igreja Nossa Senhora da Consolação. A redefinição da praça é, portanto, consequência da criação de uma eficiente estrutura viária. A mudança é contundente e imprime um novo ritmo de vida na cidade. Às pessoas, excluídas de qualquer discussão acerca dessas mudanças, são impostas novas formas de viver e conviver.

A proposta original abarcava, além do espaço sobre a via de ligação Leste-Oeste, o quarteirão lateral, onde ainda se encontra uma antiga edificação que na época abrigava o Dispensário de Tuberculose do Estado (e hoje abriga o Instituto Clemente Ferreira na Rua da Consolação, 717 – que faz esquina com a Rua Guimarães Rosa). Nesse local seria instalado um Centro Cultural, com um prédio para atividades musicais, um auditório para duas mil pessoas, e um conjunto educacional completo, interligado ao *play-ground* proposto na praça. Essa parte do projeto, porém, não foi executada, demonstrando que na época, a cultura não era o principal mote no processo de reestruturação produtiva do espaço urbano como é hoje, e, sim, a circulação de automóveis.

Conforme o memorial descritivo do projeto, este tentava resgatar a topografia original do local. Respeitando as exigências de dois níveis de

estacionamentos, com capacidade para oitocentos automóveis, e o não remanejamento das ruas adjacentes, onde o plano principal do projeto fica a meio nível entre as ruas Martinho Prado e antiga Olinda, e, a partir desse plano, derivam-se os outros. A geometria da composição foi derivada do ângulo formado por essas ruas, coincidentemente o ângulo dos lados alternados de um pentágono regular. O projeto monumental exacerbava o arrojo técnico que possibilitaria a construção da obra de uma magnitude jamais vista ou construída e impulsionaria o desenvolvimento da cidade, segundo o prefeito da época, Faria Lima (O Estado de São Paulo – 04/10/1967).

O projeto gerou seis espaços urbanos bem caracterizados: três praças principais (Praça Maior – em forma de pentágono, Praça dos Pombos e Ante-Praça) e três secundárias (Esplanada da Consolação, Praça do Mercado de Flores e Pátio Pergolado).

A Praça Maior abarca o primeiro nível do conjunto, em forma de pentágono regular, por se ajustar às ruas limítrofes, com lados medindo 52 metros. Espaço idealizado para concentrações cívicas e culturais, com capacidade para cinco mil pessoas. No projeto original continha um obelisco de aço, no meio da rampa de acesso, que serviria de torre de iluminação (tanto para eventos como para sua utilização comum de espaço público) e também alto-falantes de difusão e amplificação sonora. Embora concebida para usos e funções programados pela administração pública municipal com determinada finalidade, novos usos foram sendo requeridos ou subvertidos pelos próprios moradores ou frequentadores desse compartimento da praça. Na década de 80, por exemplo, o espaço foi capturado pelos praticantes do *skate* que elegeram este espaço como ideal para a prática do esporte, atraindo ordas de jovens de todos os cantos da cidade.

A Praça dos Pombos é a segunda praça, localizada sobre a laje do restaurante e do *play-ground* (onde hoje se encontra o posto da P.M. e da G.C.M.). Voltada para a Avenida da Consolação, tem seu acesso por uma rampa em forma de cone (por onde se ventila e visualiza a pista). Possui um Pombal como peça central. Segundo o memorial, os gradeados e as caixas de areia executadas não faziam parte do projeto, nem o canil (que por muito tempo funcionou no local).

A Ante-Praça está localizada próxima à Rua Augusta e serve de ante-sala para a Praça Maior, e, por receber os ventos de sudoeste teria um clima diferente da Praça dos Pombos. O projeto previa espelhos d'água e esculturas sobre os mesmos que não nunca foram implementados. A praça teria sido inaugurada as pressas e com o projeto ainda inacabado segundo o depoimento de alguns de seus idealizadores. Tal fato expressa a falta de compromisso da administração municipal tanto com o corpo de profissionais que idealizaram o projeto e a prioridade meramente de inaugurar uma obra como propaganda de gestão política.

A área da Esplanada da Consolação serviria principalmente o restaurante com a colocação de mesas ao ar livre, e também como patamar de acesso ao *play-ground* infantil e a Praça dos Pombos, com 1,5 metros de elevação com relação à Avenida da Consolação.

A Praça do Mercado das Flores é o espaço entre o pentágono e a Praça dos Pombos, que foi projetado para receber barracas de flores especialmente projetadas e entrosadas com árvores de porte alto (eucaliptos e pinheiros).

O Pátio Pergolado é o espaço mais interiorizado do conjunto (onde se localizava a EMEI Patrícia Galvão), que abrigava no projeto original quatro lojas de souvenirs e uma lanchonete. Uma cobertura de pergolado manteria o clima ameno nesta área. Por este pátio seriam feitos os acessos às instalações do Serviço de Turismo, a Agencia de Correio e Telefone e a sanitários públicos.

Além destes espaços principais, foram previstas vegetações de grande porte contornando a Igreja Nossa Senhora da Consolação, e um bolsão de estacionamento aí localizado (onde hoje temos mais um acesso ao estacionamento coberto). Sobre a laje em forma de concreto estaria um mercado distrital (substituindo a antiga feira semanal que ali acontecia) e uma feira modelo com barracas em fibra de vidro especialmente projetadas. O projeto foi modificado pela administração municipal, passando a receber um supermercado particular e a feira nunca chegou a ser realizada. O supermercado que ali funcionou até recentemente (2007), antes da sua desativação como parte do processo em ação para a requalificação da praça, pertencia a rede de supermercados Pão de Açúcar (Compre-Bem). As reformulações do programa que ocorreram quando a praça já se encontrava em fase adiantada de construção exigiram adaptações sobre a estrutura do projeto para recompô-lo sem por em risco a totalidade da obra.

Em termos de área total a praça foi projetada para ser duas vezes e meio maior que aquela pavimentada em asfalto, que existiu até 1967, antes de ser destruída pelas obras do sistema viário para então ser redefinida enquanto espaço-praça-edifício, numa construção horizontalizada com cinco níveis de pavimentos.

A concepção do projeto apelava exaustivamente aos recursos tecnológicos da engenharia de construção que visava à racionalidade e a eficiência máxima na solução dos problemas da cidade. Tal urbanismo modernista fazia desaparecer qualquer vestígio da cultura local impondo uma padronização de ordem internacional. Arquitetura que repassa tudo o que é espontâneo para um plano formal, onde o funcional também prevalece e faz desaparecer o espontâneo. Ou melhor, concebe a normatização como meio de coação, mas não o faz sem o aparecimento dos conflitos e das subversões dos usos estipulados.

O projeto de 1968, com todas as reformulações e adaptações implementadas ao longo do tempo, cujas necessidades não estavam amparadas no projeto original, ou mesmo, com as subversões dos usos impostos pela apropriação social do espaço público, teve seus espaços previamente definidos por funções específicas tomado por uma intensa apropriação social.

Embora a vida transborde em todos os cantos da Praça Roosevelt - a administração municipal propõe a demolição do espaço-praça-edifício e a implementação de um novo projeto de espaço-praça-*boulevard*. Apoiada no discurso de insegurança e falta de eficiência que a forma do espaço-praça-edifício confere ao local, com a afirmação inclusive, de a obra causar poluição visual, impedindo a livre circulação de pessoas e a integração da Consolação com a Augusta.

O discurso e as ações da administração municipal vêm desconectadas dos processos sociais e vão de encontro a uma política que visa o uso seletivo também dos espaços públicos e objetivam claramente uma revalorização urbana. Percebe-se que fazem uso do mesmo discurso utilizado nas ações que levaram a desvalorização do Centro para buscar agora a sua valorização por meio de recursos estetizantes e higienizadores como se fosse possível varrer a pobreza da área central apenas demolindo uma estrutura de concreto.

2.3 – O mito da decadência do Centro.

A própria acumulação de capital produz o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, como momentos mutuamente determinantes do movimento desigual e conjunto do capital. A falta de homogeneidade da economia capitalista é um efeito necessário do desdobramento das leis de movimento do próprio capital. (MANDEL, 1975, p. 85)

Existe a decadência dos Centros? Entendemos que existe, sim, todo um discurso ideologizado a esse respeito. Proposto por urbanistas e em coalização de interesses com instituições financeiras, incorporadoras imobiliárias e construtoras, e, sob a mediação do Estado, com o intuito de obter o máximo de lucros com a reestruturação produtiva do espaço. O que existe é um discurso da decadência como estratégia de valorização de outras localidades, como ocorreu na década de 70, em diante; e, mais recentemente, como estratégia de uma revalorização urbana da própria área central desvalorizada.

Para Neil Smith (1996), a reestruturação produtiva do espaço é resultado do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, que orienta a valorização e a desvalorização dos investimentos no ambiente construído e induz a mudanças nos estilos de vida. Desse modo, depois de uma longa fase de valorização das localidades externas ao centro, o processo de reestruturação produtiva coloca acento numa revalorização da própria área central em coalizão de interesses estatais e privados (instituições financeiras, construtoras, incorporadoras imobiliárias). Não se trata de reversão na tendência à expansão das metrópoles e sim de uma estratégia de reprodução espacial voltada para a acumulação capitalista em um movimento contínuo e autofágico que inclui a desvalorização como estratégia para orientar novamente a revalorização de áreas inteiras. Contudo, a “gentrificação” promove mais uma volta do capital do que de pessoas aos Centros. O papel do Estado é o de principal indutor e articulador de estratégias com a finalidade de promover a revalorização urbana e os discursos sobre a decadência dos Centros fazem parte dessas estratégias (primeiro se criam os consensos e depois se efetivam as intervenções urbanas).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a escala da valorização inclui a escala da desvalorização como estratégia para uma futura revalorização urbana. O processo de reestruturação produtiva baseada no modelo automotivo fez

da área central um espaço extremamente recortado por pontes, viadutos e vias expressa (reconstruindo esse espaço com outras finalidades); também levou a desvalorização dos seus ambientes construídos com a mesma velocidade com que novos ambientes foram sendo construídos em outras localidades (fazendo migrar as elites e as classes médias em direção ao vetor sudoeste da metrópole).

Todavia, a área central nunca foi esvaziada como atestam alguns discursos propagados pela mídia. E, sim, tomada gradativamente por um extrato da população com menor poder aquisitivo. E, portanto, de pouco poder de escolha do local de moradia e trabalho.

Esse fato nos põe a inquirir mais cautelosamente sobre “o esvaziamento e a decadência dos Centros”, tomando essa idéia como discurso e mito, pois a área central nunca foi esvaziada. Foi, sim, tomada por um comércio mais popular e tendo inclusive a permanência de muitas de suas tradicionais atividades do setor financeiro e judiciário operando no local. Continuando, ainda, como a área onde mais circulam pessoas na cidade de São Paulo (cerca de dois milhões e meio de habitantes por dia).

Podemos afirmar, então, que, a segregação espacial é produto do processo de reprodução do espaço que tem por estratégia a desvalorização/revalorização dos lugares como pressuposto da acumulação capitalista. Uma forma também de garantir que grupos sociais distintos não se encontrem ou tenham mínimo contato numa cidade que se constrói/destrói/reconstrói cada vez mais fragmentada e hierarquizada. A funcionalização do espaço é extratificadora, posto que sobre essa lógica, demonstra ser evidente que por estratégias do Estado (infra-estrutura, políticas urbanas) e da iniciativa privada (especulação imobiliária e investimentos de toda ordem), os lugares adquirem prestígio ou desprestígio, que por sua vez valorizam ou desvalorizam áreas inteiras de maneira nada espontânea e com objetivos bem claros.

Para Lefebvre (2004, p.141-142), “[...] todo espaço é produto [...] considerado produto das relações de produção a cargo de um grupo atuante”. Continuando a sua teorização o autor explica que:

O desenvolvimento do mundo da mercadoria alcança o continente dos objetos. Esse mundo não se limita mais aos conteúdos, aos objetos no espaço. Ultimamente, o próprio espaço é comprado e vendido. Não se trata mais da terra, do solo, mas do espaço social como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade (como se diz) (2004, p. 141-142).

Logo, o espaço enquanto produto (dirigido pelo Estado e orientado para o Capital), com seu

[...] urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica) não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes. Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade (LEFEBVRE, 2001, p.24).

É sintomático o fato de que a segregação socioespacial é produto de uma racionalidade que não leva em consideração as práticas sociais. Tais modelos quando implementados pelo Estado aniquilam parte do que foi a cidade com o intuito de promover a reprodução capitalista e ao varrer as suas ruínas apagam a existência social que nelas deixaram os seus rastros. O próprio estigma propagado nos discursos (de deterioração física do ambiente construído e da violência), contrariamente a naturalização que é dada aos fatos como se fossem causas da “decadência do Centro” - tais realidades são produtos do próprio processo de produção do espaço voltada para a acumulação capitalista.

A construção de uma obra de tamanha magnitude edificada num local tão centralizado como é o entorno da Igreja da Consolação, provocou impacto sobre a vida dos seus moradores em 1969 e 1970. Contudo, se faz necessária uma inquirição cuidadosa dos depoimentos dos que viveram aquela época, pois podem atestar ações que vão provocar o mesmo impacto nos que lá vivem nos dias de hoje caso a administração municipal utilize esses depoimentos no sentido de criar consenso para promover novamente mais uma intervenção de grande magnitude - o que vai novamente impactar o cotidiano do lugar e das pessoas.

Retomando a crítica aos discursos sobre a decadência do Centro é importante lembrar o artigo jornalístico escrito por Ignácio de Loyola Brandão. O artigo descreve as transformações na vida da Praça Roosevelt expressando a idéia de que no passado, esse lugar, foi uma centralidade da cultura e da boemia para as

elites, e, que, após a construção do espaço-praça-edifício, o lugar vivenciou um período de decadência que acompanhou o processo de deterioração do próprio Centro (“O Estado de São Paulo” – 16/05/1995).

Se por um lado o depoimento do escritor expressa o estranhamento diante da monumental obra que vai surgindo diante dos seus olhos e modificando as relações socioespaciais da vida cotidiana com a pungência que a magnitude da construção impõe (da mesma forma que se comporta o poeta Charles Baudelaire diante do estranhamento que lhe causa a colossal Torre Eiffel). Por outro lado também tem o seu discurso apropriado e cooptado pela mídia e pela administração municipal no encontro dos seus propósitos (de criar consenso que a área central está decadente para promover intervenções urbanas com o propósito de criar uma revalorização imobiliária). Assim, discurso vira consenso e até mesmo o escritor diz que a área central ficou “decadente” (deterioração física do ambiente construído, suja, mal frequentada, violenta, etc.); e, que, o poder público precisa intervir com o intuito de reconduzir o local ao seu passado de glória. São as contradições do discurso da própria classe artística que, no melhor dos casos, talvez acredite que não é exatamente uma instrumentalização da cultura enquanto negócio o que vem sendo implementada pelos processos de intervenção urbana, ou, no pior dos casos, realmente concorde com essa lógica da revalorização urbana (da qual de alguma forma se beneficiem).

2.4 – A importância da cultura na produção do espaço urbano.

“A metrópole, como um ventre,
espera o desconhecido
e na solidão geométrica
nascem catedrais de ausências”
(Ronaldo Cagiano, “Exílios”)

Explanando sobre a valorização e desvalorização dos lugares e a sua relação com as intervenções urbanas, ocorridas na RMSP, pergunta-se: Por mais que propaguem o discurso de que as funções do Centro tenham perdido a sua importância e que grande parte de suas edificações, a sua magnitude, faz sentido falar na sua “decadência”? O Centro sozinho concentra 45,11% das atividades do setor financeiro contra 31,38% da Paulista, 5,74% do Verbo Divino e 17,77% das demais regiões (Associação Viva o Centro, 1998:15)⁸; não seria nesse sentido, exagerado dizer que, as funções nobres migraram para a Paulista e que no Centro permaneceram os negócios menos dinâmicos para o grande capital monopolista? Se havia todo um discurso urbanístico expresso para justificar a criação de novas centralidades em detrimento da inadequação das edificações do Centro (frente às novas formas de organização, mudanças nos fluxos de serviços, saturação do sistema de circulação viário) - faz sentido agora um discurso que exalta a “requalificação das edificações” desse mesmo Centro?

Quanto ao processo de “revitalização” do centro histórico, dito como “decadente”, indaga-se: Que vida se quer reavivar? Quem planeja e a quem atendem as estratégias de requalificação urbana?

Todas as questões postas sinalizam para as contradições no/do processo de reprodução do espaço urbano, onde velhas formas desaparecem para dar lugar a formas novas, exigidas por novas atividades. O fenômeno da deterioração urbana parece salientar uma desproporção entre o “patrimônio edificado” e a “vida de relações”, cuja reprodução ampliada da desigualdade social é indutora e causa. Onde as estratégias do “capital” objetivam a revalorização da área e, portanto a mudança do conteúdo social, supostamente para perfazer a manutenção de seus ambientes de trabalho e moradia. Segundo Lefebvre (1991,

⁸ Embora os dados não sejam ainda reveladores da complexidade da área central que atualmente tem recebido destacada atenção por parte das administrações municipais.

p.94):

A segregação deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneos (proveniente das rendas e das ideologias) - voluntários (estabelecendo espaços separados) – programados (sob o pretexto de arrumação e de plano).

Trata-se, neste caso, de segregação programada sob o pretexto do “progresso”, com sua “estética do progresso”, orientado pelo Estado e para o Capital. Se por um lado, novas áreas ganham novos conteúdos, também é possível verificar que, as antigas áreas também ganham novos conteúdos mesmo com a “permanência de suas formas” (restauradas, renovadas, requalificadas).

No presente, a reestruturação produtiva da cidade vai (re)inserí-la – a praça e as atividades que já existiam/existem na região - na totalidade desse processo. Trata-se de ações e estratégias que visam à valorização cultural das localidades frente à competição das cidades, posta pela mundialidade do capital e gerida pelo Estado. O Estado, definido como “abstração concreta” (expressão da forma política) por Henri Lefebvre. É aquele que “está em todo lugar e em lugar nenhum” pois enquanto “mediação das mediações” é o único que possibilita intervenções de grandes escalas na cidade através do aparelho jurídico e das leis materializando os seus discursos na paisagem urbana, dando-lhes forma concreta. Ou seja, o papel estatista é o de indutor da reestruturação produtiva do espaço urbano, papel imprescindível à acumulação capitalista e a sua sobrevivência.

Otília Arantes aborda e explica como as mudanças conjunturais do capitalismo orientam a (re)estruturação produtiva das cidades. A autora revela que da crise do fordismo-taylorismo (nos anos 70) surge uma nova matriz liberal de planejamento estatal – o Planejamento Estratégico (uma espécie de mimeses da gestão empresarial que tem por fundamento aferir renda da cidade – tornando-a uma “máquina urbana de produzir renda”).

Nessa matriz neoliberal, segundo a autora, só terão êxito as cidades que visando o crescimento econômico souberem articular e fazer convergir os interesses dos diferentes agentes econômicos e políticos locais para atrair o escasso e volátil capital internacional no cenário de competição entre as cidades no mundo globalizado. Ocupando o espaço, (re)produzindo o espaço como forma de gerir a crise da produção industrial onde os capitalistas passam a direcionar os

investimento para o mercado imobiliário.

É posto no centro do debate a transformação da cultura que ao tornar-se imagem (uma forma de representação na sociedade do espetáculo), sai da esfera autônoma e da resistência, para converter-se em mercadoria. Essa máxima de que “tudo é cultura” criou, segundo a autora, o que ela denomina de “culturalismo de mercado”. Ou seja, a cultura transformada em negócio torna-se um chamariz para a atração de investimentos (torna-se imagem, espetáculo) facilitando a fabricação de consensos em torno da cidade do pensamento único – aquela disposta através da adoção da nova matriz liberal a competir no mercado mundial de cidades (pois seria a única via para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social – segundo os seus defensores neoliberais).

Esse modelo de mão única que atende ao eufemismo de “fazer cidade” (através de fortes intervenções urbanas de caráter estetizantes nas áreas centrais dos centros das grandes cidades) trata-se de um processo de reestruturação produtiva das cidades para adequá-las a nova fase de capitalismo flexível e com predominância do terciário. Muitos autores denunciam que por trás do discurso de valorização do cultural se escondem outras finalidades: revalorização das áreas e a retomada dos negócios imobiliários. Em muitas das cidades abordadas pela autora as experiências do planejamento estratégico levaram invariavelmente à gentrificação das áreas centrais onde ocorreram intervenções urbanas sobre o pretexto do discurso de valorização do cultural (Nova-York, Paris, Barcelona, Bilbao, Lisboa e Berlim). E tornou-se consenso na opinião pública mundial, inclusive no Brasil, que essa é a via para o desenvolvimento das cidades – em cidades da periferia do mundo a aplicação e os efeitos do planejamento estratégico são ainda mais drásticos e contraditórios do que nas cidades de origem do modelo, todavia, trata-se de qualquer modo de uma “estratégia fatal”.

Desse modo, a cidade passa a ser transformada em objeto de consumo e espetáculo. No caso de São Paulo, o centro tradicional por abarcar o maior capital simbólico da cidade passa a ser alvo de planejamentos e estratégias como o intuito de promover uma valorização localizada do cultural como acontece nas grandes cidades do mundo. O processo embora não evidencie uma gentrificação é pautado na violência e na exclusão social. Promover a imagem da cidade é fazer uma assepsia urbana que varre não somente as ruínas do que foi a

cidade, mas também a população pobre da paisagem urbana. De qualquer modo passamos do primado das relações de produção para o primado das relações de “sedução” (época do poder da imagem na chamada “sociedade do espetáculo”) onde a impressão é a de que “a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia tornou-se cultural” (ARANTES, 2000, p.47).

2.5 – Palco Roosevelt: a cultura como mercadoria vedete.

Em seu clássico livro *A Sociedade do Espetáculo*, Guy Debord (1997) já apontava para a tese de que a cultura seria a mercadoria privilegiada da época que ele denominou de “sociedade espetacular”, nas palavras do próprio autor:

A cultura tornada integralmente mercadoria deve também se tornar à **mercadoria vedete** da sociedade espetacular. Clark Kerr, um dos ideólogos mais avançados dessa tendência, calculou que o complexo processo de produção, distribuição e consumo dos conhecimentos já açambarcam anualmente 29% do produto nacional dos Estados Unidos; e prevê que a cultura deve desempenhar na segunda metade do século XX o papel motor no desenvolvimento da economia, equivalente ao do automóvel na primeira metade e ao das ferrovias na segunda metade do século XIX (DEBORD, 1997, p.126).

A cultura não é qualquer mercadoria como aquela do plano das fábricas. Todavia, inegavelmente ela se transformou num gênero de mercadoria. Na atualidade, pode-se dizer, que, ela inclusive orienta a reestruturação produtiva dos centros das grandes cidades mundiais.

Este tópico, parte do contundente debate nacional sobre as políticas públicas para a cultura, pois que orientam não somente as companhias teatrais paulistanas, como toda a produção cultural brasileira. Como denuncia David Harvey (2005, p.79): “Atualmente, há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado”. No centro do debate cultural, no Brasil, está a incisiva crítica à Lei Rouanet, que concede incentivos fiscais para empresas que invistam em projetos de cunho cultural e artístico. O argumento da crítica é que o atual modelo neoliberal transforma a cultura em mercadoria e, ao mesmo tempo, faz dela um poderoso instrumento de marketing para as empresas. Como salienta Henri Lefebvre (1969, p.23): “A transformação das múltiplas culturas em mercadoria de consumo monótono caminha de mãos dadas com a sua parcelarização, sua deslocação, sua ideologização”. O Estado transfere o seu papel de investir na cultura para a iniciativa privada, abandonando a formulação e a execução de políticas públicas próprias, e, desse modo, reforça o caráter privatizante dessas leis. A iniciativa privada, por sua vez, investe prioritariamente em projetos “espetaculares” e que lhes garantam lucros certos. Ou seja, os espetáculos se tornam cada vez mais padronizados

(simplificados) e vira “consumo monótono” para atrair o “consumidor médio” sem por em risco as formas de retorno (em dinheiro ou em publicidade). Como ratifica Henri Lefebvre (1969, p.23): “[...] é cada vez mais o espetáculo uniforme da tecnicidade, e, por conseguinte, das simplificações puras e simples, que é oferecido (vendido) às pessoas mergulhadas no cotidiano”.

Essa breve introdução aponta para a “colonização do cotidiano”, nos dizeres de Henri Lefebvre. A cultura passou a desempenhar um papel motor no desenvolvimento da economia capitalista e o Estado através da formulação de leis passou a instrumentalizar a cultura como negócio sinalizando para uma sociedade marcada pelo processo de mercantilização também da vida cotidiana - chamada de “Sociedade Burocrática do Consumo Dirigido” por Henri Lefebvre.

É neste contexto que está posto o debate sobre a produção teatral paulistana. Dentro dessa tendência de “instrumentalização da cultura como negócio” que debatermos a importância da produção teatral realizada na Praça Roosevelt; tanto para o teatro paulistano e a dramaturgia contemporânea, quanto para medir a sua influência na transformação do local no qual os teatros estão inseridos. Trata-se de uma abordagem do contexto local conformado pela influência das políticas públicas nacionais e pelas tendências mundiais de mercantilização da cultura.

O livro "A Luta dos grupos Teatrais de São Paulo por Políticas Públicas para a Cultura" (2006), examina os cinco primeiros anos da Lei Municipal de Fomento ao Teatro. Parte da crítica aos modelos de financiamento público que se dão mediante a isenção fiscal e recompõe a luta dos grupos teatrais de São Paulo por políticas públicas para o setor. Fala da importância da luta da classe teatral paulistana onde a formação do movimento “A arte contra a barbárie” foi fundamental para o contexto que gerou a Lei de Fomento ao Teatro.

Nessa obra, os autores relatam as experiências fomentadas durante os cinco primeiros anos da Lei de Fomento ao Teatro e fazem o exame dos impactos que a lei trouxe na diversificação da cena teatral que conformou uma nova fisionomia para o teatro paulistano. Ou seja, só é possível entender a explosão da produção teatral das pequenas companhias de teatro e a transformação da fisionomia teatral da cena paulistana capturando nessa conformação a influência que teve o Programa Municipal de Fomento ao Teatro, instituído pela Prefeita Marta Suplicy em 2002.

O dramaturgo carioca Roberto Alvim, afirma em uma matéria intitulada “A Roosevelt explodiu”, para a revista *Época* (2009) que, “essa cultura de pequenos teatros baseada em pesquisa se fortaleceu por causa da Roosevelt”. Segundo ele, esse interesse das platéias pelo experimental é incomum em qualquer outra cidade brasileira. Roberto e Juliana Galdino, proprietários do *Club Noir*, uma sala para 50 espectadores, situada na Rua Augusta, a poucas quadras da Roosevelt, só conseguiram se estabelecer no local por meio do dinheiro de fomento da cidade de São Paulo. Talvez o fenômeno da explosão da cultura de pequenos teatros baseados em pesquisa só se explique pela influência dos critérios estabelecidos pelo programa para a concessão do fomento. Roberto Galdino enfatiza justamente esse fato - “Esse programa privilegia companhias que estão estruturando sedes” - diz na mesma reportagem da revista *Época*.

A constatação é que mesmo com o aumento do público pagante as pequenas companhias teatrais não conseguem se manter apenas com a bilheteria. Elas não podem sequer recorrer à Lei Federal de Incentivo à Cultura, conhecida por Lei Rouanet, já que as empresas que revertem parte de seus impostos em financiamento de projetos culturais preferem ver seus nomes vinculados a espetáculos maiores que lhes garanta maior retorno em publicidade.

Eduardo Chagas – um dos fundadores do Teatro X – é um defensor do Programa Municipal de Fomento. Em conversa ao telefone, relata que em 2005, na gestão Serra, houve a suspensão por tempo indeterminado do programa e atraso na distribuição da verba que já estava aprovada pelo orçamento daquele ano. A suspensão e o atraso na distribuição da verba do fomento provocou o fechamento de muitas companhias que dependiam exclusivamente desse dinheiro para funcionar. Segue abaixo, o manifesto escrito por ele, na época do acontecimento, que faz uma crítica à tendência de mercantilização da cultura – Manifesto pela Lei de Fomento:

A suspensão do Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo anunciada pela atual Secretaria de Cultura não é só um ato de regressão autoritária, mas um símbolo da miséria das políticas culturais no país. Vem reforçar a imagem da Cultura como desperdício, como desnecessidade, direito exclusivo dos que podem por ela pagar.

À procura de um formalismo jurídico sobre a dotação orçamentária e sem nenhum amparo no debate público, a suspensão descabida da Lei de Fomento revoga uma decisão unânime do Legislativo, sancionada pelo Executivo, e desmonta uma conquista histórica do teatro paulistano. Aceita as ordens esterilizantes da razão financeira e fecha os olhos a um dos raros florescimentos artísticos de nossa época.

Em sua breve existência, a Lei de Fomento é um exemplo único de ação do Estado no campo da cultura. É direta, sem qualquer dirigismo: delega aos coletivos de trabalho a liberdade e a autonomia da formulação poética. É descentralizadora, mas nunca populista: estimula a ampla circulação da qualidade. É transparente e tem foco nítido: seu critério de valor é a pesquisa coletiva de quem se dispõe ao diálogo entre arte e sociedade.

Na comparação com outras leis para o setor - como as de incentivo através da renúncia fiscal - a verba destinada ao Programa de Fomento ao Teatro é muito pequena. No entanto é ela que garante a liberdade e a autonomia dos artistas, não à dos patrocinadores. É ela que beneficia a formação de espectadores, não de consumidores. É ela que expressa interesses sociais, avaliados e cobrados pelo Poder Público, numa inversão total do privatismo empresarial que impera no uso das verbas públicas.

Filha do movimento de grupos teatrais de São Paulo - corporificado nos anos 70 e retomado nos anos 90 - a Lei de Fomento entende a Cultura como um processo de longa duração, não como somatória de produtos eventuais. Não é por acaso que se tornou um modelo para todo o Brasil. Não é por acaso que as outras categorias artísticas, motivadas por seu exemplo, têm procurado superar a fragmentação e a competitividade impostas pelo mundo do trabalho precarizado para reivindicar a mesma atenção pública.

Conforme reportagens da época (2005), verificou-se que a classe teatral protestou contra o poder público municipal exigindo a retomada do programa. Embora o mesmo tenha sido retomado mediante a luta da classe teatral, o período de suspensão do fomento resultou no fechamento de muitas sedes de pequenas companhias teatrais que estavam se estabelecendo na cidade durante aquele período.

Eduardo Chagas esclarece (em conversa ao telefone)⁹ que, apesar dos percalços com o Programa de Fomento ao Teatro - essa é uma das poucas políticas públicas voltadas para a cultura com resultados efetivos – pois, segundo ele, houve um crescimento quantitativo da produção teatral paulistana e em termos quantitativos essas companhias proliferaram sobre a cidade ajudando a transformar a vida no entorno das comunidades onde estabeleceram suas sedes - onde “Os Satyros”, estabelecidos na Praça Roosevelt, é exemplo.

No Estadão, de 16/03/2005, numa matéria da Beth Nespoli sobre o debate que ocorreu na Cooperativa Paulista de Teatro em 14/03/2005, Rodolfo Garcia Vazquez - Companhia de Teatro Os Satyros – afirma que o importante é defender um conceito de política cultural. Defende ainda a Lei Municipal de Fomento ao Teatro como alternativa a malfadada Lei Federal de Incentivo Fiscal, nas suas próprias palavras:

Que o Fomento é uma oportunidade única de o poder público adotar uma política cultural de verdade e tirar das mãos dos marketeiros as decisões sobre o que é a cultura nacional. Ou vocês acham que os gerentes de marketing de uma multinacional vão patrocinar qualquer coisa que não seja favorável à imagem da empresa? Resumindo: chega de deixar a política pública sobre cultura ser decidida por executivos engravatados que vão só discutir o retorno de imagem para o produto da empresa americana X ou a estatal gigante Y. O próprio Banco do Brasil define, nas suas regras de patrocínio, que o projeto cultural não pode prejudicar a imagem do Banco!!!(Estadão, 16/03/2005)

Cabe esclarecer que a Lei Rouanet foi criada durante a gestão do PSDB no Governo Federal, embora em 2005, fosse o PT a ocupar a Presidência da República. Também é bom resgatar que a Lei Municipal de Fomento ao Teatro foi criada por um vereador do PT e sancionada pela Prefeita Marta Suplicy em 2002. O debate ocorrido na Companhia Paulista de Teatro, ponto irradiador dessas críticas, teve por contexto a suspensão do Programa Municipal de Fomento ao Teatro durante a gestão do Prefeito Serra. Para não deixar por entender ao leitor que a política neoliberal criticada por Rodolfo Garcia Vázquez seja produto do atual Governo Federal.

⁹ Eduardo Chagas foi ator e diretor do Teatro X, atualmente elabora algumas produções teatrais fora da companhia, mas na comunidade (Praça Roosevelt). Foi ele quem dirigiu e apresentou no interior da praça a peça A Paixão com atores amadores e com grande participação da comunidade. Atualmente prepara outra peça para ser apresentada em praça pública (o padre Assis colabora com Eduardo Chagas cedendo o salão paroquial da Igreja da Consolação para a realização dos ensaios). A conversa ao telefone se deu em Fevereiro de 2009.

O movimento da abordagem partiu da crítica às tendências mundiais de mercantilização da cultura posta pelo Capital, deu sequência a discussão atacando o caráter neoliberal açambarcado pelas políticas públicas nacionais voltadas para a produção cultural e, chegou ao âmbito local onde a conformação das companhias teatrais paulistanas sobre a cidade se deu mediante a influência do Programa Municipal de Fomento ao Teatro.

Para além do apontamento desse importante fator de influência para a explosão das pequenas companhias teatrais por diversas regiões e territorialidades da cidade de São Paulo – tentaremos desmanchar consensos fabricados pela imprensa para definir essa cena emergente no teatro paulistano.

Alguns alegam que não se trata de um teatro comercial e que as produções fogem do comum praticado pelas grandes companhias. Como diferencial, pode-se dizer, que, possuem um padrão de qualidade premiado mundialmente e preços populares. Essas companhias possuem algum diferencial ou alguma forma de subversão com relação ao que é oferecido (vendido) como “espetáculo monótono” ou algum dia possuíram? Qual o cuidado que devemos tomar quando temos como objeto de estudo uma mercadoria que se coloca num plano mais elevado da criatividade e do sentido humano? Pelo menos uma orientação para essa última indagação nós temos – assim analisa e orienta David Harvey:

É inegável que a cultura se transformou em algum gênero de mercadoria. No entanto, também há a crença muito difundida de que algo muito especial envolve os produtos e os eventos culturais (estejam eles nas artes plásticas, no teatro, na música, no cinema, na arquitetura, ou, mais amplamente, em modos localizados de vida, no patrimônio, nas memórias coletivas e nas comunhões afetivas), sendo preciso pô-los à parte das mercadorias normais, como camisas e sapatos. Talvez façamos isso porque somente conseguimos pensar a seu respeito como produtos e eventos que estão num plano mais elevado da criatividade e do sentido humano, diferente do plano das fábricas de produção de massa e do consumo de massa. No entanto, mesmo quando nos despimos de todos os resíduos de pensamento tendencioso (muitas vezes, com base em ideologias poderosas), ainda assim continuamos considerando como muito especiais esses produtos designados “culturais”. Como a condição de mercadoria de tantos desses fenômenos requer inquirição cuidadosa e escrutínio matizado. (HARVEY, 2001, p. 221).

É preciso escrutinar se está sendo elaborada uma produção teatral pelas pequenas e emergentes companhias teatrais na cena paulistana que escape à tendência das montagens comerciais voltadas para o entretenimento fácil e lucro certo. Através de uma análise matizada é preciso desmanchar os consensos estabelecidos principalmente pela imprensa menos especializada que resolveu chamar de “teatro alternativo” toda e qualquer produção teatral realizada fora das grandes salas de espetáculo da cidade.

A cena teatral da Praça Roosevelt já foi apelidada de “*Off-Broadway*¹⁰” e considerada como “reduto alternativo do teatro paulistano” pela imprensa que insiste em criar rótulos para facilitar a assimilação do fenômeno pelos leitores e mapear a produção cultural da cidade. Essas produções são caracterizadas principalmente por serem praticadas com baixo orçamento, produção e recursos mínimos. Criou-se o mito de que o “teatro alternativo” acontece apenas em espaços muito pequenos, precários e pouco convencionais, em geral, sujos, tais como porões, galpões de fábricas desativadas, garagens de antigos casarões, etc. Tal descrição abarca alguns casos de expoentes do “teatro alternativo”, no entanto, está longe de ser absoluta - como apontou a discussão realizada pela Revista Bacante, especializada em crítica teatral, em 01/05/2007.

Para alguns atores, diretores, críticos e produtores teatrais nesse mesmo debate realizado pela Revista Bacante – o teatro que tenta ser uma alternativa com relação ao que é produzido comercialmente busca um sentido diferente e verdadeiro para suas produções, em geral, por meio de uma intensa pesquisa.

A intenção com que são feitos e a verdade que pretendem transmitir são fatores de diferenciação dos espetáculos e repertórios que não buscam se enquadrar no teatro produzido para entreter e lucrar. Por outro lado, o teatro baseado em pesquisa também necessita de investimentos para não se tornar minimalista demais na tentativa de romper com as suas limitações materiais, financeiras e de espaço. É um mito relacionar o termo alternativo para abarcar todas

¹⁰ Diz-se tanto da região geográfica situada na cidade de Nova York, que congrega coletivos artísticos atuantes em espaços teatrais não convencionais; quanto do conjunto de espetáculos, também não convencionais, que apesar da sua heterogeneidade, em termos de pesquisa cênica, configura um conjunto denso e ao mesmo tempo expressivo das principais tendências e gêneros contemporâneos devotados ao experimentalismo teatral com ênfase, atualmente, na performance em arte.

as produções realizadas com baixo orçamento. O fator qualidade está muito mais relacionado às intenções com as quais essas produções são realizadas e com o trabalho de pesquisa que elas desenvolvem do que com a falta de recursos de toda ordem, ou seja, a qualidade está muito mais relacionada ao processo do que ao produto final – e para muitos, o que acaba ficando é um teatro bom ou ruim para nomear a qualidade das produções.

Rodolfo Garcia Vázquez, do grupo Os Satyros, explica que o método que desenvolveram busca quebrar com os limites e propor novas perspectivas na relação público-plateia, um teatro mais dionisíaco, ritualista, que responde de forma mais imediata – chamada por eles de “teatro veloz” – conforme informações contidas na biografia teatral da companhia “Os Satyros: um palco visceral” (2006). E nessa perspectiva diferencia a produção teatral da sua companhia das montagens de cunho comercial voltadas unicamente para o entretenimento fácil. Com suas próprias palavras:

Existem espetáculos que ficam preocupados primeiro com a relação comercial, depois em ter uma fórmula para agradar ou divertir o espectador, mas sem fazê-lo entrar em contato consigo mesmo de uma forma aprofundada. Esse tipo de teatro subestima o potencial de vida, de vitalidade que o teatro traz (Revista Bacante, 01/05/2007).

Pedro Martins, do grupo TUCAM, concorda que a essência dos grupos alternativos é a opção pela pesquisa e a despreocupação com o âmbito comercial da arte. “São grupos que misturam gêneros, linguagens e estéticas para estabelecer uma outra relação com o público, diferente do gostar ou entreter” (Revista Bacante, 01/05/2007).

Embora os mentores dos dois grupos concordem que o interesse pela pesquisa e a despreocupação com o mercado caracterize o trabalho dos grupos alternativos – as duas companhias guardam muitas diferenças. O TUCAM foi formado por um grupo de atores da UnB, em 2004, e cujo custo das viagens para apresentar a sua primeira peça, *Adubo*, foi custeada entre os seus quatro integrantes. Baixo orçamento e intenso trabalho de pesquisa, sem preocupação comercial. Já Os Satyros, trata-se de um grupo bastante premiado e absorvido pela mídia que teve um aumento tão significativo de público que gerou um verdadeiro pólo teatral na Praça Roosevelt.

De encontro a este argumento, o dramaturgo Sérgio Roveri que possui produções no próprio Os Satyros, questiona essa áurea alternativa que ronda a região e os seus grupos: “Nos últimos anos, Os Satyros foram contemplados com vários prêmios de incentivo, excursionaram pelo Brasil e pela Europa, são referência na produção teatral da cidade e transformaram a Praça Roosevelt num pólo de produção cultural, onde as filas começam às 18h e não terminam antes da meia-noite. Então, como dizer que um grupo como eles é alternativo?” (Revista Bacante, 01/05/2007).

Ponderam Leca Perrechil e Juliene Codognotto, da Revista Bacantes, que a relação do grupo Os Satyros com a grande imprensa é uma das relações mais controversas e comentadas no cenário teatral paulistano. Questionam: “É possível se manter alternativo depois de sair na capa da revista Bravo?” (Revista Bacante, 01/05/2007). Muitas hipóteses e opiniões foram postas durante este breve debate sobre o trabalho desses grupos teatrais. E segue o debate para continuarem sendo repostas.

Mesmo existindo uma diferenciação entre as grandes montagens comerciais e o teatro de pesquisa dessas pequenas companhias - a maioria dos críticos sérios de teatro, não acredita na existência de nenhuma vanguarda na atualidade. Também podemos afirmar que o teatro de baixo orçamento e qualidade duvidosa não é sinônimo ou desculpa para (ser enquadrado como) alternativo, pois esse está fundamentado na busca de qualidade independente da falta de recursos materiais, financeiros ou de espaço. O que também não impede a existência de qualidade no teatro comercial - embora este esteja mais limitado com relação ao repertório e com a experimentação de estéticas e linguagens pela influencia dos patrocinadores que esperam um retorno financeiro certo.

Existem nuances e texturas no teatro produzido pelas pequenas companhias teatrais que guardam semelhanças e muitas diferenças tornando bastante controverso o emprego da denominação de “teatro alternativo” para abarcar o trabalho de todos esses grupos paulistanos. Apontar as contradições é um meio de revelar a complexidade do tema para além da busca por uma definição fácil para a tendência da proliferação das pequenas companhias por São Paulo. Trata-se de desmanchar os consensos através da análise, desvendar os processos constitutivos, revelar particularidades e, apontar tendências, de forma aberta e continua, sem a

pretensão de esgotar a discussão.

Decidiu-se neste tópico, para efeito da análise, realizar o movimento do pensamento partindo das discussões políticas e econômicas que incidem sobre a cultura percorrendo da escala mundial para a nacional e, desta, para a local – esclarecendo que se trata de relações escalares profundamente influentes umas sobre as outras.

Num segundo momento da análise, agora do conteúdo abarcado pelas produções dessas pequenas companhias teatrais que eclodiram sobre a cidade de São Paulo, foi determinante desmanchar os consensos estabelecidos pela imprensa para caracterizar o teatro feito na Praça Roosevelt.

Num movimento inverso, optou-se por fechar o tópico caracterizando a conformação espacial dos teatros na Praça Roosevelt e fazendo o exame da sua importância sobre as transformações do entorno.

Resumindo: após esse breve debate sobre a influência das políticas públicas e as nuances da produção teatral, partiremos para uma abordagem mais incisiva da relação dos teatros com as transformações da praça e do entorno no qual estão inseridos.

No começo desta década, a Praça Roosevelt volta a ter sua imagem vinculada na imprensa. Não mais como “o lugar da violência” (decorrente dos anos de abandono da praça por parte do poder público municipal) e sim como um lugar de efervescência cultural para a produção teatral paulistana. As matérias na imprensa anunciavam que “a Praça Roosevelt estava novamente na moda!” - aludindo aos áureos tempos em que era a centralidade cultural da elite paulistana.

Num raio de cerca de um quilometro dali se encontram outros espaços como o Galpão do Folias, o Teatro de Arena e o Cultura Artística – historicamente toda a região é marcada por uma forte concentração de teatros que funcionaram e ainda funcionam no trajeto que se estende da Vila Buarque ao Bexiga.

Antes de abordar como se deu o processo de dinamização da vida cultural e social do local através da aglutinação dos diversos teatros na Praça Roosevelt, vamos descrever quantos e como são esses estabelecimentos situados nesse endereço.

Mapa 7 - Localização dos teatros na Praça Roosevelt



Fonte: Folha de S.Paulo, 19.03.2007

Conforme verificamos no mapa, os teatros estão concentrados nos endereços da calçada que se estende da avenida da Consolação até a rua Nestor Pestana, que neste trecho, recebe o nome de Praça Roosevelt (voltando a nomeação de rua Martinho Prado, deste ponto em diante). Adentrando pela avenida da Consolação, a disposição dos teatros é a seguinte: Satyros 1 (funcionando no n.º214 desde dezembro de 2000), Espaço 184 (funcionando no n.º184 desde fevereiro de 1997), Teatro do Ator (funcionando no n.º 172 desde 2002), Espaço Parlapatões (funcionando no n.º 158 desde setembro de 2007), Satyros 2 (funcionando no n.º 134 desde Agosto de 2005 – entre 2002 e 2005 funcionava nesse endereço o Teatro X) e o Espaço Cultural Ópera Buffa (funcionando no n.º 82 desde novembro de 2007 – não consta no mapa).

Partindo para a caracterização das instalações dos teatros que funcionam no local, temos que, a maioria deles está instalada em espaços pequenos com capacidade para um número limitado de expectadores que varia de 50 até no máximo 100 pessoas. Alguns espaços possuem instalações mais precárias, como o Satyros 1 e 2, que utilizam arquibancadas estofadas ou cadeiras de plástico arranjadas de um modo tão comprimido dentro do pequeno espaço que quase não

separa o palco da platéia – O Satyros 2 funciona num porão. Outros contam com boa infra-estrutura, como o Espaço Parlapatões, com palco italiano, cerca de 100 poltronas novas, ar-condicionado, acesso para deficientes físicos e um espaçoso café-bar na entrada. O Espaço 184 e o Teatro do Ator também possuem acomodações para cerca de 100 pessoas embora façam um trabalho com menor expressão artística comparado com Os Satyros e Os Parlapatões (companhias mais estabelecidas e premiadas). Quanto ao Espaço Ópera Buffa, com arquibancada para cerca de 50 expectadores, tem se consolidando mais com relação às apresentações musicais dentro do repertório da MPB, do que efetivamente na produção teatral. Quanto ao repertório: Os Satyros é um grupo conhecido por tratar de temas marginais e profanos que fazem parte da realidade do entorno; já o grupo Parlapatões leva para o palco o que é próprio da rua, como a linguagem circense.

Faremos algumas considerações sobre a modalidade de teatro praticado e sua influência nas transformações e na conformação da Praça Roosevelt como um importante pólo teatral paulistano. As considerações farão uso do documentário radiofônico “A vida teatral na Praça Roosevelt”, produção e pesquisa de Maximiliano Soriani, gravado no centro universitário FIEO em Junho de 2007 – que será escrutinado dentro de uma perspectiva crítica de análise encadeada com outras pesquisas.

O documentário radiofônico, por ter apenas 18’55 de duração, faz uma abordagem panorâmica sobre a trajetória da vida cultural da Praça Roosevelt. Possui uma orientação mais informativa do que de análise e, portanto, reproduz alguns clichês difundidos pela imprensa geral. O documentário, parte dos anos áureos da praça para o cinema e a bossa-nova, fala da época de resistência ao Governo Militar, critica a construção da Praça Roosevelt, fala da decadência física e social da praça nos anos 80 e, abrange na maior parte do tempo, a história recente da praça como reduto do teatro alternativo paulistano.

O documentário relata que o Cineclube Oscarito fechou em 1994, tendo sido apropriado pelo Teatro de Câmara de São Paulo até 1997 e, daí em diante, pelo Teatro Studio 184 de Dulce Muniz – que se diz “a precursora dessa trajetória que transformou a praça em pólo teatral”. Em 1998, Gabriel Catellani, aproveita o espaço deixado pelo cine Bijou, fechado em 1995, e inaugura o Teatro do Ator em 2002 (antes funcionou como Cine Teatro de Arte Recriarte Bijou - espaço

que nasceu como extensão da Escola de Arte Recriarte que há vinte e cinco anos forma artistas de vários seguimentos). Em seu depoimento para o documentário radiofônico, Gabriel Catellani também traz para si, a responsabilidade de ter fomentado o pólo teatral na praça:

Nós inauguramos entre 98 e 99 e nosso grande padrinho que cortou nossa fita inaugural foi o Paulo Autran, que veio assistir ao primeiro espetáculo aqui e que deu um depoimento maravilhoso dizendo da importância desse espaço para sua vida e para a vida de todos os artistas nacionais. A partir daí colocamos em um ano mais de 20 mil pessoas em uma sala que cabe 110 pessoas e começamos a mostrar para os empresários que há uma vocação artística para essa região. A partir daí a praça começou a ter um movimento novo, a polícia militar se instalou na praça, começou um movimento Viva Centro, Viva Praça, para recomposição desse espaço.

O documentário segue narrando como a crescente atividade teatral começa a transformar a praça, provocando a evasão da criminalidade e atraindo um número cada vez maior de frequentadores, principalmente com a chegada da companhia Os Satyros, em 2000, que se tornou um marco na vida teatral da Praça Roosevelt. No roteiro, afirma que, o repertório polêmico e a estética carregada de nudez serviram de chamariz para a mídia que, por sua vez, trouxe um público ainda maior, provocando o surgimento de um pólo cultural na Praça Roosevelt. Acrescenta que, Os Parlapatões chegaram em 2005, completando o atual circuito de teatro da Roosevelt. Com um teatro mais circense e irreverente, também bastante premiado. Conforme ressalta Gabriel Catelani:

O público começa a perder o medo de vir para o centro, as pessoas tinham esse medo, não sei então não vou. E aqui temos um sistema de segurança que em 8 anos não teve nenhum tipo de degradação, você tem estacionamento ao lado com manobristas, os espetáculos são todos acessíveis e aí fechou essa proposta muito saudável com a chegada dos Parlapatões, aí definitivamente sedimentou a idéia da praça.

No livro “Os Satyros: um palco visceral” de André Guzik: Rodolfo Garcia Vázquez e Ivam Cabral ponderam que o processo que trouxe público para os teatros da praça, assim como, a assimilação da produção teatral do Satyros pela imprensa, foi lenta e repleto de obstáculos. Não concordam também que o trabalho feito pelo Teatro 184 e o Teatro do Ator tenha tido expressão artística suficiente para provocar qualquer mudança na praça. Declara no livro que simplesmente os críticos e as pessoas se negavam a pisar na Praça Roosevelt e no Centro:

RGV – E mesmo quando nós estreamos, logo no começo percebemos os problemas. Uma importante crítica teatral chegou a dizer pro Ivam, textualmente: “Eu não piso na Praça Roosevelt, desculpe, mas não vou ver o trabalho de vocês”. E percebemos o tamanho da complicação que íamos enfrentar. (GUSIK, 2006, p.206)

IC – Quando falávamos para as pessoas: “Vamos abrir um teatro na Praça Roosevelt”, respondiam: “Vocês estão loucos! Por que na Praça Roosevelt?” E daí vimos que a gente teria um grande pepino pela frente, muito grande. Ninguém falava: “Que legal, vocês vão para a Praça Roosevelt!” Era o contrário: “Que absurdo. Por que vocês vão para lá?” (GUSIK, 2006, p.206)

Seguem no livro com depoimentos sobre como enfrentaram a criminalidade e foram se inserindo na praça até conseguirem transformar o local num pólo teatral da cidade. Julgam-se promotores de uma revitalização cultural do lugar que soube inserir todos os segmentos sociais que lá coabitavam. Contam histórias de como trouxeram meninos de rua em sua proteção e como inseriram desde travestis até pessoas dos movimentos sociais em suas peças. Não fazem nenhuma crítica contundente a gestão Serra-Kassab, mas discursam que o processo de revitalização cultural que impulsionaram na praça não tem nada de higienista, ao contrário, afirmam que foi uma verdadeira inclusão social do entorno o que promoveram:

RGV – A praça era muito esquisita. Uns bares muito estranhos. Um bar de michês, outro de travestis, mais um de prostitutas. À noite, era um lugar perigoso, perigoso mesmo.

IC – Muito trash. Os travestis barra-pesada enfrentavam a gente. Sentavam-se ali na praça e dominavam, mandavam naquilo. Os traficantes da praça também começaram a prestar atenção na gente. Quer dizer, fomos pressionados por todos os lados. E apesar disso inauguramos o Espaço dos Satyros no dia 1º de dezembro de 2000. Foi bacana, a imprensa deu-nos um espaço legal. Estava montado então o nosso projeto. Foi muito difícil, no entanto, porque daí acordamos para a realidade: a dificuldade de atrair o público. Daí, fiz o trabalho de ligar para todo mundo, convidar as pessoas. E ouvia delas coisas como: “Não vou ao centro”. Percebemos, ao contatar essas pessoas, que estávamos em lugar perigoso, estranho, difícil, ao qual muita gente se recusava a ir. Daí chegamos a 2001 sabendo que teríamos essa complicação. Tivemos que negociar inclusive com meninos de rua que dominavam a praça. Era tudo muito escuro. Pedíamos para a prefeitura trocar as lâmpadas queimadas. Eles resistiam, não vinham imediatamente, mas enfim apareciam, trocavam as lâmpadas durante o dia, elas acendiam por volta das seis horas, sete horas, e os traficantes mandavam quebrar todas. No dia seguinte, ligávamos para a prefeitura, demoravam mais não sei quanto tempo para vir, colocavam as lâmpadas, os traficantes quebravam de novo. O lugar era muito escuro, e eles enfrentavam a gente, de frente para nós. Sentavam na mureta em frente ao Espaço

dos Satyros marcando a gente, encarando, fazendo cara feia, ameaçando. Resolvi chegar para conversar, e foi bacana esse processo, porque começamos um dialogo [...] Mas uma relação se criou [...] E percebi então que era uma questão de relação [...] Acho que se criou aí uma forma de amizade. E eles passaram depois de determinado momento a nos proteger [...] E mais tarde essa proteção deixou de ser necessária, mas conquistamos isso quando foi preciso. (GUSIK, 2006:210-212)

Por um lado, temos a presença do grupo Os Satyros que paulatinamente foi se inserindo e se adaptando a vida na praça, considerado um local perigoso naquele período. E com seu método de fazer teatro e repertório foram com muita dificuldade atraindo a mídia e o público, construindo um “pólo teatral”, trazendo mudanças na vida da Praça Roosevelt. Por outro lado, temos também a presença do poder público e a sua relação com a imprensa. O interesse em cooptar esse movimento que emergiu ainda respeitando os segmentos sociais do lugar, para então, lançar estratégias para promover uma revalorização urbana de caráter, a nosso ver, higienista na Praça Roosevelt.

A relação entre poder e imprensa é intensa, pois é através dela que se fabricam os consensos como parte das estratégias políticas. Sem retirar o crédito do Satyros sobre o seu teatro e, também com relação às transformações positivas que impulsionaram na Praça Roosevelt; a história da companhia com relação à imprensa foi do ostracismo ao excesso de exposição, revelando controvérsias ideológicas.

Houve um tempo de dificuldades, problemas com a criminalidade, pouco espaço na imprensa, mas uma história baseada na relação com os segmentos sociais da praça. Na biografia da companhia, escrita por Guzik, Ivam Cabral relata justamente o primeiro momento (quando eram ignorados pela imprensa):

Mas foi difícil, porque realmente a gente não tinha espaço na imprensa pra divulgação das nossas produções. E pagávamos mesmo anúncio na Folha pra tentar vencer o ostracismo. Fizemos isso até *De Profundis*. Para o nosso nome constar na *Folha* pagávamos anúncio. E isso custava caro. Não tínhamos patrocínio, pagávamos com dinheiro do nosso bolso. Não dava nem para colocar essa despesa nas contas da produção. Nossas bilheterias não comportavam esse tipo de despesa. Mas era a única forma de termos alguma visibilidade naquele jornal, porque nossa programação não saía nem no roteiro do Guia da Folha. (GUSIK, 2006, p.220)

Em outra matéria de jornal, para O Estado de S. Paulo, de 25 de janeiro de 2009, Ivam Cabral, escreve o jornalista, parece um guia turístico do submundo da Roosevelt contando histórias com tons aventurecos, chamando travestis pelo nome ou lembrando dos travestis como se fossem da sua família. "Esse bar mesmo que estamos, você pagava R\$ 20 e podia transar com todo mundo que estivesse aqui, tipo *self-service*", dizia. As declarações vão de encontro a apontar como se deu o início do processo antes da imprensa colocar a Roosevelt no mapa da produção cultural da cidade. Conclui ele mesmo após os relatos que faz sobre a sua relação com os segmentos sociais marginalizados pela sociedade burguesa:

Já naquele prédio abandonado lá na ponta só moravam travestis. Tem um bueiro bem na frente do teatro dos Satyros, você viu? Era ali que os traficantes guardavam a mercadoria, era tipo um armário de drogas. A gente teve de absorver e entender todo esse universo quando mudamos para cá. Os planos de revitalização não funcionam quanto têm caráter higienista. Aqui só deu certo porque, antes de tudo, houve o respeito (Estado de S. Paulo, de 25.01.2009).

Outra matéria sobre Os Satyros, escrita por Ignácio de Loyola Brandão, no jornal O Estado de S. Paulo, revela justamente o segundo momento, a saída do ostracismo para o excesso de exposição na imprensa, bem como, as novas relações com os seguimentos políticos:

Na madrugada de sábado para domingo passado, o prefeito José Serra sentou-se na primeira fila do Espaço Satyros, acompanhado por Andrea Matarazzo, Carlos Augusto Calil, Danilo Santos de Miranda, Guilherme Afif Domingos e João Carlos Martins. Um respeitável peso pesado participando da "Virada Cultural" que atravessou o fim de semana agitando a cidade. Conta ponto forte a cultura neste momento, depois de ter ficado menosprezada (ao menos na parte de literatura foi zero) pelo governo anterior [...] Três da manhã entrei no palco, no meio da representação de "O Mistério das Bolas de Gude", de Gilberto Dimenstein, para falar da Roosevelt que começa a passar por um processo de revitalização. O Satyros faz parte do processo com algumas mudanças que conseguiu realizar no entorno. (O Estado de S. Paulo, 20 de novembro de 2005)

Não há dúvida de que das companhias de teatro da Praça Roosevelt, Os Satyros é a mais influente. E por vários motivos: que vão desde a qualidade dos seus espetáculos, premiações, exposição na mídia; até o grau das suas relações com os representantes do poder público. Poder público este que pretende utilizar a imagem desse pólo teatral como mote e parcela para uma

estratégia mais ampla de revalorização urbana do Centro (cuja demolição e a reforma total da Praça Roosevelt é parte das estratégias e figura entre a reurbanização de outros espaços públicos já requalificados e utilizados como estratégias de citymarketing para atração de consumidores do espaço). O secretário das Subprefeituras, Andréa Matarazzo, defensor da demolição da praça diz que: "os teatros Satyros e Parlapatões são essenciais para a revitalização da praça"(Folha de S. Paulo, 8 de novembro de 2007).

A visão panorâmica exposta pelo documentário radiofônico "A vida teatral da Praça Roosevelt" apresenta o fenômeno de uma forma que deixa a entender que existe um consenso em torno de como se deu o processo de dinamização cultural do local e não expõe os conflitos com os diversos segmentos sociais abarcados na vida cotidiana do lugar. Apresenta depoimentos de alguns diretores e produtores teatrais, críticos de teatro ou comerciantes, favoráveis a demolição da praça, sem fazer uma discussão aprofundada sobre os fatores políticos e econômicos mais amplos que envolvem a reforma da praça e escrutinar os interesses de cada um dos depoentes. Fica com a visão dos proprietários dos estabelecimentos comerciais sediados na praça, que por sua vez, não representam a população moradora dos diversos espigões dos arredores da praça ou mesmo aqueles que fazem um uso mais intenso da praça representado desde os estudantes das diversas escolas da região, passando pelos skatistas à população em situação de rua. Segue alguns depoimentos favoráveis à demolição da praça (sendo os três primeiros do documentário radiofônico da UNIFIEO e, o último, retirado da Folha de S.Paulo de uma entrevista com Rodolfo Garcia Vazques, em 8 de novembro de 2007, justamente sobre a demora na reforma da praça):

Eu tava aqui em São Paulo quando aconteceu essa catástrofe, e transformaram a praça. Na verdade, essa praça não existia, a praça era um grande estacionamento, tinha uma igreja e atrás um enorme estacionamento, aparece no filme do Khouri, "Noite Vazia" ainda (OBS: Filme de 1964). Então eu me lembro de vir aqui para ir ao teatro Cultura Artística, que naquela época também era televisão, era auditório da Excelsior (Rubens Ewald Filho – jornalista e crítico de cinema, teatro e televisão).

A praça é horrível, ela é amedrontadora, é uma arquitetura muito esquisita. Aquela marquise suja e cheia de goteiras em frente ao supermercado é uma das visões mais feias da cidade de São Paulo (Alberto Guzik – jornalista, escritor, dramaturgo e ator da companhia de teatro Os Satyros).

E é uma mentira, porque a praça Roosevelt não está recuperada. Ela só vai ser recuperada quando a gente conseguir demolir, aí sim ela vai virar uma praça (Dulce Muniz – atriz e dona da companhia de teatro Studio 184).

Acredito que não é uma falta de prioridade, mas sim fruto de um processo burocrático lento e sujeito a milhares de fatores. Pelo que sabemos, a verba do BID já está disponível para a reforma. Falta agora justamente a finalização dos detalhes do projeto e a abertura de licitação para a realização da obra. Do ponto de vista urbanístico, a praça nunca foi vista como um exemplo de urbanismo bem-sucedido. Ao contrário, a convivência dos moradores e dos paulistanos com ela sempre foi cheia de problemas, devido a uma série de fatores (estrutura, forma de utilização e localização). Nós, dos Satyros, sentimos, principalmente nos dois últimos meses, uma afluência muito grande de moradores de rua e pedintes. Com eles, novos problemas chegaram. Cheguei a conversar pessoalmente com alguns deles. Tinham sido expulsos pela polícia da cracolândia. Esta nova população encontrou na praça o local ideal para se instalar: uma área abandonada, que era anteriormente o espaço do supermercado e da escola infantil. Expulsá-los da praça seria uma solução localizada que favoreceria a praça, mas não seria solução nem para eles e nem para a cidade. Nós temos que resolver de forma abrangente esta questão (Rodolfo Garcia Vázquez – diretor e ator da companhia de teatro Os Satyros – Folha de S. Paulo, 8 de novembro de 2007).

Após desvelar parte dos interesses e conflitos que envolvem a reforma da praça (conflitos estes que serão examinados no capítulo específico sobre a apropriação do espaço público), vamos novamente escrutinar a relação dos teatros com o local inquirindo sobre o perfil dos frequentadores dos teatros e bares da Praça Roosevelt.

Descreveremos como as relações em torno dos teatros foram estendidas e incorporadas pelos bares do local e como na perspectiva de Ivam Cabral esse fluxo de frequentadores da praça estariam criando ali um movimento artístico. Começaremos por descrever e caracterizar os bares, o público, para então, retomar essa discussão posta por Ivam Cabral do Satyros.

Entre os teatros, na mesma calçada, encontram-se diversos bares de boa qualidade que aglutinam o público e as pessoas ligadas à produção teatral. O “La Barca”, no n.º 226, configura-se como uma espécie de café que mescla

funções de bar e restaurante. As mesas do estabelecimento são bastante disputadas, principalmente as da calçada que ficam repletas principalmente durante os finais de semana. A proprietária Isabel conta que presenciou o nascimento de muitas peças teatrais e até ensaios dos atores ali no seu bar: “Eu gosto de ver quando eles estão ensaiando, porque eles ficam falando sozinhos, ensaiando o texto deles e isso me chama a atenção”¹¹.

O Satyros e o Parlapatões também possuem bares no mezanino dos seus próprios estabelecimentos, sendo que o bar dos Parlapatões é mais espaçoso o que possibilita que as mesas fiquem todas no interior do bar e não na calçada. No final de 2007, o Espaço Cultural Ópera Buffa começou a funcionar no n.º82 da Praça Roosevelt. Também com bar na entrada do teatro, localizado nos fundos e com capacidade para cerca de 50 pessoas, que se sentam em uma pequena arquibancada. O bar-teatro promove bons shows de música brasileira. A programação também costuma ter performances entremeadas por entrevistas, apresentações de música lírica e peças de teatro.

Um dos bares mais disputados pela classe média que frequenta o local é o “Papo, Pinga E Petisco”. O local foi antes da chegada e da movimentação induzida pelos teatros uma espécie de antiquário que vendia antiguidades e também funcionava como sebo para venda de discos e livros. Com a movimentação o proprietário transformou o local em um amplo e aconchegante bar que oferece boa comida e boa música. Doca saudosamente lembra que ali Ellis Regina fez uma das suas primeiras apresentações em São Paulo; quando o bar chamava-se Djalmas e apresentava músicos expoentes da bossa-nova e do jazz. Comenta que nas décadas de 1950 e 1960 a Praça Roosevelt foi o berço da bossa-nova e o local era frequentado pela elite paulistana onde haviam estabelecimentos sofisticados como A Baiúca e o Giggeto, por exemplo. Diz que ali era o único lugar onde era possível encontrar e conviver com os artistas, pois a Praça Roosevelt ficava entre o Teatro de Arena, o Teatro Oficina e a TV Excelsior (que funcionou no endereço do atual Teatro Cultura Artística na Rua Nestor Pestana).

O público assíduo desses estabelecimentos não necessariamente comunga com o interesse pelo teatro. Todavia, o público que começou a frequentar e promover a grande concentração em torno dos teatros e bares da Praça Roosevelt,

¹¹ Folha de S. Paulo, 8 de novembro de 2007).

na sua maioria é formada por jovens universitários da classe média no perfil que frequenta a Vila Madalena. Como salienta a matéria do jornal O Estado de S. Paulo:

Nessa mesma época [2006], os Satyros já estavam chamando a atenção da crítica e do público, que redescobriram a região. A trupe ganhou prêmios; outros teatros chegaram no encalço; bares começaram a receber jovens que outrora estavam na Vila Madalena. Num contexto maior, a Roosevelt não só entrou na moda como colocou o teatro alternativo dentro do contexto cultural de São Paulo. (O Estado de S. Paulo, 25 de janeiro de 2009)

Analisando a problemática com apuro e cuidado, instiga-se: Se os teatros e os bares da Praça Roosevelt estão no Guia da Folha e antes não estavam; se Os Satyros já foram capa da Revista Bravo e estão nas páginas dos diversos jornais e revistas paulistas o que é exceção frente às companhias tidas como alternativas (justamente por não estarem inseridas no mercado); se o evento As Satyrinas agora entrou para o calendário cultural da cidade; se o público que começou promover essa grande concentração nos teatros e bares da Praça Roosevelt é formado praticamente por jovens universitários da classe média paulistana; a reflexão aponta para a concepção de Henri Lefebvre, a qual nos permite compreender o local como sendo de um consumo dirigido pela e para a classe média, conformando uma área de lazer programado. Assim, observa-se um público bastante homogêneo do ponto de vista sócio-econômico (ao contrário da diversidade de tribos que prega a mídia) ocupando as calçadas em torno dos teatros da Praça Roosevelt, transformando este em um lugar de festas, um lugar da colonização do cotidiano como define Henri Lefebvre:

É assim que se pode falar de uma colonização do espaço urbano, que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: pelo “sistema dos objetos” tornados símbolos e espetáculo. A uniformização do cenário, visível na modernização das ruas antigas, reserva aos objetos (mercadorias) os efeitos de cores e formas que os tornam atraentes. Trata-se de uma aparência caricata de apropriação e reapropriação do espaço que o poder autoriza quando permite a realização de eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quando à verdadeira apropriação, a da “manifestação” efetiva, é combatida pelas forças de repressivas, que comandam o silêncio e o esquecimento. (LEFEBVRE, 2004, p.31)

A ocupação das calçadas pelo público que frequenta os bares e teatros da praça garante maior segurança aos moradores para poderem circular no local quando anoitece. A festa toma o lugar desde as dezoito horas e invade parte da madrugada, praticamente todos os dias da semana, cuja intensidade aumenta com a proximidade do final de semana. Por outro lado, parte dos moradores descontentes com o barulho provocado pelos frequentadores desses mesmos bares e teatros que ocupam intensamente o espaço das calçadas; protesta, realiza abaixo-assinados e pede providências ao poder público (que volta e meia promove uma fiscalização exigindo alvarás de funcionamento e retirando as mesas e cadeiras que ocupam o espaço público privativamente). Ou seja, a vida de relações na praça não se desenvolve isenta de conflitos no cotidiano, revelando contradições e apontando tendências. Por um lado, a prefeitura municipal discursa falando da necessidade de alvará para esses estabelecimentos funcionarem; mas, no entanto, fala da importância do seu funcionamento para a “revitalização do lugar”. Ou seja, não promove ações efetivas quanto à privatização do espaço público em vários locais da cidade que vão de encontro aos interesses políticos e econômicos da administração pública municipal (não entrando no mérito que efetivamente esses locais ganharam maior segurança pelo fato da intensa ocupação das ruas, mas por promovem o consumo produtivo do espaço urbano).

A diversidade social das histórias narradas por Ivam Cabral e Rodrigo Garcia Vázques de quando chegaram no local já não faz mais parte da história recente da Praça Roosevelt. Os travestis não estão mais nas ruas e o que sobrou dos segmentos sociais de outrora foi apenas uma pequena fração da população em situação de rua que ainda utiliza a praça como dormitório (por não possuírem outra alternativa dentro da lógica capitalista que promove cada vez mais a negação absoluta do trabalho e do próprio urbano). Em uma matéria escrita por Pedro Alexandre Sanches para a revista Carta Capital - ele relata que os proprietários de imóveis na praça comemoram o fato de seu valor ter quadruplicado de 2000 para cá. O lado triste, segundo Ivam Cabral (que é entrevistado pelo jornalista), diz respeito à expulsão dos travestis moradores dos prédios locais, que não puderam arcar com o aumento dos aluguéis, e dos sem-tetos que viviam na praça. Antes das demolições (do supermercado Compre-Bem e da EMEI Patrícia Galvão), 75 famílias moravam na praça, segundo o relato de Isabel para o jornalista (dona do La Barca, badalado bar ao lado do Satyros 1). Ou seja, a expulsão é o

aspecto mais visível na vida dos sem-tetos em face das intervenções urbanísticas. A “tolerância zero” adotada pelo poder público e pela polícia com relação a população em situação de rua que utiliza o espaço público como moradia chega ao grau de uma “ironia semântica”, como nas palavras do administrador Giuliani (ex-prefeito de Nova York): “numa cidade civilizada, as ruas não são lugar de dormir, as pessoas devem usar quartos” (ARANTES, 2000, p. 37-38).

Por outro lado, Ivam Cabral – Os Satyros - acredita estar construindo com seu teatro um movimento na Praça Roosevelt, sonha com isso. Ele revela exatamente a impressão de que um público diferenciado começa a surgir ali e que algo maior com relação à produção teatral está acontecendo, sonha realmente com algo de grande expressão. Assim, revela Ivam Cabral, no depoimento concedido para o documentário radiofônico “A vida teatral na Praça Roosevelt”:

[...] Eu acho que o que acontece aqui no Satyros, aqui na Praça Roosevelt [...] talvez seja um pouco diferente, porque é um público muito jovem, universitário, pessoas que estão criando. Vir aqui, beber com a gente, ficar sentado na calçada, pensar coisas e tal; mas o público que frequenta teatro verdadeiramente é um público muito específico, então eles devem ser um público assim 20.000 pessoas numa cidade de 10 milhões de habitantes, sei lá quantos habitantes deve ter São Paulo, portanto é um mínimo. E essas pessoas se revezam pelo teatro e são apaixonados pelo teatro. E ele vai ver tanto Paulo Autran quanto ele vê a peça da FAAP, quanto ele vai para o Folias, lá na Santa Cecília, quanto ele vai pro Teatro Vigas, e ele vê uma peça por mês, a cada três meses, portanto, por ano ele vê, sei lá, cinco espetáculos. Acho que é esse o público que a gente tem e alguma coisa começa a mudar, porque eu disse que esse público nosso aqui é um pouco diferente e eu isentei um pouco o que têm acontecido na Praça Roosevelt. A gente tem tentado fomentar e formar esse outro público que são vocês que estão estudando, estão nas universidades e que se sentem atraídos de alguma forma por algum estilo de teatro, mas mais que isso não é só assistir uma peça de teatro, é participar de um movimento, entende? Eu sinto que as pessoas que vem pra cá por exemplo, vem atraídos por uma idéia do que está acontecendo por aqui. Não é a peça X ou a peça Y, é um projeto que está desenhando. Eu tenho dito que a gente gosta de pensar que estamos vivendo um momento artístico hoje na Praça Roosevelt, que isso está acontecendo.

O diretor do Satyros ratifica o surgimento de um público diferenciado com relação ao público que frequenta os outros teatros das áreas nobres da cidade - teatros com boa infraestrutura, ancorados por atores globais, publicidade e elevados orçamentos. Todavia, podemos perceber a absorção de segmentos tidos como alternativos ao mercado pelo próprio mercado – uma espécie de economia de

escopo, com características mais segmentadas e voltadas para um público mais específico, que em São Paulo encontra “solo fértil” para inclusive crescer dentro do mercado cultural. Ou seja, tudo indica que o que se coloca como alternativo ao comercial foi incorporado pelo próprio mercado enquanto uma alternativa de mercado e não ao mercado.

Henri Lefebvre fala de uma aparência caricata de apropriação e reapropriação do espaço através de um “sistema de objetos” tornados símbolo e espetáculo através da publicidade. Como a própria imprensa já “decretou” – “a Praça Roosevelt está na moda”. Todavia, Ivam Cabral reafirma que parte da magia do teatro que fazem está no fato de não “maquiar o local” onde ocorrem às apresentações. Que é justamente o espaço físico pequeno e sem acabamento que possibilita a mobilidade com relação à platéia e induz um outro olhar com relação à encenação. Fora à possibilidade de acesso pelo baixo preço dos ingressos. Esclarece que não existe mudança de estratégia com relação ao aumento da visibilidade na imprensa e o que fazem é por idealismo, conforme declara no depoimento abaixo:

Esse trabalho é muito honesto, ele existe como vocês vêem, e como vocês vêem é como a gente quer fazer. Não tem nenhuma mudança, estrategicamente esses bancos são assim, se um dia a gente quisesse colocar poltroninhas fixas, não duvidem que a gente conseguiria, não duvidem que a gente conseguiria tapar tudo isso aqui, maquiar tudo pra que você pensasse que aqui era um lugar... Não me interessa isso, me interessa o sonho, me interessa te trazer para um lugar que te faça pensar sobre isso, então estrategicamente eu quero que você sente em cadeiras, que você se revire nesse teatro porque eu quero que você faça parte dele, não entre em um lugar que não te pertence, como entrar em um Teatro Municipal que por mais lindo que seja, é um lugar que nunca vai ser teu, jamais. Jamais a gente poderia tá vivendo no municipal, o que vive aqui. E isso é sonho, é poesia, é idealismo, entendeu? Então pra mim, o teatro funciona com essas coisas.

Ainda diferenciando o público dos teatros da Praça Roosevelt, fala que não se trata apenas de assistir as peças e ir embora, mas estar no lugar, pensar e debater o teatro, ter uma relação de pertencimento com o lugar. Comenta que nas mesas daqueles bares passam muitos atores, diretores e dramaturgos conhecidos ou emergentes. Que ali surgem projetos e trabalhos são definidos. Parte desse sonho em transformar o local em pólo de pesquisa teatral encontrou seu mecenas no Governo do Estado. “Nos próximos meses, começa a reforma de um prédio de 11

andares abandonado na Roosevelt, doado pela Secretaria de Estado de Cultura. Ali será a Escola da Praça, um centro de educação teatral com oito cursos, de dramaturgia a sonoplastia. Ivam será o principal coordenador” (Estadão, 25 de janeiro de 2009).

O discurso dos produtores e frequentadores dos teatros da praça é que ali se faz um teatro reflexivo, com estéticas experimentais, preço acessível. O que atrai um público diferente daquele que vai atrás de espetáculos de entretenimento ancorados por “atores globais”. Embora tantas celebridades da televisão tenham marcado presença lá na Praça Roosevelt (Marília Gabriela, Rodrigo Santoro, Suzana Vieira, Lazaro Ramos, Paulo Vilhena, Adriana Galisteu, Antônio Fagundes, etc). Todavia, Ivam Cabral ratifica esse discurso no depoimento para o documentário radiofônico da UNIFIEO:

Você falou dos “120 dias de sodoma”, e abre um brilho no olhar e tal, e quero continuar fazendo isso, que vai ser revelador pra sua vida, pras suas expectativas, que você lembre para o resto de sua vida e um dia: “Eu estive naquele lugar e naquele dia me contaram aquela história naquela forma”, sabe? De ser único, de ser específico. Então, eu penso nisso, que a gente não tem que ser igual, a gente não quer ir pra globo, a gente não quer... a gente tá feliz aqui de fato (“A vida teatral na Praça Roosevelt – 2007).

Lucas Neves, jornalista da Folha de S. Paulo, escreve uma matéria em 7 de dezembro de 2008, comentando a experiência do Satyros que estréiam na teledramaturgia da TV Cultura no começo de 2009, relata que se trata de uma minissérie em tom de realismo fantástico. Nos depoimentos para a matéria, Rodolfo Garcia Vázquez fala que a idéia é transpor para o *modus operandis* da televisão o jeito de fazer teatro do Satyros. Já Ivam Cabral comenta que a negociação com as concessões artísticas foi bastante penosa: “Esse jogo com a Fundação Padre Anchieta [mantenedora da TV Cultura] foi difícil. Não pode ter seio de fora. Cortamos bastante”. Ao que tudo indica parecem estar “bastante empolgados com a nova empreitada” e, a idéia é levar “um trabalho de qualidade para um público mais amplo”. Com a inserção na televisão e a ampliação do público vão negando a principal característica que marcou o público dos teatros da Praça Roosevelt (a busca por um teatro alternativo aquele ancorado pela cultura de celebridades da televisão).

Os depoimentos que seguem, também do documentário radiofônico de 2007 (exceção do último, retirado do jornal eletrônico da Cásper Líbero, datado de 2006), avalizam o mesmo discurso de negação da cultura de celebridades por parte dos frequentadores dos teatros da Praça Roosevelt:

Variedade. Tem uma variedade de linguagens, de estética. Tudo o que você quiser você encontra aqui: desde um teatro mais tradicional até o mais experimental possível (Luis Nunes – frequentador).

O que acontece com nosso teatro alternativo, ou teatro experimental, é que ele se coloca em lugar do “teatrão”, do teatro comercial. É uma alternativa mesmo. É uma possibilidade que você tem de aculturar-se, de conseguir informações culturais e artísticas de excelente nível, sem pagar além da conta por isso (Ricardo Dias – frequentador).

Então a pessoa não vai lá ver um global numa comédia besta da Brigadeiro, mas vê uma peça de qualidade aqui, com atores bons que não são globais, com textos bons que fazem refletir, o que é a função da arte (Felipe Lopes – frequentador).

É gente que cansou do teatro comercial, feito por globais. É gente que busca peças transgressoras, gente jovem. Muitos deles são universitários, estudiosos de teatro (Patrícia Aguille – atriz do grupo Os Satyros).

O público dos teatros da Praça Roosevelt pode não ter as mesmas características etárias, sócio-econômicas e até de “identificação cultural” que padroniza o público que frequenta os teatros da FAAP, FECAP e os tantos outros teatros do circuito da Marginal Pinheiros e dos shoppings (guardadas as proporções da generalização dessa homogeneidade); mas embora seja um público diferenciado que procura outros repertórios para além daqueles praticados no circuito mais tradicional dos teatros paulistano (esse público em grande parte formado por jovens universitários dos extratos da classe média paulistana) é um público que também se coloca dentro de um segmento do mercado (as diferenças também são absorvidas pelo mercado e instrumentalizadas em uma espécie de economia de escopo - pequeno segmento do mercado voltado para um público específico). Ou seja, as transformações nos usos da praça apontam para a tendência da conformação de um lazer programado e dirigido pela e para a classe média. Como resultado dessa nova frequência do local pela classe média temos a revalorização urbana atestada pelo aumento no valor dos imóveis de 2000 para cá.

A cultura é usada para justificar ou esconder o caráter higienista com o qual o poder público tem promovido a revalorização do Centro. O poder público já percebeu que somente a requalificação urbanística do espaço público não é

suficiente para alavancar a revalorização urbana da área central da cidade e agora tenta açambancar a imagem da efervescência cultural promovida pelos teatros da Praça Roosevelt para recompor as suas estratégias para o local. Conformando uma estratégia que abarca desde as proximidades do Mackenzie na rua Maria Antonia e se estende até a rua Avanhandava (já requalificada e transformada num *boulevard*). A estratégia insere a Praça Roosevelt como centralidade cultural desse trecho do Centro incorporando a publicidade gerada pela visibilidade do local promovida pelos teatros tentando potencializar o fenômeno que trouxe uma fração da classe média para o consumo do lazer da região e também contribuiu para a valorização dos imóveis do local. Embora a própria propagação da notícia da aprovação da reforma da praça pelo poder público tenha tido grande impacto sobre a especulação imobiliária no local (simultaneamente ao processo de dinamização cultural promovido pelos teatros da Praça Roosevelt).

Uma reveladora matéria publicada pelo jornal Destak, com o título “Centro: preço de apartamentos valoriza até 70% em um ano” (vinculada no site do COFECI – Conselho Federal de Corretores de Imóveis, em 06 de fevereiro de 2009) ratifica a hipótese de “uma estratégia de valorização imobiliária do entorno da Praça Roosevelt” aventada acima. Por se tratar de documentação comprobatória de uma argumentação que atravessa este trabalho será apresentada na íntegra:

Valor subiu mais na região próxima ao Mackenzie, à praça Roosevelt e na rua Avanhandava. Quitinetes foram os imóveis mais disputados no ano passado. Nem Vila Nova Conceição, nem Jardins. Entre os bairros que mais valorizaram em 2008, o Centro é um dos campeões. Imóveis em áreas pontuais da região tiveram um aumento de até 70%, apontam os corretores. O índice é muito superior ao da inflação durante o ano, que fechou em alta de 5,9%. A onda de valorização do Centro já vem ocorrendo há pelo menos dois anos. Mas os corretores garantem: em 2008 os preços galoparam. "Foi um negócio de louco. Mês a mês os preços foram subindo", afirma a corretora Maria de Fátima Rios. Ela aponta que regiões como a do Mackenzie, em Santa Cecília, foram as que mais valorizaram, atingindo ruas como a Maria Antônia. Nas demais, o aumento foi de 30% a 40%.A "mancha de valorização" também atingiu o bairro da Consolação, especialmente as ruas Frei Caneca e Augusta; as ruas Martins Fontes e Avanhandava, revitalizadas pelo bulevar; a praça Roosevelt; o largo do Arouche; a praça da República; e o ainda decadente bairro da Luz, que se recupera após a "transferência" da Cracolândia. "Até extrapolou. Em 30 anos no Centro, nunca vi nada parecido", conta o corretor Jonas de Oliveira. Um dos termômetros deste "fenômeno", diz o corretor Ricardo Corrêa, foi o aumento da procura na imobiliária: de 10 pessoas por dia em 2007 para 30. Entre as explicações estão os investimentos públicos no Centro e a oferta de crédito para imóveis de até R\$ 200

mil. A procura foi intensa até outubro, e as quitinetes foram as mais disputadas. Fátima cita que, na praça Roosevelt, as kits que eram vendidas por até R\$ 35 mil em 2007 passaram para R\$ 98 mil em 2008. O galope de preços, porém, não foi captado pelos indicadores oficiais, já que, no cálculo médio, entram regiões ainda degradadas do Centro.(Destak, 06 de fevereiro de 2009).

Essa valorização dos imóveis da região não está apoiada apenas no lazer programado e dirigido para as classes médias impulsionado pelos teatros que se instalaram na Praça Roosevelt de 2000 para cá. A partir da ampliação do Mackenzie, ocorreu uma verdadeira concentração universitária nos arredores da Consolação envolvendo: a PUC Marquês de Paranaguá, a USP Maria Antônia, a Escola de Sociologia e Política, as Faculdades Piratininga e a Santa Casa. Do mesmo modo que os bares e o lazer voltado para a juventude de classe média se estabeleceu em torno dos teatros, também conformou um circuito de lazer noturno nas proximidades dessas faculdades. Logo, toda essa região que se estende dos arredores do Mackenzie até o *boulevard* Avanhandava (que passou a ser utilizada por um público de maior poder de consumo) teve uma intensa valorização imobiliária. O principal motivo está relacionado à mudança do perfil dos frequentadores que vieram para a região, atraídos pelos centros universitários e teatros, num processo que gradativamente foi conformando um intenso circuito de lazer programado e dirigido para a classe média.

Este processo que diz respeito ao uso do solo urbano obedece a lógicas de rentabilidade formuladas através da especulação imobiliária que visa à reprodução ampliada do capital. A cidade é vendida em partes inclusive com “direito de uso temporário”; onde o espaço transforma-se em mercadoria e o uso torna-se um ato de consumo. O consumo cultural da cidade delinea uma espécie de “corredor cultural” que parte da Nova Luz, atravessa o Largo do Arouche, Vila Buarque (englobando também as proximidades do Mackenzie), passa pela Praça Roosevelt (que tem na sua edificação o principal obstáculo para promover a continuidade do “corredor cultural”), sobe a Augusta e encontra a Paulista. Trata-se de uma intervenção estratégica no espaço com o objetivo de aferir valor. Demolir a Praça Roosevelt e reconstruí-la, construindo uma praça plana integrando urbanisticamente a Consolação e a Augusta, com o objetivo de operacionalizar um “corredor cultural” que se estenda da Nova Luz até a Paulista. Após a intervenção urbanística na Praça Roosevelt a principal estratégia para aferir valor ao local é

potencializar a visibilidade promovida pelos teatros para ampliar o consumo produtivo do local e induzir ainda mais a revalorização imobiliária em curso na região. “Portanto, a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares, na metrópole” (CARLOS, 2000, p.38).

Na clássica obra “Morte e vida de grandes cidades” escrita por Jane Jacob em 1961, a autora revela que uma praça e um parque não alteram a vida do lugar isoladamente, mas uma intensa vizinhança altera a vida do lugar desde que promova uma intensa ocupação do espaço público, com usos variados e em diferenciados horários. Embora ela falasse da importância da ocupação das ruas dentro de um panorama onde as obras viárias deterioravam a vida de bairro. Aqui fica claro que estamos falando da “colonização do cotidiano” e do “consumo produtivo do espaço”. Em uma reportagem para o Estadão - Ivam Cabral, fala justamente sobre a importância da ocupação das ruas para que uma revitalização tenha êxito (não exatamente imbuído da perspectiva de Jane Jacobs):

Por que a Nova Luz não melhora? Ora, porque não há nada ali à noite! Não pode pensar só na arquitetura, tem de pensar nas pessoas. O cara sai do seu condomínio fechado, entra no carro, vai à Sala São Paulo, estaciona o carro, entra no espetáculo cheio de seguranças, sai, entra no carro e volta para casa. Não tem restaurante, café, nada. O cidadão precisa ocupar a calçada, isso está reprimido dentro da gente. Quando a calçada voltar a ser usada, São Paulo vai ser outra (Estadão, 25 de janeiro de 2009)

Para fechar a discussão sobre a importância dos teatros para a Praça Roosevelt não podemos deixar de comentar sobre o evento que Os Satyros realizam anualmente no local. Trata-se das “Satyrianas: uma Saudação à Primavera”, um evento cultural envolvendo artistas de várias expressões e lugares que se apresentam durante quase 80 horas ininterruptas sempre no começo da primavera de todos os anos. Além de teatro, passou a incluir música, literatura, artes plásticas, cinema digital e performance em vários pontos da Praça Roosevelt. A maior parte desses eventos são gratuitos, com exceção das apresentações teatrais, onde os espectadores definem o valor do ingresso. A rua e a praça ficam completamente ocupadas por um público que já bateu o recorde de 30 mil pessoas em 2007 (segundo fontes da Revista Bravo, Outubro/2008).

Eduardo Chagas¹² – Teatro X - relata (em entrevista ao telefone) como Os Satyros foram importantes para dinamização da vida cultural na Praça Roosevelt. Comenta que todos ganharam com a consolidação do local como um espaço de cultura teatral e de boemia. Defende a ocupação do espaço público e fala da importância da arte como forma de celebrar a interação entre as pessoas:

As Satyrianas é um evento que promove uma interação muito bonita entre as pessoas que ocupam a Praça Roosevelt. Passou a ocupar até mesmo o interior da praça e as ruas ficam completamente tomadas. Trata-se de uma contribuição efetiva para a ocupação do espaço público através da cultura idealizado pelo pessoal do Satyros. Para aqueles que falam da existência de um “jogo de favores” entre os meninos do Satyros e a turma do “Serra-Kassab”, eu pergunto? Há como negar a importância deles não somente para a vida da praça como também para a cultura teatral da cidade? Os meninos do Satyros fizeram o que o poder público nunca teve vontade e competência de fazer. De um lado vemos incompetência e descaso com a praça e a cidade, mas os meninos dos teatros são batalhadores e fazem o seu papel, independente de qualquer controvérsia.

A Revista Bacantes, especializada em crítica teatral, realizou um ensaio analisando a dimensão que o evento promovido pelo grupo Os Satyros foi tomando ao entrar para o calendário cultural da cidade. Falam da profusão de gêneros artísticos (para além do teatro), a presença de nomes consagrados trazendo publicização para o evento e a dimensão de festa que tomou As Satyrianas. Como contraponto ao depoimento de Eduardo Chagas, apresentaremos aqui um dos depoimentos do ensaio realizado por esta revista:

A primeira Satyrianas, é que nem aquele comercial de sutiã, a gente nunca esquece. Ainda mais eu que na versão anterior acompanhei via blogosfera. As fotos dos balões coloridos. O Gerald. O público aplaudindo. Rostos de famosos. Notas na Mônica Bérghamo. Tendas lotadas. E a vontade de ir, comprar uma canequinha ou uma camiseta dizendo, “Satyrianas, eu fui”.

Quando eu voltei pra casa, do aeroporto de Recife até João Pessoa vim com Neto, um motorista que trabalha na televisão como iluminador. Quando esgotamos os assuntos, ele me explicou como funciona os filtros e como há todo um trabalho de manipulação da luz para o uso da imagem na TV. Eu disse: vocês falsificam a realidade. Depois me imaginando muito severo emendei: não, não, vocês melhoram a realidade.

¹² Entrevistado em fevereiro de 2009.

Não vou dizer que o evento frustrou minhas expectativas porque não sei se as trouxe em meu matulão. “Se eu tiver me divertindo, tá valendo”, faço minha a fala de um dos principais personagens daquele teatro a céu aberto cujos sapatos - coturnos - lembram muito os que palhacinhos usam.

O que mais me agradou, a grande poesia do troço, foi o caráter precário, incompleto, sujo mesmo de algumas apresentações com atores lendo o texto e outros apenas comparecendo no palco como eles são numa mesa de bar – com direito a cerveja e tudo. Foi sob o prisma inacabamento que eu vislumbrei o Satyrianas, em sua validade e potencial de encontro, conagraçamento e carnavalização (se segura Zé Celso!!!).

Posso dizer que a vi sem filtro.

E por causa disso, pensar no Satyrianas como resposta à polêmica da crise da dramaturgia contemporânea é algo que eu não compro. Não vou entrar no mérito conceitual da questão – fazer esse recorte aqui pode até ser reduzir demais o problema –, mas não consigo aceitar esse filtro. Ter mais de 70 espetáculos não se consolidou, ao menos no muito do que eu vi, em uma resposta de inquietação estética, nem de buscas ou caminhos ou possibilidades artísticas para uma renovação de linguagem do teatro.

Para o bem ou para o mal, mais uma edição do Satyrianas ratifica um projeto de invenção de um espaço mítico chamado Praça Roosevelt e o mito, como diria Fernando Pessoa, é o “tudo que é nada”.

PS. Sim, não tinha ninguém vendendo nem caneca, nem camiseta. Ao menos eu não vi. (Astier Basílio – crítico de teatro)

A transformação da cultura em mercadoria ou instrumento de marketing pelo poder público não pode ser negada quando inserem um evento que é decorrente da ação social de um grupo teatral no calendário cultural da cidade. A principal característica do evento era possibilitar o acesso (onde cada um definia o preço do seu próprio ingresso ao teatro) e promover a relação com o entorno (integração social com a vizinhança). Quando inserido no calendário cultural da cidade e, ao abarcar celebridades do meio artístico a sua programação, o evento se transforma num grande veículo de publicidade para promover o poder público e para atrair outros investimentos. Dessa forma, a cultura é tratada como mais um produto de mercado, funcionando como instrumental de grande potência nas estratégias de *image-making*. Quando a cultura passa a ser o foco dos planos estratégicos de desenvolvimento das cidades ela é reduzida a uma espécie de “isca” para atrair outros investimentos (tanto do ponto de vista de imagem como de atração), ou seja, a cultura se transforma em mera “mercadoria vedete” no “ reencontro glamuroso entre Cultura (urbana ou não) e Capital” (ARANTES, 2000, p.14-15). Não resta

dúvida de que o evento teatral “As Satyrianas: um encontro com a primavera” ao ser inserido no calendário cultural da cidade passa a um potente veículo de publicidade tanto para os teatros quanto para a cidade na atração de outros investimentos, ou seja, promove o reencontro entre Cultura e Capital¹³.

Para analisar a cultura é necessário um apuro cuidadoso, advertiu David Harvey (2001). Fechando este tópico sobre os teatros e a sua relação com a revalorização urbana da Praça Roosevelt: Não há como negar que a arte esteja num plano mais elevado da criatividade e do sentido humano, mas também não há como negar que ela se transformou em algum gênero de mercadoria. Não nos resta dúvida de a cultura é o elemento estratégico da atual fase de reestruturação produtiva das grandes cidades mundiais, e, que, o reencontro entre Cultura e Mercado faz dessa estratégia uma “estratégia fatal” (como coloca Otília Arantes). Essa tendência – a da instrumentalização da cultura como negócio na atual fase do capitalismo – que por sua vez afeta a arte e o modo como a cultura é produzida (numa perspectiva de fetichização da mercadoria) - é ratificada na afirmação de David Harvey (1992, p.65): “A promoção da publicidade como “a arte oficial do capitalismo” traz para a arte estratégias publicitárias e introduz a arte nestas mesmas estratégias”. A crítica principal, no caso, é pelo fato de que “a cultura não é o outro ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio” (ARANTES, 2002, p. 48).

¹³ Os teatros ditos “alternativos” acabam sendo inseridos de um modo diferenciado no mercado (uma derivação da economia de escopo fabril que oferece produtos diferenciados para uma pequena escala de consumidores, ou seja, aparece como um segmento do mercado).

3 - O espaço público na cidade contemporânea.

3.1 - A perspectiva teórico-metodológica: entre o público e o privado.

Não se trata de estudar o espaço público na perspectiva de examinar meramente o projeto urbanístico de uma praça (não se tratando de um recorte passivo de certos espaços e tempos, por exemplo), mas de verificar os processos políticos, econômicos e sociais mais amplos que, por ela são açambarcados (na forma urbana), no processo de transformação da própria cidade e do urbano no curso da história social. Trata-se de um estudo do espaço público na perspectiva da produção capitalista do espaço no mundo moderno.

A produção capitalista do espaço “tangida pelas representações falaciosas do Estado representativo burguês” (DAMIANI, 2005:38) transforma a urbanização em negócio. O Estado é quem garante a estabilidade da sociedade burguesa e a própria manutenção da acumulação capitalista na cidade liberal.

É imprescindível estudar o espaço público repensando as categorias de análise para além do par público-privado, posto que “Estado e mercado representam apenas os dois pólos da socialização capitalista e não pode ser jogado um contra o outro” (Kurz, 2001).

É preciso repensar o formalismo jurídico que prescinde os direitos universais do homem e do cidadão, repensar a própria democracia representativa (a forma política). É necessário, mais do que tudo, indagar sobre a urbanização crítica e a impossibilidade do urbano para todos, principalmente, na atual fase neoliberal do capitalismo. Somente assim, será possível buscar realizar uma geografia pautada no “direito à cidade” nos termos postos por Henri Lefebvre:

Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão (se se quiser falar assim: do “homem”) anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos. Do mesmo modo, o direito à cidade estipula o direito de encontro e de reunião; lugares e objetos devem responder a certas “necessidades”, em geral mal conhecidas, a certas “funções”

menosprezadas, mas, por outro lado, transfuncionais: a “necessidade” de vida social e de um centro, a necessidade de funções lúdicas, a função simbólica do espaço (próximas do que se encontram aquém, como além, das funções e necessidades classificadas, daquilo que não pode se objetivar como tal porque figura do tempo, que enseja a retórica e que só os poetas podem chamar por seu nome: o desejo). O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstrução de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação. Ele não elimina os confrontos e as lutas. Ao contrário! Essa unidade poderia ser nomeada segundo as ideologias: o “sujeito” (individual e coletivo) numa morfologia externa que lhe permite afirmar sua interioridade – a realização (de si, do “ser”) – a vida – o par “segurança-felicidade”, já definido por Aristóteles como finalidade e sentido da “polis”. Em todos esses casos, sob todos esses nomes, os filósofos anunciaram e perceberam de longe a reconstrução do que foi fragmentado, dissociado, disseminado no curso da história social. Ainda que tenha definido o sentido, eles mal determinaram suas condições, das quais umas são políticas (implicando nesse termo a crítica de toda a política) e outras são morfológicas, espaço-temporais. Assim formulado, o direito à cidade implica e aplica um conhecimento que não se define como “ciência do espaço” (ecologia, geopolítica, equista, planejamento etc.), mas como conhecimento de uma produção, a do espaço (LEFEBVRE, 2008: p.32-33).

Segundo o autor, o direito à cidade implica a “reconstituição de uma unidade espaço-temporal” onde certas “necessidades” e “funções” não sejam menosprezadas e também não sejam apenas “privilégios políticos” de alguns. Ou seja, “na medida em que algumas relações de produção e propriedade não forem transformadas, a centralidade sucumbirá”¹⁴ frente uma organização discriminatória e segregadora. Ou seja, é necessário caminhar na perspectiva de uma crítica à economia política do espaço para contestar a crise dos centros estabelecidos sobre a segregação que anuncia a formação de uma centralidade “elitista”.

Trata-se de examinar as contradições entre a forma urbana (fragmentada/hierarquizada) e a forma política (homogênea). Onde a primeira nega a segunda que aparece enquanto ideologia política (enquanto equalização dos desiguais). O que temos é um espaço público onde essas formas (urbana e política) aparecem fetichizadas enquanto representações enganosas de uma cadeia de equivalências que reafirma a forma mercadoria (o fetiche da mercadoria).

¹⁴ Lefebvre, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004, p.93.

O Estado é a forma do político e sendo a equivalência das diversas cadeias de equivalência mantém a unidade dos contraditórios pela “opressão das equivalências”¹⁵. Nessa perspectiva é preciso repensar as categorias de análise público e privado para além das suas representações posto que essas categorias “figuram entre as peças de um jogo estratégico”¹⁶. Ou seja: “Temos que o público e o privado, ao mesmo tempo, se contrapõem e se condicionam simultaneamente e mutuamente. Essa é a premissa de nossa observação: sua separação e condicionamento mútuo definem-se como alienação política” (DAMIANI, 2005: p.42).

Henri Lefebvre em “A vida cotidiana no mundo moderno”¹⁷ afirma que há um século o individualismo dominava as ideologias fornecendo aos filósofos categorias e representações. Para compreendermos como as ideologias mudaram misturando-se mais sutilmente que antes ao imaginário, como alienação política, vamos buscar os fundamentos do “Estado representativo burguês” para fazermos a negação das categorias “público e privado” posto que o Estado é a instituição que guarda a manutenção da propriedade privada, desse modo, poderemos avançar no nosso entendimento sobre o fetiche da democracia no espaço público e determinar os limites da apropriação social na cidade liberal.

O Estado moderno foi instituído sobre o aporte dos conceitos de unidade e de representação. Para Hobbes, enciclopedista, a representação é tanto a condição para se estabelecer à unidade quanto o meio de manter a mesma. Desse modo, a multidão deveria ser controlada pela representação política ou mesmo contida pela repressão policial, para que fosse assegurada a unidade do Estado. Uma perspectiva de contrato social que trás no pacto de união, para manter o controle sobre a sociedade civil e a estabilidade do Estado, o próprio pacto de sujeição. Ou seja, trata-se da personificação de uma identidade abstrata cuja máxima de que “todos são idênticos no Estado” é apenas uma representação para que a identidade concreta do burguês se realize.

Karl Marx, em A questão Judaica, trata o formalismo jurídico que prescinde a idéia de direito do cidadão como pura ideologia política. Ou seja, desde a Revolução Francesa de 1789, essa democracia declara os direitos universais do homem e do cidadão, mas a cidade liberal está estruturada de tal forma que tais

¹⁵ Expressão retirada do artigo “A opressão da equivalência, as diferenças” no livro “Henri Lefebvre e o retorno à dialética”. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

¹⁶ Lefebvre, Henri. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. Editora Ática, 1986, p. 81.

¹⁷ Trata-se do capítulo “A Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido”, pág. 81.

direitos não podem existir concretamente para a maior parte da sociedade civil. Portanto, a democracia que é herança do pensamento liberal não é concreta, apenas formal. Porque o sistema de representação delega aos representantes a ação política de forma que uma elite de burocratas e tecnocratas privilegie interesses de classe burgueses sem levar em conta os anseios dos representados (a sociedade civil), onde o Estado se confunde com o Mercado.

Muitos autores trabalham o tema da democracia e da cidadania na perspectiva da cidade liberal. Entre os chamados “filósofos do espaço público” que defendem essa posição estão Hannah Arendt e Jurgen Habermas.

Arendt¹⁸ acredita no contrato social como possibilidade de conquistar a democracia e a cidadania na cidade liberal, para a autora o espaço público aparece como o lugar da ação política. Entretanto, a cidade liberal está estruturada com base no antagonismo entre as classes, na desigualdade e na exploração – não imperando nem a liberdade e nem a igualdade.

Para Habermas, o espaço público aparece como o lugar da ação comunicacional, comportando um código comum como mediador das diferenças. Embora o autor esteja atento às transformações da esfera pública que outrora fizera uso cultural da razão e que foi convertida em um público consumidor de cultura. Temos que o código comum pode ser a afirmação do cidadão sujeito, como também a negação do sujeito, pois na sociedade burguesa a comunicação é funcionalizada e hierarquizada. Nesse sentido, a crítica é pelo fato do código comum indiferente aos conteúdos poder colaborar com a alienação política e mascarar o interesse de classe burguês.

Entre os geógrafos (que também trabalham o espaço público na perspectiva do pensamento liberal) podemos citar Paulo César da Costa Gomes¹⁹. No artigo “O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão” (GOMES, 2002): o autor coloca a cidade liberal como “modelo”, acreditando no contrato social como legitimador da democracia. Colocando o espaço público como local de convergência (alimentado pelas diferenças), em oposição

¹⁸ Embora escreva dentro de uma perspectiva humanista, o pensamento da autora deve ser revisto, pois a análise que a mesma faz deriva da experiência totalitária que teve na Alemanha. Ao passar à viver nos Estados Unidos e circunstanciada pela experiência totalitária alemã a autora constrói seu pensamento de forma circunstanciada (ignorando que o capitalismo está estruturando sob a separação entre as classes sociais e a sua reprodução posta sob a exploração de uma classe sobre a outra).

¹⁹ Ver também para efeito de crítica – GOMES, Paulo C. da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

formal aos espaços de uso coletivo homogêneos (shopping centers, clubes, etc.). Para o autor é a violência que quebra o contrato social e gera a segregação. Entretanto, a cidade liberal possui a separação como sua condição estruturante, onde a segregação é o produto estruturado, recompondo permanentemente os termos da sua reprodução (o domínio e a exploração de uma classe sobre a outra).

Retomando a idéia que desenvolvemos na introdução desta dissertação, verificamos a constituição dessa estrutura na origem da urbanização de São Paulo: no primeiro capítulo desta dissertação, apontamos como a burguesia paulista se pôs política e economicamente açambarcando para si as terras do rocío fundamentando a propriedade privada do solo urbano (elemento estruturador da separação entre as classes sociais no espaço urbano). Ou seja, aqui podemos usar a expressão que o “Estado está colado no Mercado”, esclarecendo que o público representa os interesses privados na cidade liberal. Como ratifica a filósofa Marilena Chauí desmistificando o “Estado representativo burguês”:

Longe de diferenciar-se da sociedade civil e de separar-se dela, longe de ser a expressão da vontade geral e do interesse geral, o Estado é a expressão legal – jurídica e policial – dos interesses de uma classe particular, a classe dos proprietários privados dos meios de produção ou classe dominante. E o Estado não é uma imposição divina aos homens, nem é o resultado de um pacto ou contrato social, mas é a maneira pela qual a classe dominante de uma época e de uma sociedade determinadas garante seus interesses e sua dominação sobre o todo social. (CHAUÍ, 1994: p.411).

No Brasil - mais do que nos países do centro do capitalismo, com história social pautada pela instauração da modernidade (conjuntura que possibilitou a criação de um Estado de Bem-Estar Social) – aqui (na periferia do capitalismo) a situação é ainda mais perversa. Temos uma tradição política, como herança colonial, pautada na polarização extrema entre as carências das classes populares e os privilégios das classes dominantes, onde os direitos nunca foram entendidos como direitos de todos. Configurou-se na realidade brasileira uma modernidade incompleta²⁰, marcada pelo autoritarismo político, pela corrupção e o clientelismo. Onde o Estado de Direito é apenas formal, assim como a democracia representativa (mesmo após a redemocratização política). Trata-se, de uma forma mais ampla, da crítica ao próprio capitalismo (no caso brasileiro, capitalismo periférico com efeitos

²⁰ Perspectiva particularizada da modernidade no Brasil. “A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: um regime de terras livres, o trabalho tinha de ser cativo; um regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 1981: p.74)

ainda mais perversos), como aponta Marilena Chauí:

É verdade que a sociedade democrática é aquela que não esconde suas divisões, mas procura trabalhá-las pelas instituições e pelas leis. Todavia, no capitalismo, são imensos os obstáculos à democracia, pois o conflito dos interesses é posto pela exploração de uma classe social por outra, mesmo que a ideologia afirme que todos são livres e iguais (CHAUÍ, 1994: p.433).

Assim, o fetiche da democracia aparece como um desdobramento da contradição interna da forma mercadoria. Aquela que retoma as idéias burguesas postas pela Revolução Francesa tentando demonstrar que o capitalismo é um sistema de liberdade e igualdade para todos (numa inversão dos seus fundamentos). Fundado sobre contradições e encerrando contradições, o capitalismo, por meio da classe burguesa, afirma os ideais de liberdade e igualdade como universais, vendendo a democracia representativa como um sistema justo para todos. Porém, o capitalismo está fundado sobre a desigualdade e a exploração, sendo que, a democracia representativa no capitalismo reforça o domínio da classe burguesa sobre o todo social.

É nesta perspectiva que vai do fetiche da mercadoria ao fetiche da democracia que refutamos o pensamento liberal sobre o par público-privado. É preciso situar criticamente a cidade liberal para apontar o sentido da sua realização. É preciso situar a realidade brasileira dentro da modernidade. O público está situado historicamente na cidade liberal como representação do poder público e representando os interesses privados. Na esfera pública brasileira o sentido do público vai de encontro a uma conformação patrimonialista, pois o público está atravessado pelos interesses privados e fundado sobre a propriedade privada. O público é visto apenas como patrimônio público que representa o poder público e não como o local de conformação da vida pública onde ela encontra a sua realização. Afirmar que o espaço público é um lugar “democrático por natureza” é acreditar na representação da identidade abstrata “onde todos são idênticos no Estado”. Ou seja, numa sociedade fundada sobre o antagonismo de classes acreditar na harmonização ilusória dos conflitos sobre a forma urbana, faz parte da alienação política.

Esse movimento que vai do fetiche da mercadoria a alienação cotidiana é posto por Henri Lefebvre: “O princípio da equivalência que permeia o mundo das mercadorias, das relações sociais, do Estado, vai impor a anulação das diferenças, a redução das identidades concretas à identidade abstrata” (1983:

p.209).

Odette Seabra (2004) afirma que a metrópole é a negação dessas identidades (da identidade concreta). Temos uma estrutura urbana funcionalizada e hierarquizada que coloca os termos da separação que vão da segregação à auto-segregação socioespacial. Como resultado, os espaços públicos reproduzidos historicamente são (re)constituídos cada vez mais funcionalizados e hierarquizados, corroídos e neutralizados nas suas formas de relação, que apontam para a anulação das diferenças e a redução da identidade concreta à identidade abstrata. As separações e a segregação sócioespacial colocam os limites para a apropriação e a realização da identidade concreta na cidade (neo) liberal.

Retomando as considerações de Damiani²¹ - trata-se de uma urbanização crítica que coloca como tendência a impossibilidade do urbano para todos frente às novas formas de capitalização do espaço (um movimento que vai da negatividade absoluta do trabalho à negatividade do urbano):

O urbano não é para todos; isto nos leva a uma barreira: o espaço para a sobrevivência pode se contrapor ou contrariar um processo de valorização ou capitalização do espaço, que o atinja. E barreira é limite a superar no processo do capital. Nesse sentido, chegamos a novos elementos: a mobilização necessária da periferia (ou das periferias) e as formas de contestação de semelhante mobilização, agora incluindo mais, francamente a propriedade privada da terra, do espaço. O que foi dito antes tratava do momento de criação desses espaços periféricos, duramente, como espaços de vida, ou ainda de sobrevivência; agora se aventa a possibilidade de destituí-los (2005: p.35).

Para Odette Seabra (2004), não existe cidade apropriada e sim territórios do uso, por não estar garantida a apropriação dos espaços e dos tempos o tempo todo. Como colocam os Situacionistas²², tratam-se de situações, circunstâncias espaço-temporais. Ou seja, a superação do duplo público-privado só pode se dar mediante a circunstância de uma prática social (consciente ou mais ou menos consciente) que se apropria de determinado tempo e de determinado espaço. Trata-se de uma dimensão espaço-temporal (interna), em um determinado tempo e circunstância para se realizar. É provisório, mas é absoluto naquele momento

²¹ DAMIANI, Amelia Luisa . A Metrópole e a Industria: reflexões sobre uma urbanização crítica. Revista Terra Livre, São Paulo, v. 15, p. 21-37, 2000.

²² A primeira fase da Internacional Situacionista que vai até o início dos anos 60, ainda está muito marcada pela importância que davam aos temas arte e cultura. O grupo se apresenta como uma “frente revolucionária na cultura”. Para os situacionistas a arte sempre foi a mais alta forma do trabalho criador. E foi na crítica a arte contemporânea que o movimento inicialmente construiu sua crítica a sociedade espetáculo.

(dialeticamente). As práticas sociais criam possibilidades de ação ativa e resistência constituindo um tempo e espaço de uma historicidade viva, não se tratando de um recorte passivo de certos espaços e tempos.

Da relação espaço de representação/representação do espaço, somente através da prática social é possível superar o par público-privado. No plano teórico, para rever o par público-privado, é preciso recolocar os termos de forma a dialetizá-los (já que um não pode ser jogado contra o outro posto que representam pólos da mesma capitalização). Propomos um esquema triádico para dialetizar os termos, como por exemplo, a tríade público-privado-semipúblico ou público-privado-comum.

Para Damiani (2005)²³, trata-se de uma tendência, onde o público, que tem como fundamento a ação estatista, desdobra essa potência no momento histórico recente, reforçando “o privado reduzido a toda ordem de privação”. Ou seja, trata-se de uma tendência onde o movimento das formas aponta para a constituição do espaço semipúblico (funcionalizado e hierarquizado), ou mesmo, sinaliza fortes conteúdos privatizantes no espaço público limitando a sua apropriação para a realização da vida. Tendência esmiuçada pela análise de Teresa Pires do Rio Caldeira (2000), no livro “Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo”:

Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os “marginais”, os sem-teto. Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público. Na verdade, criam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno como as modernas democracias. Privatização, cercamentos, policiamento de fronteiras e técnicas de distanciamento criam um outro tipo de espaço público: fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é o valor estruturante. No novo tipo de espaço público, as diferenças não devem ser postas de lado, tomadas como irrelevantes, negligenciadas. Nem devem também

²³ DAMIANI, Amelia Luisa . A Geografia e a produção do espaço da metrópole **entre** o público **e o privado**. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. 1.ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, v. 1, p. 38-50.

ser disfarçadas para sustentar ideologias de igualdade universal ou pluralismo cultural. O novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não-democrático e não-moderno (CALDEIRA, 2000: p.12-13).

Somente através da prática social é possível a apropriação de uma determinada circunstância espaço-temporal capaz de se realizar apontando para a constituição de um outro espaço social (espaço comum). Guardadas as condições morfológicas e políticas (e a crítica de toda política), é nesse sentido que Henri Lefebvre coloca que “o direito à cidade significa a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação” (LEFEBVRE, 2008: p.32). Ele afirma que ela não elimina os confrontos e as lutas, mas repõe constantemente os termos que dizem respeito à realização da vida.

3.2 - A produção capitalista do espaço público e a segregação socioespacial:

A teoria política e econômica, liberal ou neoliberal, possui uma orientação que privilegia a propriedade privada dos meios de produção e as atividades produtivas voltadas para a acumulação capitalista. Ou seja, formula as bases sobre as quais a classe burguesa estabelece o seu domínio sobre o todo social. Daí a necessidade de se formular uma crítica à economia política do espaço para se buscar uma geografia pautada no “direito à cidade” nos termos postos por Henri Lefebvre.

A reprodução do ciclo do capital em cada momento histórico transforma profundamente a morfologia das cidades. O desenvolvimento das técnicas transformou não apenas o espaço urbano provocando o “recoo dos espaços públicos”, pela disseminação de um urbanismo pautado no modelo automotivo, que reestruturou o consumo produtivo das cidades. Como também as formas de comunicação e relação na sociedade civil foram influenciadas pelas técnicas: onde o espaço público, como local privilegiado para a formação da opinião pública é açambarcado pelos meios de comunicação de massa, transformando a opinião pública em consumo cultural, como potente veículo para a ideologia política na “formação de uma falsa consciência” - nos termos propostos por Marx.

Vive-se, no mundo moderno, o momento da alienação desdobrada, a alienação da alienação – o “fetiche da mercadoria” (Marx). A forma mercadoria invade todas as dimensões da vida cotidiana através de um poderoso instrumental de publicidade criador de representações que transforma cidadãos em consumidores. Henri Lefebvre faz uma rica inquirição sobre como o mundo da mercadoria, saí do continente dos objetos e invade o cotidiano das pessoas através da coação de diversos sistemas de alienação que se desdobram dentro do que ele denomina de “Sociedade Burocrática do Consumo Dirigido”.

Dentro desse contexto e perspectiva, para a camada proletarizada da população que está inserida perversamente no “mundo do espetáculo”²⁴ o que sobra é a miséria absoluta e a violência. Todavia, a “instauração do cotidiano”²⁵

²⁴ Trata-se do momento em que a cultura vira consumo, num momento de alienação desdobrada. Ver “A sociedade do espetáculo” de Guy Debord.

²⁵ Trata-se de um constructo teórico que explica o momento em que a forma mercadoria açambarca todas as dimensões da vida cotidiana. Ver “A vida cotidiana no mundo moderno” de Henri Lefebvre.

promove a passividade quase absoluta frente ao estado crítico²⁶, mantendo o controle social e a reprodução capitalista. Da televisão passando pela indústria farmacêutica às igrejas pentecostais.

Pode-se dizer que as classes dominantes governam mais pelas estratégias de persuasão (via meios de comunicação de massa e processos tecnocráticos de planejamento) como forma de manter o controle social (do que pela própria violência, ainda que também o seja). O Estado torna-se produtor de formas impondo modelos e estabelecendo normas para o controle social. Por sua vez impõe uma estandardização cultural para toda a sociedade difundindo consensos que estabelecem um pensamento único o qual converge aos interesses da classe burguesa. Ratificando, a pretensa estandardização do modo de vida tem por estratégia minimizar ou apagar as diferenças de classe, mas isso não elimina o conflito que pode eclodir em diversos pontos e momentos onde a resistência se insurge no espaço urbano reivindicando essas diferenças que lhes são imanentes e que não podem ser completamente apagadas ou obscurecidas.

Na cidade contemporânea marcada pela urbanização crítica, onde não existe a possibilidade do urbano para todos. Onde as políticas neoliberais transformam trabalhadores em desempregados permanentes, espoliados das condições mais básicas de vida, o que se vê pelo centro da cidade é uma orda itinerante de sem-tetos que usam o espaço público como refúgio e abrigo. Ou seja, as condições de vida da periferia chegam ao centro. A vida na periferia também chega a um estado crítico. O crime cooptando jovens que destituídos de emprego e alienados pelo fetiche da mercadoria não encontram mais alternativa frente à lógica capitalista de que não existe o urbano para todos, noutros termos, a negatividade do urbano.

²⁶ “O estado crítico em que vivemos é produto de uma alienação generalizada? Como já dissemos anteriormente nós vivenciamos na atualidade uma crise generalizada, que separa e distingue pessoas e lugares. Esta crise está presente no espaço da cidade e do campo, com a diferenciação dos lugares como produto da desigualdade social. Mas, mesmo o espaço sendo produto de relações sociais dialéticas, ele ainda é concebido através de uma lógica cartesiana que não é capaz de decifrá-lo na sua complexidade. O homem, alienado de sua condição enquanto sujeito da história, não possui a compreensão de seu espaço. Seu cotidiano é colonizado pelo espetáculo. Suas necessidades são orientadas pela autonomia do valor de troca. O espaço produzido por esta economia política nega a vida humana”- Trecho do artigo A economia solidária na cidade capitalista: conflitos e contradições da reprodução do capital no espaço urbano de Tatiane Marina Pinto de Godoy, apresentado no X Colóquio Internacional de Geocrítica (1999-2008), Barcelona, 26 - 30 de maio de 2008, Universidad de Barcelona.

Na esfera pública brasileira marcada pela forte presença da coação e repressão policial, não se consolidaram sequer “os ideais modernos da vida pública” (pensamento liberal), onde o espaço público sempre foi tratado como “território de ninguém” e não de todos (percepção agravada nas últimas décadas pelo avanço do privado sobre o público na cidade). Na cidade liberal a segregação coloca acento no sentimento de não pertencimento do cidadão com relação ao espaço público. A própria ação estatista sustenta a seletividade de uso dos lugares através das leis e normatizações ou da coação policial, para promover o apartamento entre as classes sociais. Num contexto de segregação sócioespacial onde crescem a miséria e a violência urbana, novos produtos espaciais surgem no mercado imobiliário voltado para a burguesia (condomínios residenciais, shoppings, clubes, centros empresariais); num movimento que vai da segregação socioespacial como resultado da produção capitalista à autosegregação socioespacial como afirmação da diferencial social e definição de um “estilo de vida”.

Teresa Pires do Rio Calderia (2000)²⁷: coloca de uma forma bastante articulada que as regras que organizam o espaço urbano são pautadas em padrões de diferenciação social e separação, ou seja, a segregação é o aspecto mais visível da cidade capitalista.

A geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos, no livro “Espaço-tempo na metrópole” (2001), explica justamente como se dá o processo de segregação socioespacial dentro da lógica da produção capitalista do espaço na cidade de São Paulo:

O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos, pois o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada; desse modo a cidade enquanto trabalho social materializado é apropriada de forma diferenciada pelo cidadão. Na sociedade capitalista o acesso ao solo urbano, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem nesta sociedade, produz um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma atividade só pode ser entendida no contexto urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares, na metrópole. Nesse sentido, o uso nos remete à análise das relações sociais estabelecidas a partir da produção do espaço onde os mecanismos do mercado determinarão o acesso à propriedade privada, pela possibilidade de pagamento do solo urbano (CARLOS, 2001: p.38-39).

²⁷ Cidade de muros - Crime, segregação e cidadania em São Paulo.

Este tópico retoma a discussão do capítulo dois desta dissertação que versa sobre o sentido da urbanização na cidade de São Paulo (urbanização como negócio) que fundamentada na propriedade privada do solo urbano e na separação entre as classes sociais no espaço, produziu uma forma urbana fragmentada e hierarquizada, cujo resultado é a segregação socioespacial. E encontra com as análises de Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) que explica a segregação socioespacial apontando três fases distintas para o processo de urbanização na cidade de São Paulo:

Ao longo do século XX, a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo. A primeira estendeu-se do final do século XIX até os anos de 1940 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. Caldeira chama esse novo padrão de segregação de “enclaves fortificados”. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto (CALDEIRA, 2000: p.211).

Faremos alguns apontamentos preliminares sobre as transformações do espaço público no curso do processo histórico da urbanização de São Paulo retomando o ponto central de cada um dos capítulos, cujo movimento parte do ponto fundante da urbanização paulistana e encontra o atual momento da urbanização crítica.

Retomando a introdução e o primeiro capítulo da dissertação: podemos apontar que a propriedade capitalista da terra fundamentou o sentido da urbanização paulistana que esteve pautada na segregação socioespacial desde a sua origem. O espaço público na fase da urbanização concentrada traduzia a modernização incompleta brasileira. A distinção entre a esfera pública e privada traduzia uma concepção patrimonialista pautada na propriedade (patrimônio público

e patrimônio privado) e não nos direitos das pessoas (vida pública).

Retomando o capítulo dois da dissertação: podemos apontar o impacto da modernização industrial na reestruturação produtiva das cidades que pautado na concepção de um urbanismo modernista sustentado no automóvel produziu uma cidade cada vez mais funcionalizada e hierarquizada amplificando a segregação socioespacial no modelo centro-periferia. O espaço público na fase da urbanização fragmentada baseado no automóvel já sinalizava para o esvaziamento do espaço público e da vida pública. Os logradouros públicos passaram a funcionar como estacionamento ou foram reduzidos para dar passagem as vias de circulação rápida ou mesmo para a implantação do metrô.

Nos tópicos que abarcam a fase da urbanização que vai da desvalorização a retomada da revalorização do centro, momento de uma urbanização crítica que aponta para o surgimento do “enclaves fortificados”, temos uma reestruturação produtiva pautada na instrumentalização da cultura como negócio para retomar os investimentos no centro e promover a sua revalorização. Ou seja, uma retomada do centro pelas classes médias a partir de intervenções urbanísticas e coação policial com forte caráter higienista. As intervenções urbanas pautadas nos grafismo e nas visualizações estéticas não pretendem reavivar a vida pública, ao contrário, intensifica a seletividade do uso dos espaços públicos limitando a apropriação social.

Antes de entrar nas particularidades da problemática urbana inscrita na Praça Roosevelt, retomaremos uma última consideração sobre a transformação do espaço público, apresentada por CALDEIRA (2000): a autora discorre apontando as diferenças culturais e históricas que opõem as relações entre os grupos sociais no decorrer das transformações da esfera pública na cidade liberal. Contrapõe a Paris de Haussmann, demonstrando como os bulevares “incorporaram as condições para o anonimato e o individualismo, permitindo tanto a livre circulação quanto às diferenças e ajudando, assim, a consolidar a imagem de um espaço público aberto e igualitário” (CALDEIRA, 2000: p.212). E retoma a cidade contemporânea, no caso São Paulo, mostrando como se processaram as transformações na esfera pública que atrelada ao recrudescimento das condições de vida acentuou as diferenças de classe e as estratégias de separação na cidade. Ou seja, a acessibilidade e a livre circulação como valores característicos da cidade moderna desaparecem nas cidades fragmentadas que criaram como valores estruturantes a segurança e a discriminação social. Como a própria autora aponta:

Na cidade de muros não há tolerância para com o outro ou pelo diferente. O espaço público expressa a nova intolerância. As convenções modernistas de projeto usadas pelos enclaves ajudam a assegurar que diferentes mundos sociais se encontrem o mínimo possível no espaço da cidade, ou seja, que pertençam a espaços diferentes (CALDEIRA: 2000: p.313). E conclui: “O novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não-democrático e não-moderno” (CALDEIRA, 2000: p.12-13).

O sentido do espaço público na cidade liberal sempre teve limites para a realização da vida (em qualquer dimensão, privada ou pública). O recrudescimento das condições de vida apenas amplifica o caráter segregador da urbanização na cidade liberal. A forma mercadoria ao invadir a vida cotidiana aponta mais limites do que possibilidades para a realização da vida frente à progressiva equiparação de cidadania com capacidade de consumo. Apontado para a particularidade brasileira (modernidade incompleta aliada a um capitalismo dependente e periférico), deixamos as palavras de Marilena Chauí: “a democracia, no Brasil, ainda está por ser reinventada” (CHAUÍ, 1994: p. 436).

3.3 - A problemática urbana inscrita na Praça Roosevelt: local-global.

Após a leitura crítica dos teóricos do pensamento liberal e da discussão do espaço público na perspectiva do fetiche da mercadoria ao fetiche da democracia. E após o entendimento do movimento da produção do espaço no sentido da segregação socioespacial. Recolocaremos os termos da discussão, analisando a problemática urbana inscrita na Praça Roosevelt e apontando as particularidades que ela guarda na relação que estabelece com realidade local e global. Como já advertiu a geógrafa CARLOS (2001): só é possível entender a problemática urbana inscrita numa determinada localidade frente à articulação da sua situação relativa com os outros lugares na metrópole, no contexto urbano tomado como um todo. É nessa perspectiva que entendemos que a problemática urbana inscrita na Praça Roosevelt não é uma contradição interna da praça e sim uma problemática que atravessa o espaço público no contexto tanto local quanto mundial apontando como a cultura neoliberal transforma as relações socioespaciais e coloca novas contradições e conflitos no/do espaço no processo de produção e reprodução capitalista no mundo moderno.

Para avançar nessa perspectiva da produção do espaço e aos sentidos da reprodução social, recorreremos ao enfoque de Ana Fani Alessandri Carlos (2001: p.12) que propõe três níveis de análise para a produção do espaço – dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana – os quais podem ser lidos no espaço público.

No plano do concebido, que diz respeito à produção do espaço, a esfera política e a esfera econômica são estritamente atreladas a interesses comuns e ambas conformam o campo da dominação que se opõe ao campo da apropriação, àquele que diz respeito à esfera de realização da vida humana.

A dominação política é analisada na perspectiva das ações do poder municipal e das elites econômicas na produção dos espaços públicos e na busca do aumento da reprodução e da circulação do capital na cidade.

No plano do vivido é que ocorre o embate entre a dominação política e a apropriação social do espaço público. O poder público tenta organizar a vida pública e privada através de planejamentos e ações estratégicas e da repressão policial com uma pretensa finalidade de harmonizar as relações sociais no espaço público. Tentam controlar o que chamam de “desordem urbana”²⁸ (o intuito é zelar pelo patrimônio público e manter a ordem social).

As relações sociais no espaço público dizem respeito às práticas socioespaciais que contemplam o encontro, a construção da identidade e a relação de pertencimento, o simbólico e o subjetivo, assim como o lúdico. O espaço público, a rua, é justamente o lugar do encontro das diferenças e também dos conflitos que não podem ser totalmente controlados. É no vivido que os habitantes podem requerer e reivindicar o direito à cidade através da apropriação de um tempo e de um espaço que diz respeito a uma prática social libertadora.

A rua contém as funções negligenciadas por Le Corbusier: a função informativa, a função simbólica, a função lúdica. Nela joga-se, nela aprende-se. A rua é a desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. Além disso, essa desordem constrói uma ordem superior (LEFEBVRE, 2004: p.30)

O urbanismo com suas formas supressoras tenta disciplinar os usos da cidade promovendo uma estrutura funcionalista onde a ordem social deve estar sobre controle para não por em choque a reprodução capitalista – nesse ponto o análise se encontra com os processos de renovação urbana como meio de requalificar os conteúdos do lugar - mas o que realiza é a homogeneização e hierarquização dos fragmentos da cidade.

A problemática urbana inscrita na Praça Roosevelt diz respeito ao processo mais amplo que envolve a requalificação urbana de toda área central da cidade com a finalidade de promover uma revalorização urbana. Não pretendemos com nossa análise esgotar esse debate, mas abarcar uma particularidade dele.

²⁸ Em entrevista, o coronel Álvaro Camilo, comandante da PM do Centro de São Paulo – revelou que uma das investidas da polícia militar na área central é no combate aos crimes de “desordem urbana” - relacionado ao “uso inadequado do espaço público” pela população em situação de rua, sem-tetos, comércio informal, pedintes, e outros segmentos marginais (como a prostituição) “que geram conflitos na vida pública da cidade”. Disse que existe “uma relação direta entre o cuidado com o patrimônio público e o combate a desordem urbana”. Acredita na requalificação urbanística na promoção de uma cidade com maior qualidade de vida e segurança onde os negócios e o turismo tenham possibilidades de crescerem. Comenta que o consórcio entre a PM e a GCM, um fortalecimento das relações entre o Estado e a Prefeitura, trouxe melhora nos índices de segurança pública da cidade registrados no INFOCRIM (sistema de dados da PM). A região mais beneficiada pela segurança pública, segundo o coronel, foi a do roteiro turístico que vão do triangulo do centro histórico na confluência do eixo Sé-Arouche. Embora o INFOCRIM, resultados desmembrados apontem que existe muito mais furtos e roubos nas praças da Sé e República com relação a Praça Roosevelt (cujo número de ocorrências no INFOCRIM foi nulo).

O recorte que vamos trabalhar envolve especificamente a requalificação de praças e outros logradouros públicos cuja orientação urbanística é voltada para o embelezamento estético da cidade. Ou seja, essas intervenções urbanas esteticizantes negligenciam os processos sociais que dizem respeito à realização da vida na cidade.

O espaço público é concebido para ser visto, não para ser apropriado. O campo visual é privilegiado na época do urbanismo que promove a cidade para o consumo cultural através de políticas de image-making (uma espécie de ancora identitária da nova urbanística).

A convergência entre governantes, burocratas e urbanistas promovem planejamentos estratégicos com uma publicidade para vender a cidade ancorada nessas políticas de image-making que tornam a cidade um grande empreendimento empresarial.

Concebem a cidade privilegiando o visual em detrimento da passividade social (os lugares são para serem vistos e não vividos), controlam as relações sociais nos espaços públicos através de rígidas normatizações e da coação policial. Transformam os espaços públicos em cartões-postais, lugares assépticos, de paisagismo e formas rígidas, de um urbanismo que negligencia as funções sociais desses equipamentos urbanos.

O poder público municipal em parceria com o mercado promovem a urbanização da cidade voltada para a revalorização urbana. Sendo que, a orientação da urbanização voltada para promover a revalorização da área central atravessa diversas e diferentes gestões políticas. O momento privilegiado dessas ações público-privadas sobre o espaço urbano onde as mesmas ganharam potência e conformação nos planos estratégicos da cidade foi no começo da década de 1990 - com a requalificação do Vale do Anhangabaú, na gestão da prefeita Luiza Erundina²⁹.

A Associação Viva o Centro (uma associação civil que representa os interesses privados na promoção de ações e reivindicações que tem por objetivo a revalorização urbana da área central da cidade) surgiu junto com a requalificação do Vale do Anhangabaú. A efetividade desta intervenção estratégica impulsionou outras

²⁹ A gestão da prefeita Luiza Erundina era bem recebida pelos movimentos sociais, com o término da sua gestão, políticas mais excludentes tomaram o processo de requalificação da área central.

intervenções urbanísticas que logo se efetivaram com a requalificação urbana do eixo Sé-Arouche.

O capital financeiro internacional e o poder público local são os agentes principais desse processo que também é reforçado pelos interesses dos empreendedores imobiliários, promotores culturais, bancos privados e pelo empresariado local. Estado e Prefeitura juntam esforços para promover a reurbanização da Nova Luz e de vários pontos estratégicos para a revalorização urbana da área central de São Paulo – cujo mote é o “capital simbólico”³⁰ que essa área concentra por ser o núcleo de origem da cidade. Com o álibi de que “tudo é cultura” estabelecem consensos de base identitária, fabricam uma “cidade do pensamento único” sobre uma pretensa identidade que é abstrata e não concreta, pois que utilizam a cultura no seu caminho inverso, sendo ela refratária a qualquer espécie de homogeneização.

Na relação entre o público e o privado, surgem além das próprias parcerias nas quais a iniciativa privada está cada vez mais presente no planejamento e na produção do espaço urbano, organizações civis que reforçam ainda mais os interesses privados nos caminhos da urbanização da cidade assentado nessa “nova urbanística de base identitária”³¹.

O poder público discursa, convocando a sociedade civil para zelar pela cidade, formulando consensos e representações em torno da reurbanização do centro. Glória da Anunciação Alves esclarece o que há em comum nas proposições de alguns dos ideólogos³² dessa matriz urbanística, e as desmistifica: “Ao mesmo tempo em que afirmam a necessidade da participação da sociedade como um todo no processo de transformação espacial, colocam como as populações menos abastadas econômica e culturalmente podem se tornar um entrave à recuperação da centralidade do lugar na hierarquia das centralidades” (ALVES, 2005: p.143).

³⁰ Chamamos de “capital simbólico”, aqui, a representação que possui o patrimônio público que guarda a história social da cidade. Todavia, alguns autores colocam que não existe um conjunto arquitetônico de interesse histórico para o turismo na cidade de São Paulo, pois tirando o Pátio do Colégio que remonta a fundação da cidade, a maioria das edificações remonta o final do século XIX tendo sido intensamente transformadas pelo processo de verticalização dos anos de 1930 e 1950 que redefiniram o centro da cidade.

³¹ Trata-se para Otília Arantes, dos descaminhos do urbanismo progressista que foi absorvido por ideólogos do Mercado, tornando-se assim “uma estratégia fatal” que estabelece a “cidade do pensamento único” em torno da cultura, como estratégia para os processos de reurbanização das cidades (que o pautam na revalorização urbana e na exclusão social).

³² Trata-se das proposições feitas por Borja, Ascher, Sola-Morales, Portas, Huet e Gosling no “Seminário Internacional CentroXXI”, realizado na cidade de São Paulo pela Associação Viva o Centro”.

Ainda no mesmo artigo³³, a geógrafa que estuda os processos de transformação espaciais da área central, aponta em suas análises que “à medida que revalorizam a área, tendem a afastar a população de menor poder aquisitivo do local, por transformarem o espaço e as relações aí existentes” (ALVES, 2005: p.143). A estudiosa evidencia que entre as várias ações de transformação espaciais já promovidas pelo poder público, pactuadas com a iniciativa privada, a quase totalidade vai de encontro à promoção da imagem da cidade com a finalidade de atrair investimentos privados. Os exemplos expostos são os da reurbanização do Vale do Anhangabaú e o da Praça Patriarca, colocados como promotores de uma “imagem asséptica” da cidade orientada para o turismo, que excluem a população proletarizada do “cenário”.

A Associação Viva o Centro³⁴(A.V.C.) une forças para promover a revalorização urbana da área central pressionando e fazendo lobbies para que o poder público privilegie a Subprefeitura da Sé no direcionamento dos investimentos públicos da cidade. Associação fundada no início da década de 1990, que de 1995 para cá tem conseguido importantes vitórias no direcionamento da reurbanização da área central orientando-a para a fabricação de uma imagem atraente para a atração de investimentos que efetivem a revalorização urbana do lugar.

Como exemplo, temos o caráter estetizante do urbanismo que produz e normatiza os espaços públicos voltados para o visual e não para o corpo, para a apropriação social efetiva. Trata-se da “fabricação de cartões-postais” que promovam a imagem de uma cidade atraente para o turismo e para a atração de outros investimentos que efetivamente “vendam a cidade” no mercado local-mundial – “a cidade passa de lugar do consumo para o consumo do lugar”.³⁵

São exemplos: a reurbanização do Vale do Anhangabaú atrelada ao uso restritivo, com a proibição de shows no local e a consequente repulsão de populares (a partir de 1995)³⁶; a reurbanização da Praça do Patriarca³⁷ que promoveu a retirada dos terminais de ônibus do local e desse modo diluiu a

³³ Ver o artigo “São Paulo: uma cidade global” (GLÓRIA, 2005: pág. 137-149).

³⁴ Entidade de utilidade pública que representa os interesses da iniciativa privada e é patrocinada por grandes grupos financeiros

³⁵ Ver CARLOS, Ana F. A. “Espaço-Tempo na Metropole”, 2001.

³⁶ Ver o artigo “São Paulo: uma cidade global” (GLÓRIA, 2005: pág. 137-149).

³⁷ Ver T.G.I. “Praça do Patriarca: descaminhos de uma revalorização urbana”, de Nedir Fernandes de Almeida, USP, 2003.

concentração dos segmentos mais populares próximo à prefeitura da cidade; e a forma geral como o processo tem sido implementado pelo poder público, principalmente na reurbanização da Nova Luz, desde a gestão do prefeito José Serra até a atual gestão do prefeito Gilberto Kassab. Fora o tratamento dispensado a população em situação de rua, aos sem-tetos, camelos e aos movimentos sociais populares.

A reurbanização da área central atravessa diversas e diferentes gestões políticas do espectro da direita e da esquerda, cujas orientações variam com relação ao entendimento com a sociedade civil, todavia sem interromper o processo em curso. Quer dizer, continuidades e descontinuidades podem ser verificadas nos descaminhos das diversas administrações e gestões que orientam o processo de reurbanização da cidade tentando impingir sua marca e privilegiando os grupos que os patrocinam dentro do já conhecido clientelismo da política brasileira. Também revelando a “estratégia fatal” que acabou engolindo a “nova (?) esquerda urbanística”(Arantes, 2000: p.16).

Se a reurbanização do Vale do Anhangabaú efetivada durante uma gestão política de esquerda tinha uma orientação ideológica, toma a partir de 1995 o caminho inverso. E a A.V.C. torna mais nítido o seu caráter segregacionista de buscar uma revitalização que exclua os segmentos mais populares da sociedade civil. Temendo a sua expulsão da área central da cidade pelo processo de reurbanização em curso, os movimentos sociais unificam as suas forças em torno de uma associação civil que represente os seus direitos, pois que a A.V.C. defende os interesses apenas das camadas mais abastadas da sociedade civil, surge o Fórum Centro Vivo (associação civil em torno dos movimentos populares da cidade). É a velha história de uma sociedade fundada na polarização extrema entre as carências da população e os privilégios das classes dominantes, onde os direitos nunca foram entendidos como direitos de todos – nos termos de Marilena Chauí.

Estado e Mercado são pólos da mesma capitalização e é nessa perspectiva que o par público-privado deve ser questionado. O que há de novo é o fato do Estado estar cada vez mais presente no processo, orientando a urbanização como negócio³⁸. Sendo assim, governantes, burocratas e urbanistas convergem em

³⁸ “ Atualmente, há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado. No entanto, não seria correto afirmar que o Estado apenas recentemente se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista. Ele sempre esteve presente;

torno da criação de um Plano Estratégico capaz de tornar a cidade competitiva no mercado mundial. E é na ordem mais próxima que as contradições são percebidas e os conflitos explodem, sendo que, onde a política pretensamente não harmoniza os conflitos sociais, a repressão policial atua. As estratégias não são apenas políticas, são quase “estratégias de guerra”³⁹.

É preciso retomar a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado (Lênin) em outros termos. É preciso resgatar o conceito de “estado crítico” desenvolvido por Henri Lefevre, posto que vivemos um momento crítico onde não existem respostas que apontem onde estão as possibilidades no urbano. É preciso trabalhar na perspectiva da urbanização crítica onde não existe a possibilidade do urbano para todos, como coloca a geógrafa Luisa Amélia Damiani⁴⁰. Ou como enfatiza Schwarz:

Tratava-se de entender a funcionalidade e a crise das formas ‘atrasadas’ de trabalho, das relações ‘arcaicas’ de clientelismo, das condutas ‘irracionais’ da classe dominante, bem como da inserção global e subordinada de nossa economia, tudo em nossos dias (Schwarz, 1999: p. 98).

Atravessado por lógicas globais (ordem distante) e concebido numa realidade particular (brasileira): na ordem próxima (no vivido, no percebido) é que as contradições e os conflitos se explicitam. Recolocando a análise de Schwarz (dentro desses termos e com outras palavras): “Trata-se de explicar a conjunção paradoxal entre legislação urbana, poder público arbitrário e exclusão social, sobre o fundo do passado escravista-colonial de um país periférico marcado pela reprodução funcional do atraso”⁴¹.

É aqui que a problemática urbana inscrita na Praça Roosevelt se encontra com as contradições e os conflitos que encerram o processo de revalorização urbana do centro de São Paulo (local-global). A reurbanização, ou urbanização como negócio, concebe um espaço público que nega ou limita as possibilidades de uso, que negligencia os processos sociais. De um lado temos a posição dos tecnocratas, “os demolidores”. Do outro, a posição contra os tecnocratas, “os históricos”, todos aqueles que valorizam os processos sociais que

apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia” (HARVEY, 2005: p.79)

³⁹ Alusão à forma como o processo de reurbanização tem sido pautado na violência - das “rampas anti-mendigos” até as desapropriações com forte repressão policial na Nova Luz.

⁴⁰ Ver artigo “Urbanização crítica e situação geográfica” de Amélia Luisa Damiani.

⁴¹ Texto escrito por Otília Arantes para o Caderno de Resenhas da Folha de S. Paulo (10.maio.1997), a propósito do livro de Ermínia Maricato. *Metrópole na Periferia do Capitalismo*, HUCITE, 1996.

dizem respeito ao direito à cidade (ou da realização da própria vida humana). “O ‘direito à cidade’? Isto queria e ainda quer dizer: não deixar perder a herança histórica – não deixar o espaço se transformar em migalhas, reencontrar o ‘centro’ como lugar de ‘criação’, de civilização (de urbanidade)”.⁴²

⁴² Henri Lefebvre, *Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne*. Paris, Messidor/Éditions Sociales, 1986, p. 159-173. (Tradução: Margarida Maria de Andrade).

3.4 - Posição contra os tecnocratas⁴³: históricos x demolidores⁴⁴.

A crítica ao fenômeno urbano irá à busca dos fundamentos da ideologia que se inscreve nas sociedades industriais, ideologia esta que constrói a noção de 'história como progresso', crença na operacionalidade e no desenvolvimento técnico-científico, ambos a serviço da destruição produtiva da cidade sob o imperativo categórico da "Razão Instrumental" que desbasta o terreno de tudo que possa significar obstáculo à circulação da mercadoria e à livre acumulação de capital (Olgária C. F. Matos)⁴⁵.

A forma de uma cidade muda mais depressa, do que as batidas do coração de um mortal" (Baudelaire)⁴⁶.

Este "ludistas do tempo" buscavam, tal como é função da memória, desorientar o cronômetro do frio cálculo, recuperar o tempo perdido, não para repeti-lo, mas para realizar suas esperanças. Neste sentido, a anamnese cidadinha é projeto de desalienação social, que recoloca o 'sentimento de humanidade' como determinante do espaço vivido, contra a burocratização tecnocrática do espaço, a fim de traçar o destino que ainda resta ao indivíduo (Olgária C. F. Matos)⁴⁷.

Essas coisas não têm que ver com as medidas e raciocínios. São puramente questões de sentimentos (Thomas Mann)⁴⁸.

A ideologia da "história como progresso" é o fundamento da economia de mercado e do nosso espaço-tempo na metrópole. O presente produtivista da economia de mercado dita os passos dos homens na cidade e instaura um tempo efêmero, onde até mesmo o espaço se desfaz amnésico, tornando as relações sociais esvaziadas de sentido, memória, identidade, pertencimento. Pois a única forma do capital se reproduzir é destruindo o que está posto, ou seja, "os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade" (Lefebvre, 2004: p.24).

⁴³ Lefebvre, H. Posição contra os tecnocratas, São Paulo, Documentos, 1969.

⁴⁴ O modelo que trata as intervenções urbanas confrontando o concebido e o vivido foi por Ana Fani Alessandri Carlos com esses termos "os históricos" e "os demolidores" no livro "Espaço-tempo na metrópole"(2001: p.295). Recuperamos em nossas análises os termos por seu valor semântico de representação.

⁴⁵ Olgária Matos. MATOS, O. C. F. . A cidade e o tempo. Revista Espaço e Debates, São Paulo, v. 7, p. 7-15, 1983.

⁴⁶ Citado por Henri Lefebvre em "Le retour de la dialectique" - tradução de Margarida Maria de Andrade.

⁴⁷ Olgária Matos. MATOS, O. C. F. . A cidade e o tempo. Revista Espaço e Debates, São Paulo, v. 7, p. 7-15, 1983.

⁴⁸ Mann, Thomas. A Montanha Mágica. Editora Nova Fronteira, 1980, p. 121..

A cidade que outrora “obra” (da história, da criação), permitia aos cidadãos viverem de maneira “poiética⁴⁹”, exercendo relações que vinham de “[...] encontro com a fruição, a beleza, o encanto dos locais de encontro” (Lefebvre, 2004, p.47). No mundo moderno “[...] esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto valor de troca” (Lefebvre, 2001, p.4). Pode-se dizer que, a cidade vive as agruras de uma época cujo maior conflito é o desencontro entre “sujeito e obra”, fonte de toda angústia e de todo estranhamento.

Com as ruínas de um passado muito próximo onde “tudo o que é sólido se desmancha no ar”⁵⁰, a função social das lembranças é negada quando os seus apoios de memória são destruídos, afinal, “nessa geografia movimentada da cidade capitalista, considerando que o capital é movimento, é inerentemente circulante”⁵¹, o urbanismo como negócio faz a memória responder pelo nome de amnésia (uma negatividade da função social das lembranças).

No transcurso da pesquisa de campo tivemos a oportunidade de ouvir vários relatos de anciões que tinham as lembranças transfiguradas por já não encontrarem no espaço urbano apoios de memória, pois a cidade capitalista se metamorfoseia constantemente e impõe seu sentido político na amnésia da cidade, do cidadão, impondo “a idéia de que o que vem depois é necessariamente melhor do que o que veio antes” (Matos: 1983, p.51).

Um dos relatos foi o do senhor Augusto Cruz⁵², 70 anos, que trabalha como zelador no Colégio Caetano de Campos desde a época em que a escola se localizava na Praça da República (funciona desde 1978 na rua João Guimarães Rosa em frente a Praça Roosevelt – no lado oposto ao dos teatros). Este senhor repleto de experiências vividas, por vezes apresentava mais ausência do que presença nos seus relatos. Enquanto investigador fui surpreendido por esperar ouvir histórias até nostálgicas como aquelas relatadas por Ignácio de Loyolla Brandão.

⁴⁹ “A poësis metafилосófica seria pois poesia e verdade [...] parte da desordem inerente à ordem sempre frustrada das Formas: apóia-se em verdades parciais para criar uma verdade [...] embora possa dar sentido ao insignificante (ao cotidiano) transformando-o. Pretende ser mais do que expressão poética e descrição: pretende ser criação”. Lefebvre, Henri. Metafilosofia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p.379.

⁵⁰ Expressão de Karl Marx emprestada por Marshal Berman para definir que no mundo moderno tudo se desfaz aceleradamente (obras, valores, cidades).

⁵¹ Ver o artigo “A geografia e a produção do espaço na metrópole: entre o público e o privado.

⁵² Relato em Fevereiro de 2009, no Colégio Caetano de Campos.

Perguntei se ele tinha saudades do passado e ele me respondeu que não, falando que “hoje as coisas são melhores por causa do progresso” e levantou com uma das mãos o controle remoto da televisão confirmando a idéia. No momento não entendi, pois esperava uma opinião oposta, mas depois compreendi que mesmo os mais velhos acabam sendo dragados por essa noção da “história como progresso”⁵³. Como escreve Olgária Matos (1983:50): “O capital é um poder tanático⁵⁴ que destrói o espaço fugidio da cidade, convertendo-o em metrópole impessoal e sem memória”. Segue um trecho da narrativa das lembranças (e também dos esquecimentos) do senhor Cruz⁵⁵:

A festa de inauguração foi uma beleza. Eu vim com os meus colegas lá da Praça da República, porque o Caetano de Campos era lá. Teve orquestra sinfônica tocando, tiro de canhão, o presidente Médici estava aqui. Se a praça era bonita? [pensa um pouco e depois responde] Eu acho que era bem bonita sim. Tinham mastros com bandeiras coloridas, o espaço era bem aberto e amplo, havia um restaurante onde hoje é a PM, ou será que não era lá? Fizeram tantas modificações nessa praça, já não lembro muito bem como ela era. Eu lembro da festa, daquela multidão, da orquestra tocando. Foi empolgante aquele dia, isso eu me lembro! (Augusto Cruz, 70 anos)⁵⁶

O ato de recordar, dirá Eclea, não é simples repetição do passado: “o velho, de um lado, busca a confirmação do que passou com seus coletâneos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa, confronta esse tesouro que é guardião. Do outro lado, recupera o tempo que correu e aquelas coisas que quando perdemos nos sentimos diminuir e morrer” (...) “A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda. Repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens, caras, pela desapareção de entes amados, é semelhante a uma obra de arte” (MATOS: 1983: p.50-51)⁵⁷.

Outro relato que vai de encontro a essa reflexão sobre a função social das lembranças é o do senhor Renato Orbetelli, 61 anos (ex-caixa da Baiúca e atual dono da barbearia e charutaria Diplomata, que funciona na rua dos teatros).

⁵³ Os termos presença e ausência são propostos por Lefebvre para tratar das representações, o representado ao mesmo tempo é falso e verdadeiro.

⁵⁴ Thanatos é o Deus da Morte - o poder tanático é aquele que leva a morte, um homem sem memória caminha mais rápido para a morte, o reencontro com o passado através das lembranças é uma afirmação de vida, reforça a presença na ausência, seria aquilo que a cidade não poderia arrancar dos mais velhos, as suas lembranças.

⁵⁵ Relato em Fevereiro de 2009, no Colégio Caetano de Campos.

⁵⁶ Entrevista concedida em fevereiro de 2009 no Colégio Caetano de Campos, na própria casa do zelador.

⁵⁷ Eclea Bosi citada por Olgária Matos. MATOS, O. C. F. . A cidade e o tempo. Revista Espaço e Debates, São Paulo, v. 7, p. 7-15, 1983.

Ele narrou suas lembranças (e esquecimentos). Em certa parte da conversa, teve que pedir auxílio para a esposa para poder resgatar o que havia sido cada um dos comércios que no presente operam na Praça Roosevelt na rua onde ficam os teatros (rua Martinho Prado). Estávamos os três sentados no sofá conversando no interior da barbearia: Obertelli começou a enumerar o que funcionava em cada um dos atuais comércios da calçada na época em que a Praça Roosevelt era a centralidade da boemia paulistana (nos anos de 1950-1960). Nem sempre conseguia lembrar exatamente de todos. Porém, quando recordavam o que era, cada um dos atuais comércios do local, evocava momentos de intensa “presença na ausência”⁵⁸, o passado se fazia presente através do resgate das suas lembranças:

Na livraria funcionava o Jacques Janine, no Doca o Djalma's, no Parlapatões uma padaria que vendia um lanches deliciosos. E a doceria Vendôme, que beleza aqueles doces! Sem passar na frente não me recordo direito, mas se eu caminhar pela calçada consigo me lembrar o que era em cada um dos lugares. Onde é o supermercado funcionou a Baiúca, um restaurante bem chique, veja você que triste essa mudança, não tenho nada contra o supermercado, mas tenho saudades daqueles tempos. [...] Se eu freqüentava a praça? Morei na década de 1970 aqui em frente, íamos a família toda e ficávamos lá na praça até tarde, tinha bancos, era limpo, a cidade era segura. Essa praça já foi muito bonita, hoje é quase uma ruína. [...] No dia em que teve a encenação da Paixão de Cristo na praça eu notei que o busto do Roosevelt não estava mais lá (diz dando risada). Tenho certeza que havia um busto de bronze em algum lugar na praça... (Renato Obertelli, 61 anos).

Nas narrativas dos velhos poderemos observar a constituição do sentido político da amnésia da cidade: o sufocamento da lembrança, pelo desaparecimento de seus suportes materiais, abole o aspecto lúdico das recordações afetivas e abrange a memória política. Ao recordarem acontecimentos políticos de que foram testemunhas, suas lembranças passadas e grupais são invadidas por outra memória a ‘oficial celebradora’ que expropria o sentido e a verdade das primeiras (MATOS: 1983: p.50-51)⁵⁹.

A vida cotidiana na metrópole é marcada por essa dialética do reconhecimento-estranhamento, pois as transformações espaciais resultantes da

⁵⁸ No livro *La Présence et L’Absence*, Lefebvre trata da teoria da representação. Pela linguagem poética, em “L’Attente”, mostra-nos, talvez melhor do que em qualquer tratado teórico, como o que se representa está presente e ausente, ao mesmo tempo, na representação. Presença e ausência não excluem uma, ao contrário, uma é mediada pela outra, uma supõe a outra”. MARTINS, J.S. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. Ed. Hucite, 1996. Ou também no sentido da dialética do estranhamento-reconhecido abordada por Carlos em “Espaço-tempo na metrópole”.2001.

⁵⁹ Olgária Matos. MATOS, O. C. F. . A cidade e o tempo. Revista Espaço e Debates, São Paulo, v. 7, p. 7-15, 1983.

lógica produtivista do capitalismo promovem a despersonalização das relações sociais e deforma a percepção do habitante com o lugar. Seguem algumas narrativas nessa perspectiva (contrárias ou não a demolição, o relevante aqui é a sensação do tempo perdido, que só pode ser reencontrado e recuperado através das lembranças e dos apoios de memória, que ajudam a recuperar e reencontrar o tempo perdido que se torna absoluto naquele espaço-tempo da memória que restitui o passado - tendo os depoentes essa percepção ou não):

A importância do Djalma's, atual 'Pinga, Papo e Petisco', é fácil de entender. Foi lá que, no dia 5 de agosto de 1964, Elis Regina fez seu primeiro show na Cidade. "Muitos fãs da Elis vêm até o bar. É emocionante. Tento preservar a memória do lugar e da Praça Roosevelt. Quem sabe um dia a gente consegue levantar esse pedaço da Cidade outra vez", disse Doca. "Eu só queria que a Maria Rita (filha de Elis) viesse aqui uma vez. Será que ela conhece essa história?", pergunta. (Doca – bar Pinga, Papo e Petisco)⁶⁰

O ambiente da praça era propício. Parecia que todo mundo gostava e entendia de música por lá. Em qualidade musical, mesmo em se tratando de Bossa Nova, São Paulo nunca ficou atrás do Rio de Janeiro. A Praça Roosevelt foi um lugar inesquecível. (Alaíde Costa – cantora)⁶¹

Deixei o Rio porque lá já tinha a Nara Leão. O espaço já estava ocupado. Em São Paulo, eu e a Bossa fomos bem recebidas. (Claudete Soares – cantora)⁶²

A Praça Roosevelt, a Baiúca, o Djalma's e todas aquelas casas eram redutos de boa música. Todo mundo que era relevante para a Bossa Nova aqui em São Paulo passou por lá. Os músicos e o público eram respeitados. Tudo era de muito bom gosto. A Praça Roosevelt tinha música na veia. [...] Não. Não dá mais. Hoje aquele lugar nem pode ser mais chamado de praça. Quem viveu aquele período viveu. O trem passou e quem pegou, pegou. (Zuza Homem de Mello – músico, crítico e produtor)⁶³

A narrativa abaixo (quase na íntegra) é do escritor Ignácio de Loyola Brandão, que morou na Praça Roosevelt, entre 1960 e 1970. Embora o escritor seja favorável à demolição do equipamento público – dialeticamente o nosso objetivo

⁶⁰ Matéria jornalística com entrevistados narrando suas lembranças do lugar na época da Bossa Nova. Estado de S. Paulo, sábado, 26 de abril de 2008.

⁶¹ Idem.

⁶² Matéria jornalística com entrevistados narrando suas lembranças do lugar na época da Bossa Nova. Estado de S. Paulo, sábado, 26 de abril de 2008

⁶³ Idem.

com a exposição é justamente demonstrar a necessidade de se conservar os apoios de memória como garantia vital para a função social das lembranças, que por sua vez, fazem reforçar a identidade do habitante com o lugar. O período de regime autoritário que gerou a obra, não está isento de crítica, mas a Praça Roosevelt já está incorporada à vida cotidiana das pessoas do local e da vida de relações da cidade. Existem outras soluções para além da demolição total deste equipamento público e reafirmamos que a problemática que incide sobre a praça é da própria cidade, está além da praça. É preciso desfazer os mitos da representação que este espaço adquiriu no imaginário de parte da população, pois senão não será possível enxergar o essencial (os interesses por trás da demolição). Após nossas justificativas, segue parte da narrativa do escritor:

Entreí como “testemunha ocular da história”, como dizia o “Repórter Esso”, porque morei dez anos naquele lugar, entre 1960 e 1970, exatamente os anos de maior efervescência. O primeiro apartamento de minha vida foi o 803 do número 128, quase em cima do Cine Bijou. Foi-me alugado por um amigo da “Última Hora”, o Amaury Medeiros, o homem que me levou ao jornal, meu primeiro emprego, o lugar onde me formei. Depois passei para o 84 do prédio 168. Sempre contemplei a praça de uma posição privilegiada, como se meus olhos fossem uma câmera a registrar a vida que, a cada momento, mudava.

A Roosevelt era um descampado asfaltado, limitada pela Rua Augusta e pelo Colégio Porto Seguro, de um lado, e pelo Teatro de Arena e Igreja da Consolação do outro. Nas laterais havia a Baiúca, o Sujinho (cujo nome verdadeiro era Bar Comunidade), o Cine Bijou, o Jacques & Janine, a Standard Propaganda, a Tapeçaria Paulista, a doceira Vendôme, a boate Zum Zum, depois Djalma (ou foi o contrário?) e o Hotel Marrocos com as putas entrando e saindo. Na outra lateral, havia um salão de beleza que atendia tanto as mocinhas que iam para as festinhas das noites de sábado como as garotas de programa dos inferninhos da Boca do Luxo. Referenciais eram as boates Stardust, freqüentada por Dener e suas modelos, e, mais tarde, o La Licorne, com suas mulheres espetaculares. O La Licorne foi desapropriado, em cima dele foi erguido um prédio que começou como sede do BNH, vejam só.

A praça obedecia aos rituais de tribos diferentes. Durante a semana era estacionamento e via-se homens de terno escuro fechando o carro de manhã e voltando à tarde. Nas manhãs de domingo eram as beatas indo às missas da igreja. Na manhã de sábado surgia uma população heterogênea comprando na feira livre que ia até 2 da tarde: donas de casa, travestis, gays, prostitutas, empregadas, atores, modelos, bailarinos, jornalistas. O Biju, cinema de arte, catalisava o pessoal da USP-Maria Antônia, os freqüentadores da Cinemateca, do Cine Coral, do bar do MAM e da Galeria Metrôpole, do Arena e do Oficina, publicitários.

O Stardust e Zum Zum (ou o Djalma), depois de 10 da noite, arrebanhavam a sociedade (gente bem, se dizia) e a gente jovem comandada por Ricardo Amaral, o criador do termo jovem guarda, antes do Roberto Carlos fazer usucapião dele. Aficionados da nascente bossa nova ocupavam lugares no Stardust ou na Baiúca, onde Walter Vanderley, Claudete Soares, César Camargo Mariano, Marisa Gata Mansa, o contrabaixista Azeitona (o instrumento era o dobro de sua altura, um mistério como ele tirava tais sons) e eventualmente Maysa, ainda Matarazzo, davam o tom; e que tom!

No fim da tarde de sábado, o asfalto, já lavado depois da feira, era invadido por moleques jogando futebol até a noite cair e não se enxergar mais a bola, já que a praça era escura, impossível iluminá-la decentemente sem plantar postes. Porque esta é a cidade dos postes fincados e dos fios aéreos, um horror. Ah, não posso me esquecer também das jovens de família que nos fins de tarde circulavam de bicicleta, aproveitando que os automóveis partiam, liberando o vasto espaço.

A Roosevelt era ponto de circulação entre o Teatro de Arena e o Oficina, cuja primeira sede foi na Rua Santo Antônio. E também ponto de passagem para o Gigetto, na Nestor Pestana, e para a TV Excelsior, no Teatro Cultura Artística. Essa foi a vida que desapareceu quando a Prefeitura construiu um monstrego arquitetônico inadequado, triste, que agora começa a ser repensado. Aquela vida, que era até meio provinciana, se foi, os tempos são outros. Melhores? Difícil dizer. Mas não eram como hoje, decadentes, deteriorados, violentos, ameaçadores.

Muitas narrativas que evocam o tempo onde o local era a centralidade da Bossa Nova em São Paulo, comportam representações negativas com relação ao momento posterior (o da construção da Praça Roosevelt): presentes nos depoimentos de alguns desses artistas como Zuza Homem de Mello ou Ignácio de Loyola Brandão.

Todavia, eles vivenciaram o lugar nas décadas de 1950-1960 e a Praça Roosevelt foi inaugurada em 1970. Do mesmo modo que as “ofensivas do terror produtivista⁶⁴” abriram as trincheiras no meio da praça para deixar passar os automóveis – provocando no escritor a sensação de que “mataram o lado sentimental da Roosevelt⁶⁵”. No caminho inverso, mas revelando a mesma “ofensiva do terror produtivista” que destrói todos os obstáculos para promover o consumo

⁶⁴ Ernest Bloch citado por Olgária Matos.

⁶⁵ Ignácio de Loyolla Brandão se referindo a construção da Praça Roosevelt e o fim de um tempo no lugar. O Estado de S. Paulo, 16.05.1995.

produtivo da cidade, hoje a destruição e reconstrução da Praça Roosevelt contém a mesma violência (principalmente pelo fato de a reurbanização estar sendo encaminhada negligenciando os processos sociais e possuir um custo tão elevado “30 milhões de reais” para um país do capitalismo periférico com tantas outras prioridades mais essenciais). Ou seja, o “lado sentimental” que tem hoje, é para quem faz parte da vida cotidiana do lugar, neste momento da história, não é o mesmo “lado sentimental” que carrega o escritor. Trata-se de outra apropriação social de um espaço-tempo que carrega continuidades/rupturas/descontinuidades.

A Praça Roosevelt como apoio de memória para estes artistas representa o sepultamento da efervescência cultural dos anos de 1950-1960. Não que ela seja, mas remete enquanto falsa representação. A ruptura daquele momento criativo que gerou a Bossa Nova, não se explica pela construção da Praça Roosevelt - uma conjuntura muito mais complexa envolve essa questão.

Com relação à saída dos estabelecimentos foram o “cenário” da elite paulistana, não foi à construção da praça em si o “fator detonador” (embora ela seja uma metonímia do processo), mas a opção por uma reestruturação produtiva da cidade baseada no automóvel e em um novo modelo de segregação. Remete ao poder de escolha da própria elite econômico-cultural que, ancorada na tecnocracia e nas políticas do próprio Estado, juntos redefiniram o caminho dos investimentos na cidade. Nas palavras de David Harvey (1978):

O desenvolvimento capitalista, portanto, tem que negociar em caminho estreito entre a preservação dos valores de troca dos investimentos de capital do passado, no meio ambiente construído, e a destruição do valor desses investimentos, a fim de abrir um novo espaço para a acumulação. No capitalismo, portanto, há uma luta perpétua em que o capital constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, em um determinado momento do tempo, simplesmente para ter que destruí-la, geralmente durante situações de crise, num momento posterior do tempo. O fluxo e refluxo temporal e geográfico do investimento no meio ambiente construído só poder ser entendido em termos de processo⁶⁶.

Nesse espaço-tempo na metrópole, o urbanismo passa para o primeiro plano produzindo e manipulando um “espaço instrumental”, onde a posição dos tecnocratas orienta o sentido das cidades, mas não o faz sem coadunar com os

⁶⁶ Harvey, D. (1978), “The Urban Process under Capitalism”, *Internacional Journal of Urban and Regional Research*, 2, 101-31. [tradução Edward W. Soja]

interesses do Estado e do Mercado.

O espaço instrumental (é assim que os especialistas o denominam) é produzido e manipulado como tal pelos tecnocratas no âmbito global, do Estado, das estratégias. Ele tem o nome burocrático de 'ordenamento do território'. O que é apenas uma abstração" De um lado, ele remete ao histórico, e se estabelece sobre as ruínas desse, assim, como remete ao antropológico, e mesmo à pré-história. Mas, de outra parte, somente os interesses ditos 'privados', os dos promotores imobiliários e bancos, lhes conferem uma existência prática: apropriam-se dele; eles, tão somente eles, servem-se do instrumento que o Estado lhes fornece; eles dispõem dos meios, senhores do terreno (apesar de alguns obstáculos institucionais). Isso é mal apresentado pelos teóricos do 'espaço instrumental', que assim se esquivam de uma série de questões concernentes à produção do espaço e suas contradições internas-externas. De fato, os próprios 'promotores' remetem a algo mais: as técnicas, as forças produtivas, das quais dispõem e são os senhores ocasionais. [...] A Luta contra a obsolescência demasiada dos produtos, contra a rotação lenta do capital, contra os riscos do crédito imobiliário etc., conduz à práticas e técnicas já mencionadas. É preciso sublinhar que essas práticas vão muito longe, por exemplo, até as construções e destruições inúteis. [...] A mobilização do espaço torna-se frenética e leva à autodestruição de espaços produzidos. O investimento desenfreado do capital não pode arrefecer sem procurar terrenos, territórios, zonas novas. Ou compensações. (LEFEBVRE, 2008: p.119).

Sob o primado da técnica e dentro de uma ideologia de classe, os tecnocratas da administração pública concebem o espaço público reduzindo os limites dos usos e favorecendo a especulação imobiliária na cidade. Esquecem ou desconhecem ou propositadamente ignoram os processos sociais quando tratam a cidade como puro "valor de troca". Concebem um urbanismo que ora atende a circulação, ora atende a mera fabricação do visível - sempre orientado para o consumo produtivo da cidade.

Conforme avançava o processo de urbanização da cidade, novos órgãos de planejamento eram criados pela administração pública que formulava uma burocratização tecnocrática para organizar e gerir o espaço urbano. O primeiro órgão criado foi o CGP (Coordenadoria Geral de Planejamento) que passou a categoria de secretaria tornando-se a SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento) e no final dos anos 60 e início dos anos 70 é criada a EMURB (Empresa Municipal de Urbanização) responsável pela formulação de todos os projetos de intervenção urbana da cidade e também da gestão de alguns espaços públicos, como o da Praça Roosevelt, por exemplo.

O projeto da Praça Roosevelt foi resultado de uma concepção modernista de urbanismo, baseado na racionalização e na funcionalidade do espaço, não tendo “nada similar em nenhuma parte do mundo” (segundo Roberto Coelho Cardozo, paisagista responsável pelo projeto de 1968)⁶⁷. Em voga no planejamento urbano internacional o urbanismo funcionalista de Le Corbusier teve enorme influência no Brasil. Este urbanismo foi adotado no planejamento urbano para adequar o automóvel ao consumo produtivo das cidades. A passagem da escala de cidade para metrópole e a ideia de constante progresso motivada principalmente pela indústria automotiva tornou esses órgãos de planejamento tecnocráticos cada vez mais presentes na administração pública das cidades. Os tecnocratas adquirem importância nas pastas e secretarias da administração pública, principalmente durante o período desenvolvimentista e no “milagre brasileiro” (arquitetos, engenheiros, paisagistas e todo um corpo de técnicos e de especialidades no trato com a coisa pública).

A Praça Roosevelt foi projetada para promover a múltipla ocupação do espaço remanescente sobre a estrutura viária da ligação leste-oeste, comportando um extenso programa de funções e usos. O espaço público tinha que ser adequado ao sistema viário da cidade que cada vez mais negligenciava a escala do corpo. Neste sentido, ela é emblemática, pois metonimiza a reestruturação produtiva da cidade que se metropolizou. Algumas praças públicas foram retalhadas por avenidas ou vias expressas, como o Largo do Arouche, que ficou dividido em duas partes. Outros espaços públicos viraram “ilhas” no meio do tráfego intenso, como a Praça Panamericana. Ou seja, a escala do corpo se defende mal frente ao urbanismo de adequação da cidade a circulação dos automóveis. Por outro lado, o urbanismo dos estetas transforma as praças públicas em meros “cartões-postais” limitando a apropriação ao campo dos olhos. Ou seja, ignora-se a escala do corpo, o “fator humano”, no urbanismo que tem o automóvel como “objeto-rei”.

A própria Praça Roosevelt - aparece no clássico do Cinema Novo, São Paulo S/A, de Person - como um gigantesco estacionamento aos fundos da Igreja da Consolação. O personagem Mário (Valmor Chagas) é a representação desse homem despersonalizado pela ofensiva produtivista que invade a vida cotidiana provocando toda espécie de psicose e traumatismo dos tempos modernos.

⁶⁷ ⁶⁷ Jornal “O Estado de São Paulo, 15.05.95.

Trata-se do que Walter Benjamin chama de “experiência do choque” (a oposição entre o tempo perdido do homem e o tempo acelerado da reprodutibilidade técnica na organização de cada dimensão da vida humana moderna).

“O filme trata do momento do rompimento com a vida burguesa, limitada ao trabalho e à acumulação de bens. Seria também um rompimento com a cidade, porém, ao afastar-se dela, Carlos se dá conta da inutilidade/impossibilidade desse ato e resolve voltar para ‘recomeçar’”⁶⁸. Na cena final, o personagem Carlos atravessa um gigantesco estacionamento, rouba um carro e parte em fuga deixando a cidade para trás – a cena foi filmada na Praça Roosevelt de 1965.

O filme de Person representa exatamente esse período do desenvolvimentismo que gerou o PUB-68, culminando com a construção de numerosas obras viárias que configuraram a trama da metrópole. Retomando Henri Lefebvre para resgatarmos a discussão sobre o urbanismo e a posição contra os tecnocratas, temos que:

Esse urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica) não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes. Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade (LEFEBVRE, 2004: p.24).

Retomaremos a discussão sobre a requalificação da Praça Roosevelt examinando os discursos e as ações dos tecnocratas em três fases distintas: a fala e as ações dos tecnocratas que estiveram envolvidos na construção da Praça Roosevelt 68-70; a fala e as ações dos tecnocratas na década de 90 sob a gestão de Lefèvre na EMURB; e a fala e as ações dos tecnocratas da EMURB e da Coordenação das Subprefeituras sob o comando de Andréa Matarazzo durante a gestão Serra/Kassab.

A Praça Roosevelt como a conhecemos hoje foi projetada construída e inaugurada entre 1968-1970. Produto do chamado “milagre brasileiro” e também do “regime militar” da década de 1970. De concepção modernista (onde predomina a racionalização e a funcionalidade do espaço), o projeto arquitetônico foi concebido

⁶⁸ Resenha do filme São Paulo S/A capturada no site (<http://filmescopio.50webs.com/filmes/spsa.htm>)

com o desafio de ocupar o espaço remanescente do sistema viário leste-oeste e contemplar um programa extenso de funções para atender as demandas correspondentes à área central da cidade. Sobre a posição dos tecnocratas da época, vejamos seus discursos e para onde apontam as suas ações:

Dentro de alguns anos quem visitar São Paulo, depois de um período de ausência, não mais reconhecerá a cidade. Como sucedeu no Rio de Janeiro, depois do desmonte do Morro do Castelo, a paisagem aqui será totalmente diferente e para que isso aconteça, o plano de urbanização da Praça Roosevelt muito contribuirá; representa um impulso de progresso como pouco tivemos iguais (Prefeito Faria Lima)⁶⁹.

A Roosevelt não tem comparações no mundo, é diferente das novas praças de Montreal como é superior ao LincolnCenter de Nova York (Roberto Coelho Cardozo, paisagista).⁷⁰

A Roosevelt era mais que uma praça era um sistema viário, edifício e viaduto (Marcos de Souza Dias, arquiteto)⁷¹.

Esta configuração arquitetônica evidencia a idéia central de surgimento de manifestações públicas (Marcos de Souza Dias – arquiteto)⁷².

Os discursos tanto dos burocratas quanto dos tecnocratas do período do “milagre brasileiro” exaltavam o progresso técnico e o desenvolvimento econômico baseado na modernização industrial. Por parte do Estado era exaltada a magnitude da obra que representava na sua monumentalidade o poderio dos militares e a modernização do país. O urbanismo que pregava a racionalização e a funcionalidade do espaço urbano estava apostado para promover a reestruturação produtiva da cidade que se abria por vias expressas que transformava a economia e a vida na cidade em escala metropolitana. A Praça Roosevelt foi concebida com vultosos investimentos e emprego de recursos técnicos sofisticados permitindo a construção de uma praça suspensa sobre as vias expressas com rigor de cálculo e

⁶⁹ Souza Dias, Marcos. Praça Roosevelt, in Revista Acrópole, n. 380, DEZ 1969.

⁷⁰ Jornal “O Estado de São Paulo, 15.05.95.

⁷¹ Souza Dias, Marcos. Praça Roosevelt, in Revista Acrópole, n. 380, DEZ 1969.

⁷² Souza Dias, marcos de. Espaços Urbanos de Uso Múltiplo. 1972 (tese de doutorado – FAU-USP).

recursos construtivos capazes de ajustarem o projeto da praça ao sistema de pistas existentes e projetadas e a topografia da região. O projeto original era muito mais arrojado e englobava o quarteirão lateral (onde fica o Instituto Clemente Ferreira) propondo a instalação de um complexo cultural. Porém, a Praça Roosevelt foi inaugurada sem obedecer completamente o projeto arquitetônico aprovado, tendo a disposição dos equipamentos previstos bastante alterada, fato que incidiu sobre a dificuldade de assimilação pelos usuários e tornou a gestão problemática, segundo os autores do projeto. O conceito de múltiplo uso do espaço-praça-edifício é tese de doutorado do arquiteto Marcos de Souza Dias, para ele o espaço teria grande mobilidade de usuários devido a multiplicidade de funções. Os autores do projeto criticaram a inauguração apressada que foi realizada sem obedecer com rigor o projeto e com alterações que contradizia com o conceito.

Foi inaugurada ainda inacabada e com seus usos e funções bastante modificados de um modo aleatório e palpiteiro (Marcos de Souza Dias, arquiteto responsável pelo projeto da praça-edifício de 1969)⁷³.

A praça ficou velha no dia seguinte a sua inauguração [...] Praça é um lugar aberto, aquela tem uma construção dentro e não atende à comunidade como espaço público. [...] A idéia é deixar o espaço aberto, bem iluminado para que as pessoas tenham visibilidade e circulem livremente [...] A praça poderá ser vista de todos os lados, o que vai garantir a segurança (José Eduardo de Assis Lefèvre – arquiteto da EMURB que apresentou um novo projeto para a praça em 1996)⁷⁴.

A fala do arquiteto Marcos de Souza Dias é bastante enfática se levarmos em consideração que o país era governado pelos militares. Ele critica o fato da inauguração ter sido precipitada, ou poderíamos dizer, política. E ao mesmo tempo fala que a concepção da praça favorece manifestações públicas. Não temos mais informações para desmontar o discurso e afirmar a posição política do arquiteto, ficando evidente apenas a contradição no trato entre a tecnocracia e a burocracia com relação à inauguração da praça realizada pelo Prefeito Paulo Maluf e com a presença do Presidente Médici em 1970.

Para comentarmos o discurso do Chefe de Departamento da EMURB da época (1996), o arquiteto José Eduardo de Assis Lefèvre, temos que

⁷³ Depoimento, Jornal Folha de São Paulo, 27/01/78.

⁷⁴ Diário Popular, 16/04/97.

relacionar o discurso do tecnocrata ao contexto que possibilitou no começo dos anos 1990 reurbanização do Vale do Anhangabaú e o seu desdobramento em outras intervenções urbanas voltadas para promover a revalorização da área central, inclusive com a própria criação do PROCENTRO (Programa de Reabilitação da Área Central). Com o término da gestão da prefeita Luiza Erundina do PT, a Associação Viva o Centro amplia sua influência sobre a prefeitura municipal e a estende sua influência sobre a área central através das Ações Locais (zeladorias sobre os diversos logradouros públicos formada principalmente pelos comerciantes de cada local).

Quando ao discurso do tecnocrata de relacionar o conteúdo da criminalidade com o desenho do projeto é uma posição muito determinista. Os problemas surgidos na praça não são da praça, mas da gestão pública na sua totalidade aliado a própria desigualdade estrutural de capitalismo periférico e dependente em fase de política neoliberal que fez avançar a proletarização da população urbana acumulando o número de sem-tetos, camelôs, etc.

A proposta de reurbanização a partir da demolição do espaço-praça-edifício é antiga, remonta os anos 1980, sendo que em 1996 José Eduardo de Assis Lefèvre – Chefe de Departamento da EMURB (Empresa Municipal de Urbanização) – encaminhou um projeto executivo para a apreciação do PROCENTRO (Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade). Já constava no projeto a idéia de transformar o espaço-praça-edifício através da demolição em um espaço plano, num boulevard, mas mantendo os estacionamentos subterrâneos (afinal o automóvel continua mesmo no trânsito imobilizado sendo o objeto-rei, estava na antiga concepção da praça e continua estando na nova como uma prioridade de função).

Dentro dos órgãos públicos criação do PROCENTRO (Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade) foi determinante para a formulação das políticas urbanas por parte do poder público municipal como um sustentáculo para os empresários da A.V.C. no sentido da revalorização urbana da área central de São Paulo. E como resposta, os movimentos populares (que não se viam representados por essa associação e nem atendido pelo poder público municipal), fundaram o Fórum Centro Vivo para contestar o processo de revitalização urbana voltado para a revalorização imobiliária, propondo formas de inclusão social (essa entidade congrega vários movimentos populares de forma mais coordenada - dos sem-tetos

aos camelôs até o C.I.M⁷⁵. – Centro de Informação da Mulher – etc.).

Temos então a formação de organizações civis atuando como um campo de forças políticas na conformação do sentido da urbanização da cidade. De um lado, a população proletarizada e os movimentos sociais populares em torno do Fórum Centro Vivo, contestando a urbanização como negócio. Sendo que na Praça Roosevelt estão representados pelo Comitê Gestor Praça Roosevelt e pelo C.I.M.. Do outro lado, a Associação Viva o Centro representando os interesses econômicos e aliados ao poder público como mesmo campo de capitalização, inclusive com o aparato policial para garantir o patrimônio público e o patrimônio privado. Sendo que no local estão representados pela Ação Local Roosevelt formada principalmente por comerciantes e síndicos dos prédios. Trata-se de um embate permanente entre propriedade e apropriação, sempre em vias de expropriação, de uma urbanização fundada sobre a segregação socioespacial.

Devemos entender o processo de reurbanização da área central e as propostas apresentadas pela EMURB para a requalificação de praças, entre elas a Praça Roosevelt, no movimento que fundamenta como os departamentos de planejamento urbano ganharam centralidade na administração e gestão das cidades. Não é a intenção deste tópico recuperar esse movimento, mas podemos apontar que a urbanização induzida da industrialização carrega a crença na operacionalidade e no desenvolvimento técnico-científico ambos a serviço da reurbanização contínua e produtiva da cidade. Ou seja, o fundamento está na ideologia que constrói a noção de história como progresso sob o primado da técnica. Desse modo, o urbanismo passou a ser instrumento estratégico do Estado para a produção e gestão do espaço dentro do próprio movimento de industrialização induzindo a urbanização que continuamente vai sendo transformada pela técnica cujo sentido é o da acumulação capitalista.

É neste contexto que o movimento de industrialização induzindo a urbanização de São Paulo, vai requerer o urbanismo como instrumento estratégico sobre a organização e a produção do espaço, criando dentro da administração pública órgãos de planejamento urbano. Dos anos 50 para os anos 70, surgem o

⁷⁵ ONG feminista que funciona na Praça Roosevelt, com cessão do espaço público concedida na gestão de Luisa Erundina do PT que simpatizava com o movimento das mulheres e com os movimentos populares em geral – o C.I.M., no começo da gestão do Prefeito Serra, foi notificado para deixar o local com o argumento de que a praça seria demolida em breve.

COG (Coordenadoria Geral de Planejamento), SEMPLA (Secretária Municipal de Planejamento) e então a EMURB (Empresa Municipal de Urbanização). A posição dos tecnocratas se firma na cidade sob a crença das soluções técnicas e operacionais para os problemas urbanos, mas a técnica à serviço do Estado e do Mercado (que não contemplam virtualidades sociopolíticas), ou seja, o primado da técnica concebe a urbanização apenas como negócio.

Toda uma burocratização tecnocrática do espaço é dirigida pelo poder público no sentido de organizar as relações sociais e promover o consumo produtivo da cidade. O planejamento estratégico é o novo instrumento para atender a lógica produtivista da “cidade-empresa”, sendo o instrumento que vai definir do ponto de vista jurídico a ocupação do espaço e as suas formas de capitalização. Os grupos econômicos e as entidades de utilidade pública por eles patrocinados se relacionam com a cidade como valor de troca tentando extrair o máximo de capitalização do espaço urbano através de instrumentos que garantam a propriedade privada dos meios de produção e a acumulação capitalista. Para os habitantes, a cidade aparece como valor de uso em conflito com o espaço urbano cada vez mais privatizado e tangido pelo valor de troca que em constante mobilidade lhes expropria do direito ao urbano.

Torna-se cada vez maior a influência dos grandes especuladores financeiros e imobiliários sobre a produção do espaço através das suas articulações com o Estado. O sistema financeiro, os promotores imobiliários e a construção civil de maneira informal patrocinam as campanhas municipais e estabelecem com os vereadores relações de clientelismo. A função social da cidade fica comprometida e a população cada vez mais proletarizada encontra limites para a reprodução da própria vida – o direito à cidade lhes é negado e a urbanização caminha para um estado crítico.

Não se trata de uma discussão sobre a demolição ou não da Praça Roosevelt, mas do que ela envolve. Trata-se de uma discussão que já desenvolvemos, sem esgotar, sobre a produção do espaço capitalista, sobre a reafirmação do Estado e o poder do mercado na conformação de urbanização que nega o social no público e reafirma o privado revelando novas transformações nos espaços públicos – numa tendência que não é só local, mas também mundial.

Nesta década a Prefeitura Municipal na gestão da Prefeita Marta

Suplicy fecha um acordo de financiamento com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o PROCENTRO avança com a reurbanização da Praça Patriarca⁷⁶. Com relação a Praça Roosevelt, houve consultas populares através de pesquisas e audiência pública. Contudo, na gestão Serra-Kassab a comunicação se fecha apenas para o pequeno círculo da Ação Local Roosevelt - que segundo Carmem Zilda Ribeiro: “não é representativa, são uns vinte comerciantes numa comunidade com mais de três mil habitantes”⁷⁷, diz ela.

Pela falta de representatividade da Ação Local Roosevelt, cuja presidência na pessoa do advogado Enrique Marti apóia as ações da EMURB e do coordenador das ações para o Centro, Andréa Matarazzo (na posição dos “demolidores”) – Carmem Zilda Ribeiro e outros moradores do local, constituíram em 26 de Março de 2006, o Comitê Gestor da Praça Roosevelt⁷⁸, cujo objetivo é acompanhar os trabalhos da EMURB, promover consultas populares, realizar abaixo-assinados e pedir transparência no processo de reurbanização da praça (na posição dos “históricos”).

Defendemos que qualquer Comitê Gestor de uma praça não pode ser criado apenas como “enfeite” para um bolo já pronto, nem deve ficar só nas mãos de moradores, empresários, comerciantes e síndicos do entorno e das Ações Locais que pertencem à Associação Viva o Centro. Muito menos em uma praça com as características da Praça Roosevelt (não é uma praça de passagem e faz parte de um complexo viário) e na qual a Prefeitura do Município de São Paulo vai gastar (em lugar de “investir”, porque é dinheiro gasto em demolição desnecessária, diante das outras obras necessárias e prioritárias para a cidade) em sua demolição muito mais de R\$.15milhões. Usamos como lema de nossa luta: “A Praça

⁷⁶ Ver crítica. T.G.I.: “Praça Patriarca: descaminhos de uma revalorização urbana”. Nedir F. de Almeida, USP-2003.

⁷⁷ Carmem Zilda Ribeiro e alguns outros entrevistados mantiveram um contato mais permanente durante o desenvolvimento da nossa pesquisa, passeios pela praça e seu entorno, conversas ao telefone... Ela nos forneceu várias Atas das reuniões do Comitê Gestor da Praça Roosevelt que expõem toda a problemática.

⁷⁸ O Comitê Gestor da Praça Roosevelt foi constituído em 21 de março de 2006, durante reunião pública convocada pela Ação Local Roosevelt e realizada na Praça Roosevelt, sob o Pentágono, conforme ATA assinada pelo então Diretor Presidente da Ação Local Roosevelt, João Paulo Ricardo; pela Diretora de Obras e Serviços Públicos da Ação Local Roosevelt, Nair Fiorot; e pela Secretária da Ação Local Roosevelt, Bartira Cataldi Rocha.

Durante a reunião pública, onde compareceram apenas cerca de 20 pessoas, ficou decidido que o Comitê Gestor da Praça Roosevelt “nasce para agregar pessoas e instituições para acompanhar todo processo de revitalização do Complexo Arquitetônico da Praça Roosevelt” e “tem como pressupostos básicos:

- Ser suprapartidário;
- Respeitar a vontade da comunidade;
- Integrar a esse Comitê entidades representativas da comunidade como: a Ação Local Roosevelt; a Viva o Centro; Instituto Polis, IAB, Escola da Cidade, especialistas em planejamento urbano, Sindicato dos Engenheiros, entidades sociais e culturais e moradores do entorno que estejam interessados em participar e colaborar.”

é do Povo como o Céu é do Condor” porque entendemos que as praças pertencem a toda a população pois ela é potencialmente a grande usuária de todas as praças públicas. Além disso, diante da falta de discussão com a população sobre não só as reformas das Praças do Centro, mas de todo o atual processo de revitalização/recuperação/requalificação do centro, pretendemos que essa nossa luta tenha um caráter simbólico de defesa da participação popular na gestão do gasto público e do patrimônio público que nossas praças representam⁷⁹.

Recuperamos também a história da Praça e conseguimos documentos que mostram que a população vem se posicionando, em vários momentos e de diversas formas, a favor da recuperação, reforma, limpeza e manutenção da praça, mas contra a demolição. Durante governos anteriores isso aconteceu através de pesquisa e audiência pública. E agora está sendo através de abaixo assinado.

A primeira ação do Comitê Gestor da Praça Roosevelt foi estimular que a população se manifestasse sobre o que queremos para a Praça. Como Catherina Patriarca La Regina, moradora da praça e que também é uma dos 158 conselheiros da Ação Local Roosevelt, já estava coletando assinaturas em um ABAIXO ASSINADO CONTRA A DEMOLIÇÃO, tomamos esse abaixo assinado (que já atingia 221 assinaturas) como referência, e foi construído, coletivamente, um outro, que foi assumido pelo Comitê⁸⁰.

O Comitê Gestor da Praça Roosevelt⁸¹ realizou uma consulta popular através de assinatura em dois abaixo-assinados, sendo um à favor e outro contra a demolição (esse é o balanço das assinaturas coletadas até 20 de Julho de 2006):

Contra a Demolição	1.580 assinaturas
Contra a Demolição <u>com</u> as <u>450</u> do CIM	2.030 assinaturas
A Favor da Demolição	160 assinaturas

Contatado por telefone (fev.2009), o Sr. Enrique Rodolfo Marti (Presidente da Ação Local Roosevelt) se prontificou a responder via e-mail algumas questões no tocante a posição da Ação Local com relação a reurbanização da Praça Roosevelt. Apresentaremos os pontos mais relevantes das questões respondidas pelo Sr. Marti.

Questão - Há divergências e conflitos sobre como deva ocorrer a reforma da praça e como está sendo realizada? Existe um abaixo-assinado que coletou 3000

⁷⁹ Ata de Reunião do Comitê Gestor da Praça Roosevelt, Maio de 2006.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Documento cedido por Carmem Zilda Ribeiro.

assinaturas favoráveis à reforma e contra a demolição da praça-edifício e o posicionamento de alguns comerciantes favoráveis à demolição da praça. Qual o seu posicionamento enquanto representante da comunidade na Ação Local Roosevelt?

Sempre haverá divergências, e de fato existe um abaixo assinado que uma moradora da Praça Roosevelt fez. Esse abaixo assinado não foi feito de uma forma que as pessoas tivessem informação técnica suficiente para poder ter legitimidade.

A Ação Local firmou posição pela derrubada de todo o concreto possível e apóia a reforma profunda da praça e não uma maquiagem paliativa ou uma pseudo-restauração onde se gaste uma enorme quantia de dinheiro público e que daqui a poucos anos volte ao mesmo patamar de decadência. Em geral, o que temos escutado da população é que seja efetuada a derrubada total dessa construção que tanto desassossego tem trazido ao entorno. Desassossego em termos de segurança e de higiene, que sempre tem sido os pontos fracos do poder público.

Questão - Qual a efetiva participação da Ação Local Roosevelt no projeto realizado pela Emurb da “nova praça”? A Emurb abre canal de comunicação com a comunidade e com a Ação Local Roosevelt para discussão do projeto ou apenas informa as suas resoluções já definidas e prontas para serem implementadas? Quais foram as últimas informações fornecidas pela EMURB com relação à aprovação do orçamento, processo de licitação e cronograma para início das obras?

A Ação Local tem como escopo ser um canal de comunicação entre a comunidade e o Poder Público, e levar a ele, as preocupações e anseios da população. O fato de ter um projeto de reforma que contemple a derrubada total do concreto é parte da intervenção da Ação Local desde a sua criação.

A reforma da praça realmente é uma das intervenções mais complexas do centro de São Paulo, tem 5 (cinco) níveis. A EMURB tem nos informado que todos os estudos para o projeto de derrubada estão conclusos e já em face de licitação, e mais, que para junho ou julho de 2009, as obras serão iniciadas. Todos esperamos que assim seja.

O que informei acima, se tudo correr como o esperado, início de obras para mediados do ano de 2009, com duração aproximada de 18 a 24 meses. Não temos reclamações em relação à comunicação, as vezes acontece que temos que insistir em alguns pontos, e o fazemos sem nenhuma preocupação.

Questão - Qual a sua avaliação sobre a atuação do prefeito Kassab e da Subprefeitura (na figura do Andréa Matarazzo) com relação ao andamento do processo de requalificação da Praça Roosevelt?

A Ação Local e a comunidade acham que foi perdido muito tempo, que poderia ter sido realizado esse projeto a muito, entendemos a complexidade dessa reforma, mas achamos que houve desacertos que causaram esta demora. Em relação ao secretário Andréa Matarazzo, ele, sempre nos atendeu com a máxima boa vontade, e tem consciência dos transtornos que esta demora causa a todos.

Questão - Formou-se o Comitê Gestor da Praça Roosevelt para realizar uma consulta popular sobre a reforma da praça e a necessidade ou não de demolição do pentágono com um abaixo-assinado de 3 mil pessoas da comunidade contrárias a demolição e apenas 300 favoráveis. Carmem Zilda Ribeiro do Comitê Gestor da Praça Roosevelt e Marta Baião do C.I.M. (Centro de Informação da Mulher) afirmaram que a Ação Local Roosevelt não expressa os anseios da comunidade e por isso organizaram o abaixo-assinado – quais são os anseios da comunidade?

A Ação Local não reconhece como legítimo esse abaixo assinado, e o que temos como anseio da comunidade é a reforma total, o que inclui a derrubada do “pentágono”, pois as pessoas tem consciência que se assim não for, daqui a 5 (cinco) anos, as condições da praça serão as mesmas de hoje.

O espaço ocupado pelo CIM hoje não tem a menor condição de se manter, pela situação precária da construção, assim também a PM a Guarda Municipal e a Ação Local, O espaço está cheio de goteiras, úmido e sem a menor condição de habitabilidade. A Prefeitura deveria locá-los em outro lugar até a reforma.

Em diversas oportunidades a Emurb por médio de seu gerente de projetos (Rubens Reis) se fez presente em reuniões da Ação Local, para explicar particularidades do projeto de reforma e ouvir em contrapartida os anseios dos moradores. O que não quer dizer que todos se sintam contemplados.

De: "Antônio Fernandes"

Para:comunicacao@mp.sp.gov.br

Eu, Antônio Fernandes dos Santos, RG nº xxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxx, residente na praça Franklin Delano Roosevelt, nº 168, apto 152 - Consolação - São Paulo - SP, solicito providências do Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Prefeitura do Município de São Paulo - Subprefeitura da Sé e Emurb, no tocante à reforma da Praça Roosevelt, que está sendo iniciada possivelmente com um projeto não aprovado pela comunidade que é a "demolição do pentágono", área construída de aproximadamente 5400 m2, situada na praça com teatro grego à céu aberto, destinado a manifestações culturais, construída nos anos 70. A população se manifestou com abaixo assinado com mais de 3.000 assinaturas à favor da reforma mas contrário à demolição do pentágono.

Atenciosamente,

Antônio Fernandes dos Santos

A “microfísica do poder” na Praça Roosevelt é estabelecida a partir da Ação Local, composta por comerciantes, síndicos, advogados, arquitetos, imobiliárias, bares, teatros. Todavia, segundo o professor de matemática Antônio Fernandes Santos, do Colégio Caetano de Campos, só na rua dos teatros são dez espigões com cerca de cinco mil moradores, no colégio cerca de três mil alunos, afirma que 67 votantes não representam a opinião da comunidade, comenta que não existe representatividade real por parte da Ação Local Roosevelt e que o abaixo-assinado contra a demolição da praça é legítimo.

Ele comenta também que há alguns anos, a professora de geografia Elisabete, também do Caetano de Campos, fez um projeto com os alunos do Ensino Fundamental chamado “Educar na Praça”, comenta que mudou a relação dos alunos com o local, passaram a freqüentar mais, ter uma opção de lazer, pois antes tinham preconceito e receio de freqüentar um espaço público, pois achavam que era local para marginais. Comenta ainda que depois que desativaram o supermercado e a Emei Patrícia Galvão, o local ficou inseguro, foi bastante depredado, a prefeitura fez um cercamento ao redor da praça “gueto de varsóvia” pela falta de competência de promover a manutenção, limpeza e fiscalização do local. As vésperas da eleição demoliram as alvenarias do supermercado e da escola e retiraram o entulho, depois abandonaram o local novamente. Porém, com o interior da praça toda desobstruída dos equipamentos que fizeram no seu interior, fica explícito que o projeto da praça é muito bonito, uma certa manutenção já resolveria, quanta atividade cultural não poderia ocorrer ali, lembra as marquises do Ibirapuera, lógica que precisa de manutenção e limpeza, mas demolir aquilo ali é um absurdo.

Os professores Antônio e Elisabete do Colégio Caetano de Campos, juntamente com o zelador Augusto, e quase a maioria dos alunos de lá, fazem parte do grupo que defende a reforma sem a demolição da praça - “os históricos”. Ele comenta que os comerciantes pensam que com a demolição do Pentágono os imóveis deles vão valorizar e o comércio ser beneficiado com atração de mais clientes, na verdade eles se incomodam muito com a presença dos moradores de rua, afinal, não são clientes e segundo eles ficam pedindo esmolas.

Alguns tecnocratas discursam à favor da demolição da estrutura do espaço-praça-edifício: os argumentos quase sempre recaem sobre o projeto arquitetônico da Praça Roosevelt que segundo eles é um convite a marginalidade.

Contudo, o projeto original nunca teve chance de ser visualizado e absorvido pela população, pois já foi inaugurado bastante modificado, segundo o autor Marcos de Souza Dias. Em sua tese de Doutorado “Espaços Urbanos de Uso Múltiplo” defendida na USP, onde foi professor, o Sr. Dias demonstra a crença nas amplas possibilidades de uso dos espaços urbanos de uso múltiplo. Observando o projeto original da praça, sem o supermercado que dividia a praça em duas partes desconexas e sem ligação, o pavimento térreo promove a visibilidade e a acessibilidade para qualquer uma das quatro extremidades da praça. E o Sr. Dias ainda afirma: “Ela evidencia a idéia central de surgimento de manifestações públicas”. É bem verdade, embora pouco divulgado, a quantidade de eventos que já ocorreram na praça (desde encenações teatrais com grandes aglomerações no teatro grego do “Pentágono”, passando pela marcha das mulheres no C.I.M. até a projeção de filmes debaixo da marquise, como foi a exibição do Documentário Palco Roosevelt; fora a quantidade de eventos relacionados ao parkour, skate, mountain bike já tradicionais no local, reunindo muitas pessoas).

Na seqüência apresentaremos alguns depoimentos coletados na imprensa que demonstra a posição dos tecnocratas nas décadas de 1990 e 2000:

Após sua inauguração, a Roosevelt começou a sentir uma série de problemas ligados principalmente à dificuldades de gestão, controle, manutenção e uso por parte dos usuários, tornando-se um problema para a população local e para a cidade (José Eduardo de Assis Lefèvre – Chefe do Departamento de Operações Urbanas da EMURB em 1996)⁸².

Todo aquele concreto parece mais um abrigo de guerra do que uma praça [...] É melhor demolir tudo, deixar no nível da rua e urbanizar como uma verdadeira praça [...] Com o concreto acima da rua, há muitos lugares para marginais e traficantes se esconderem (Paulo Bastos – arquiteto)⁸³.

As pessoas precisam enxergar todos os lados até para garantir a segurança (Julio Neves – arquiteto)⁸⁴.

Esse foi o maior equívoco urbano já cometido em São Paulo. [...] E o pior é que o primeiro posto policial foi instalado ali apenas na

⁸² Diário Popular, 16.04.97.

⁸³ Diário Popular, 24.02.97.

⁸⁴ Diário Popular, 24.02.97.

⁸⁴ Diário Popular, 24.02.97.

década de 80. (Rubens Capuano – arquiteto)⁸⁵

O problema da praça é ela mesma. Foi um erro urbanístico. (Rubens Reis – atual Gerente de Intervenções Urbanas da EMURB)⁸⁶.

Há muitas reentrâncias e becos no local, que são um convite ao tráfico de drogas e à marginalidade [...] Vamos acabar com a fama ruim da Praça Roosevelt. (Andréa Matarazzo - secretário de Coordenação das Subprefeituras)

Em meados de 1990 a EMURB ainda tinha como alibi para justificar a demolição do equipamento urbano a alusão à incidência criminal que se abatia sobre o local (tráfico de drogas, prostituição, furtos, violência). Com a presença dos teatros, nesta década, a vida na Praça Roosevelt se transformou. Já não existe uma criminalidade que provoque a sensação de medo na população do local. Se não é a segurança pública, o que é que preocupa os tecnocratas?

Entrevistei o Comandante da PM da Área Centro, Coronel Álvaro Camilo⁸⁷, ele apontou que a segurança pública na área central melhorou muito nos últimos anos. Comenta que é efeito de um trabalho sistematizado entre a PM e a GCM, Estado e Prefeitura estão trabalhando em parceria, o que fez melhorar significativamente a segurança pública, o que segundo ele é bom, pois fortalece o turismo e os negócios no centro da cidade.

Quanto aos logradouros públicos, ruas e praças, apresentou dados desmembrados das ocorrências criminais pelo sistema informatizado da PM que se chama INFOCRIM. Pela incidência de ocorrências criminais (furtos, roubos, brigas) a área mais preocupante ainda continua sendo a Nova Luz. Das praças, temos a Praça da Sé com a maior incidência de roubos e furtos, seguida pela Praça da República. Dos logradouros da vizinhança da Praça Roosevelt temos uma certa incidência na Rua Augusta e um pouco menor da Rua Rego de Freitas. Na Praça Roosevelt no período do levantamento de dados não foi registrada nenhuma ocorrência criminal.

⁸⁵ Diário Popular, 24.02.97.

⁸⁶ Capturado do site: http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/030206_a_infonline.htm (03.02.2006).

⁸⁷ O Coronel Álvaro Camilo nos atendeu com muita prontidão na sede do Comando na Rua Vergueiro no começo de Fevereiro de 2009. A conversa durou cerca de uma hora e meia e foi gravada. Nos enviou e-mail com os dados do INFOCRIM colaborando muito com a nossa pesquisa.

Perguntei se havia por parte da PM alguma preocupação com relação à segurança pública na Praça Roosevelt, pois na sala do Coronel Camilo haviam mapas da criminalidade e na representação de intensidade pela cor era a Nova Luz realmente a área onde eles cobrem o que definem como “desordem urbana” que geralmente está ligado aos conflitos entre a população em situação de rua que se alcooliza e acaba excedendo, brigando, coisas do gênero. Quanto a Praça Roosevelt, comentou que no mapeamento da PM é uma área tranqüila. Todavia, possui uma visão bastante favorável a requalificação urbana na medida em que promove a mudança da frequência do lugar, o que ajuda a baixar os índices de criminalidade. Porém é a ocupação das ruas e calçadas no período noturno é que realmente garantem a inibição do crime, como na Praça Roosevelt, afirma o Coronel.

Exatamente na Praça Roosevelt no período consultado não há nenhuma ocorrência registrada, muito provavelmente porque pelo local estava situada a sede da 3ª Companhia do 7º Batalhão de Polícia Militar, o que inibe práticas criminosas. No entorno, existem registros policiais, mas na Praça (Roosevelt) não há nenhum registro em Distritos Policiais, de onde provém o “Infocrim”, nossa base de dados.” (Cap Fem PM Francislene de Camargo Souza - Chefe da Seção Operacional do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Centro)⁸⁸

Contudo, os tecnocratas da EMURB continuam usando a temática da insegurança como álibi para justificar o projeto de demolição da praça-edifício para dar lugar à construção de uma praça no formato de bulevar. Se a segurança pública já não é um problema na Praça Roosevelt, por quê os tecnocratas querem tanto demolir o espaço-praça-edifício?

Marcos de Souza Dias parece ser o mais coerente quando afirma que os problemas que afetaram a praça foram induzidos em grande parte pelo descaso da própria administração pública com relação ao lugar nos últimos quarenta anos. Trata-se de uma questão de gestão, controle e manutenção – e nesse sentido não importa qual o projeto da praça – pois no quesito segurança, a Sé é muito mais problemática, por exemplo. Com a retirada dos equipamentos que atravancavam a acessibilidade e obstruíam a visão, a praça se abre em um gigantesco plano como

⁸⁸ A Cap Fem PM Francislene de Camargo Souza foi a funcionária disponibilizada pelo Coronel Álvaro Camilo para fornecer os dados necessários a nossa pesquisa tendo colaborado com todos os esclarecimentos necessários. Este texto veio via e-mail, junto com os dados do Infocrim em (Fev.2009).

nas marquises do Parque Ibirapuera. A demolição pode representar um sério risco para a estrutura viária que faz a ligação leste-oeste como explicou o arquiteto, além de ser demorada e dispendiosa.

Em fevereiro de 2009 entrevistei o gerente de intervenções urbanas da EMURB, Rubens Reis, no Edifício Martinelli. O arquiteto disponibilizou o projeto de requalificação urbana da Praça Roosevelt e nos deu uma entrevista.

O Sr. Reis começa a conversa frisando que o problema da praça é ela própria cujo projeto favorece a deterioração e o abrigo da criminalidade. Comentei que o Coronel Álvaro Camilo nos informou que a Pça. Roosevelt é segura com relação a Pça. da Sé e a Pça da República que apresentam sim uma incidência maior de registros criminais e, então perguntei, ambas as praças foram requalificadas e continuam apresentando os mesmos problemas de “desordem urbana” de antes, a requalificação é mesmo a solução para os problemas da Praça Roosevelt e da cidade? O arquiteto reafirmou que o problema da praça é a concepção urbanística e que a criminalidade está em toda parte, inclusive na Roosevelt. Defendeu a demolição do “Pentágono” e terminou a entrevista dizendo que o projeto de uma praça plana e aberta a circulação vai transformar a Roosevelt em um belo bulevar e valorizar toda a região. Perguntei se a demolição não colocava em risco o eixo viário leste-oeste, comentei que tive informações do arquiteto Marcos de Souza Dias (que projetou a praça) de que era uma operação de risco. O Sr. Reis afirmou que a Figueiredo Ferraz é uma Engenharia do mais alto gabarito, que não haverá problemas.

O arquiteto que projetou a praça em 1967, Marcos de Souza Dias, afirmou que a demolição põe em risco o eixo viário e seria um desperdício de emprego do dinheiro público. O que a praça e toda a cidade precisa, segundo ele, é ser administrada, gerida, comentando que a praça foi abandonada há 40 anos:

A Praça Roosevelt é um edifício de 5 andares. Demolir o que? Tudo? Implosão total, 60 mil m³ de concreto em cima da pista da Ligação Leste Oeste? Só para tirar o entulho serão necessários 4anos.

Tá, então demolir só o pentágono, que tem mais de 5 mil m², com um único pilar fixo, o central (TODOS os outros são articulados em coxins). Se estourar UMA viga do teto o conjunto todo desaba em cima da laje do estacionamento, que pode ir caindo até chegar na Via Leste Oeste, que nem a implosão do WTC.

Demolir por que? Agora que finalmente saiu a excrescência malufiana do supermercado, o que precisa é ADMINISTRAR a

Praça, que está ABANDONADA há 40 anos pela prefeitura e seus feudos secretariais. Precisa de um SÍNDICO, de ZELADORES, de CONSELHO DELIBERATIVO e equipe de manutenção e limpeza. Nenhum edifício sobrevive sem isso.

Agora que os conservadores estão se aposentando ou descendo à cova, quem sabe as novas cabeças consigam ver as possibilidades do conjunto (Marcos de Souza Dias – arquiteto que projetou a Praça Roosevelt)⁸⁹.

No Brasil, há a cultura da reforma. Parece até que não fazemos a manutenção adequada nem investimos em projetos corretos para ter de reformar, na cultura política de inaugurar o espaço. (Sun Alex – urbanista)

O urbanista chinês Alex Sun foi quem melhor traduziu a cultura política ou tecnocrática brasileira, reformar, (re)inaugurar (não gerir). Se a técnica concebe um mundo homogêneo onde o modo de fazer é igual em toda parte, os tecnocratas também guardam algumas semelhanças uns com os outros. O tecnocrata americano Robert Moses, cujas máximas são:

Quando você atua em uma metrópole superedificada, tem de abrir caminho a golpes de cutelo. Eu vou simplesmente continuar construindo, Vocês façam o que puderem para impedi-lo⁹⁰ (Robert Moses)

Onde as máximas se encontram:

Será uma demolição com picareta, para não afetar a laje [...]⁹¹ (Andréa Matarazzo).

Onde as cidades se perdem:

O presente da repetição mecânica do mesmo gesto é um presente sem história, é momentâneo, carente de recordação. É o presente produtivista da economia de mercado que domina a Metrópole⁹².

Como as ruas novas, não lhes é permitido envelhecer, mas apenas deteriorar-se ao longo dos anos⁹³.

⁸⁹ Capturado no site:

http://74.125.47.132/search?q=cache:NoBE_L3Cn0oJ:www.centrovivo.org/node/760+O+problema+da+pra%C3%A7a+%C3%A9+ela+mesma.+Foi+um+erro+urban%C3%ADstico.&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&lr=lang_pt (Fórum Centro Vivo) 17.07.2008.

⁹⁰ (BERMAN: 2007: 339).

⁹¹ Andréa Matarazzo, Coordenador das Subprefeituras de São Paulo: questionado sobre como seria executada a demolição das lajes do Pentágono da Praça Roosevelt que fica sobre o sistema viário de ligação leste-oeste da cidade, respondeu que a demolição seria por golpes de cutelo, quero dizer picareta. O arquiteto responsável pelo projeto original da praça disse que toda estrutura está sustentada por um único pilar central onde todas as outras bases estão ligadas, que se uma viga se soltar o efeito do desabamento iria lembrar o do World Trade Center. Fonte: O Estado de S. Paulo, 8 junho de 2007.

⁹² Olgária Matos. MATOS, O. C. F. . A cidade e o tempo. Revista Espaço e Debates, São Paulo, v. 7, p. 7-15, 1983.

⁹³ (BLOCH: 1959: 15).

Embora tenhamos definido um esquema binário para apresentar o embate entre “os históricos” e os “demolidores” em torno da discussão sobre a reurbanização da Praça Roosevelt, não pretendemos ignorar as texturas que comportam variadas contradições e opiniões sobre a problemática vivenciada pelos moradores e usuários da praça. Trata-se de um espaço de representação repleto de nuances e que encerra variadas representações do espaço, divergências, sentimentos, interesses, vaidades, conflitos e contradições de toda ordem.

Embora determinados “sujeitos sociais” se apresentem como do campo ideológico progressista (no sentido de representar o pensamento da esquerda política), paradoxalmente convergem com a posição dos tecnocratas. Como exemplo, temos Dulce Muniz, atriz e proprietária do Espaço Studio 184, que se define ideologicamente anarquista e mantém uma posição favorável a demolição do “Pentágono” com o argumento de que é um produto do regime militar autoritário, “uma obra do Maluf”. “A praça Roosevelt não está recuperada [...] Ela só vai ser recuperada quando a gente conseguir demolir, aí sim ela vai virar uma praça”, diz Dulce Muniz⁹⁴. Mas será que o modo como o poder público tem encaminhado o processo de requalificação da Praça Roosevelt não revela “de certo modo” uma gestão também autoritária?

Convergingo numa posição contra o autoritarismo político (seja da cidade gerida por Maluf em 67-71 ou por Kassab em 2006 em diante), mas divergindo de Dulce Muniz com uma posição clara contra os tecnocratas - a jornalista e moradora da Praça Roosevelt, Carmem Zilda Ribeiro, presidente do Comitê Gestor Praça Roosevelt⁹⁵ - contra-argumenta:

A população QUER a recuperação da arquitetura original da praça quando ela foi inaugurada em 1970: um espaço contínuo e aberto, formado por rampas e não por escadarias (como no projeto da EMURB) e sem as barreiras artificiais que foram sendo impostas e construídas à revelia da vontade popular que quer uma praça aberta à população. Embora construída durante a ditadura, ela hoje faz parte desse momento da nossa história. Devemos incorporar e revelar os mitos, e não simplesmente achar que destruindo seus

⁹⁴ Documentário radiofônico “A vida na Praça Roosevelt” – gravado no Centro Universitário FIEO em Junho de 2007.

⁹⁵ Explicaremos o que vem a ser o Comitê Gestor Praça Roosevelt e a sua posição com relação à Ação Local Roosevelt na sequência dessa discussão sobre o paradoxo ideológico e sua convergência com relação à posição dos tecnocratas.

símbolos acabamos com a história que eles contêm [...] “Dizem”, a mídia e os “donos destas terras e sesmarias”, que “eles” estão “preparando” a praça para a demolição, mas não aceitamos. [...] Não aceitamos a demolição de um patrimônio público que já faz parte da nossa história! Exigimos que nossos representantes abram a caixa preta da EMURB e apresentem, para análise e discussão, em audiência pública: dois projetos – com demolição e sem demolição – para que a população possa decidir o que ela quer que seja feito com o dinheiro que é nosso e não “deles”. O “coro midiático” e os “lobbies” montados pelos “donos destas terras e sesmarias” gostariam de poder demolir o patrimônio público sem “ouvir a nossa voz”, “mas gritar nós bem gritamos”. Não demolirão, jamais, a nossa capacidade de luta!⁹⁶ (Carmem Zilda Ribeiro)

Porém, a função do poeta, do flâneur é negativa, trágica, sem esperança porque não há mais a exigência de síntese, de consolo: o poeta não conseguirá imprimir uma “alma” a essa multidão; Baudelaire traduziu tal situação em uma imagem deslumbrante quando fala que se trata de um duelo do qual o artista sai vencido, mas antes dá um grito⁹⁷.

A problemática urbana inscrita na Praça Roosevelt é atravessada por essas relações mais amplas entre o mercado e o poder público que definem desde o projeto de reurbanização de uma praça até o zoneamento da cidade inteira através do planejamento estratégico e na definição das partes da cidade que serão beneficiadas com os investimentos públicos e também privados. Ou seja, a velha história do planejamento urbano à serviço do mercado agravando as condições de vida de grande parte da sociedade civil no centro e na periferia da cidade.

Recentemente a imprensa noticiou o lobby dos promotores imobiliários sobre os vereadores da capital e a própria prefeitura municipal no sentido de aprovar a revisão do Plano Diretor. A pauta das principais alterações beneficiaria a especulação imobiliária por reduzir ou suprimir a função social em vigor no zoneamento da cidade. Um dos pontos mais polêmicos é a revisão da demarcação das “áreas de interesse social” e o potencial de limite construtivo. No que tange a área central pretendem praticamente negatar as áreas de interesse social e aumentar a capacidade de limite construtivo, que tende a agravar os problemas de habitação popular e o trânsito. A imprensa não para de noticiar que grande parte da bancada de vereadores da Câmara Municipal de São Paulo eleita

⁹⁶ Ata dos dois Encontros Abertos do Comitê Gestor da Praça Roosevelt com a População realizados sob o Pentágono no Sábado – 29/abr/06 a partir das 17h. e no Domingo - 30/abr/06 a partir das 12h. – onde Carmem Zilda Ribeiro coloca o argumento dos “históricos”, posição contra os tecnocratas, “os demolidores”.

⁹⁷ Olgária Matos. MATOS, O. C. F. . A cidade e o tempo. Revista Espaço e Debates, São Paulo, v. 7, p. 48. 1983.

em 2008 teve suas campanhas financiadas pelos promotores imobiliários que fizeram enormes doações, dando margem àquela velha relação de clientelismo na política brasileira. Os movimentos sociais e organizações civis têm contestado o processo de revisão do Plano Diretor alegando que ele só poderia ser revisto em 2012, sendo a ação inconstitucional, mas com ampla maioria na Câmara Municipal o prefeito Gilberto Kassab conseguiu aprovar a processo de revisão.

A pesquisa não encontrou possibilidades de se debruçar sobre documentos mais contundentes que comprovassem a relação de financiamento de campanhas de vereadores do espectro político DEM-PSDB por empreiteiras da construção civil; mas teve o encaminhamento de certa documentação que aponta doações de campanha da Empreiteira ERA para o vereador Valter Feldman-PSDB. Essa construtora executou a demolição da alvenaria da estrutura interna da Praça Roosevelt (onde funcionavam o supermercado e a escola). Carmem Zilda Ribeiro, presidente do Comitê Gestor da Praça Roosevelt, foi quem forneceu a documentação e fez os apontamentos: alega que não havia na placa de identificação da obra os dados necessários para formalização da mesma e questiona se realmente houve processo de licitação. O fato se deu às vésperas das eleições municipais de 2008. Existindo ou não irregularidades, o que fica claro é que falta transparência no trato com a “coisa pública” em São Paulo.

O projeto executivo foi assinado pelo escritório de engenharia Figueiredo Ferraz em Julho de 2007. Trata-se de uma empresa que já realizou obras de grande magnitude no Brasil como no exterior (estradas, aeroportos, shoppings, pontes, metrô). Todavia, os tramites burocráticos estão atravancados e inclusive a situação é mais complexa com relação ao desembolso do financiamento do BID para o Procentro, que inclui a requalificação da Praça Roosevelt. Segundo informações da imprensa a Prefeitura Municipal de São Paulo já está pagando multa pelo atraso no desembolso do financiamento:

O Procentro foi criado com a finalidade de promover desenvolvimento com diversidade na área central. O projeto foi concebido aproximadamente no ano 2000, mas foi assinado somente 2004 com orçamento de R\$ 167,4 milhões -- R\$ 67 milhões aplicados pela prefeitura. Até esse ano, R\$ 40,9 milhões já foram gastos -- R\$ 18,6 milhões desse montante são do financiamento do BID. No entanto, são poucas as obras já concluídas -- entre elas estão a reurbanização das praças da República e da Sé. Boa parte da verba foi empregada em planejamentos, estudos, consultorias e elaboração de projetos para futuras obras. O projeto da Nova Luz foi

elaborado com parte dessa verba. De acordo com o cronograma do projeto, ainda há pouco mais de R\$ 106,3 milhões a serem investidos e somente até o primeiro semestre do ano de 2010, data para o último desembolso do montante financiado pelo BID. (Folha de S. Paulo, 24/01/2009).

Em uma entrevista para o Instituto Polis, Sérgio Rezende da Rede Butantã, aponta os pontos polêmicos da revisão. Para o entrevistado, o planejamento urbano a serviço do mercado, é histórico na cidade, sendo o grande responsável pelo “caos cotidiano” enfrentado pela sociedade civil metropolitana. Leia a seguir parte da entrevista:

Instituto Pólis - O que está em jogo nesta proposta do Plano Diretor que está para ser votada na Câmara?

Sérgio Reze - A primeira questão é: estamos realmente vivendo uma democracia participativa no Brasil? O Executivo, e agora o Legislativo, que deveriam atuar como guardiões e garantidores da democracia, estão fazendo justamente o contrário quando agem de forma coordenada para que a revisão do Plano Diretor siga tramitando na Câmara. Este projeto carrega um grave vício de origem que desrespeita o Art. 2 e o 40 do Estatuto da Cidade, em alguns de seus itens, além das diretrizes do Ministério das Cidades, como foi argumentado de forma contundente em audiência na Câmara por representantes da Sociedade Civil, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Infelizmente, estas questões foram ignoradas pelos vereadores da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara que, agindo em bloco, optaram por aprovar a legalidade da revisão: um péssimo exemplo vindo da principal cidade do país.

IP - Quem serão os principais beneficiados com a revisão?

SR - Ao se fazer uma análise do conteúdo deste projeto de revisão, verificamos que pelo teor das mudanças propostas, o maior e talvez único beneficiado será o setor imobiliário. A retirada das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) da região central; a retirada da figura dos Planos de Bairro, que confere maior poder de participação e decisão das comunidades de como será construída e ocupada a região onde vivem; o aumento do potencial construtivo e adensamento em relação ao que é previsto hoje; a questão das macrozonas, mostram que interesses econômicos serão privilegiados com a revisão. Nossa cidade, que já está tão degradada, vai aguentar um estímulo maior ainda ao adensamento (redução dos índices de vazios do solo). Isso vai gerar ilhas de calor, efeito de sombreamento e obstrução da ventilação, aumento da poluição ambiental, sonora e visual, doenças correlatas, aumento no congestionamento de veículos, agressões ao lençóis freático e, conseqüentemente, comprometimento de nossas reservas hídricas, entre outros problemas.

IP - De acordo com matéria veiculada no jornal Valor Econômico de 10 de março, o Comitê Financeiro Único Municipal do Democratas (partido do prefeito Kassab) arrecadou no ano passado, mais de 11 milhões de reais de empresas de construção e engenharia. Seria esta uma mera coincidência?

SR - Este é um assunto muito sério que começa a ser debatido abertamente e ocupar espaço nos meios de comunicação. A forma como vem funcionando o sistema de arrecadação para as campanhas eleitorais no Brasil criou um círculo vicioso que compromete e desequilibra o sistema democrático. As decisões na esfera do Executivo e Legislativo e as discussões em eventuais audiências no Legislativo têm grande probabilidade de já começarem obviamente desequilibradas, com a balança pendendo para o lado economicamente mais forte.

IP - Especialistas dizem que se o Plano Diretor for alterado permitirá mudanças na Lei de Zoneamento. De que maneira essas mudanças podem afetar a vida em São Paulo a médio e longo prazo?

SR – Vejamos: é ao Executivo que cabe planejar tecnicamente, e em conjunto com os diversos segmentos da sociedade, como o crescimento da cidade deve ser ordenado. Infelizmente isto não aconteceu. As decisões, que vieram de forma unilateral, geraram um tremendo desequilíbrio que já se revela pelo descontentamento crescente e por ações que tramitam no Judiciário. A questão do zoneamento é a que acaba sendo a mais próxima da percepção do cidadão comum porque influi diretamente nas áreas onde ele vive e trabalha. Mudanças bruscas no zoneamento implicam em mudanças bruscas no cotidiano das pessoas e geram tensões que se agravam pelo fato delas terem sido excluídas do processo decisório. Falar que esse problema vai ser resolvido e compensado com as audiências na Câmara é admitir uma democracia pela metade. Irá ocorrer a médio e longo prazo, aquilo que sempre aconteceu: uma cidade recortada por mudanças de zoneamento pontuais e sem planejamento integrado, instabilidade territorial, degradação e descaracterização de áreas com identidades consolidadas e conflitos de interesses. Enfim, uma cidade pior para todos, principalmente para os setores mais vulneráveis economicamente que, obviamente são postos de lado, o que só colabora para aumentar as desigualdades e tensões já excessivas na capital paulista (Instituto Polis, 08/04/2009).

Fica evidente a relação intrínseca entre o público e o privado dentro dessa economia financeirizada que encontra no urbano atualmente o seu maior negócio, a própria urbanização como negócio, o que agrava a segregação socioespacial e o estado crítico nas cidades.

O que é que se estuda, o que é que se elabora com um grande reforço de cálculos e competência? Normas, coações que limitam a ação e o pensamento. Quer dizer daquilo que oficialmente se chama 'urbanismo' a não ser que se trata teoricamente de uma ideologia e praticamente de regras destinadas a imobilizar a construção das cidades naquilo que pode haver de menos racional, sob a capa de uma racionalidade tecnicista. Os urbanistas se dividem em técnicos da circulação e em estetas que arrumam, nos planos de massa, contrastes de linhas, volumes e cores, como se o 'habitar' se definisse pelo consumo desses contrastes espetaculares. Ignora-se um tempo social, um espaço apropriado e quer-se construir cidades novas (LEFEBVRE, 1969: p.14)⁹⁸.

O movimento percorrido pela nossa análise teve como sentido enfatizar a importância da vida cotidiana no processo de produção do espaço público da cidade. Quando propomos um enfoque sobre a requalificação da Praça Roosevelt numa divisão entre "os históricos" e "os demolidores" a nossa intenção foi trabalhar dialeticamente com os campos da dominação e da apropriação, buscando uma geografia que não menospreze a importância do vivido e dos processos sociais na reprodução da cidade no mundo contemporâneo. De forma geral fizemos uma abordagem da produção do espaço numa posição contra os tecnocratas, revelando os interesses políticos e econômicos que envolvem a urbanização como negócio, aquela que menospreza os processos sociais, a função social das lembranças, a identidade, a vida cotidiana – "na moldura" de um espaço-tempo produtivista cada vez mais limitador da vida humana.

⁹⁸ Lefebvre, H. Posição contra os tecnocratas, São Paulo, Documentos, 1969.

As considerações finais sobre a vida cotidiana na Praça Roosevelt:

“As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que as coisas escondam uma outra coisa” (Ítalo Calvino)

Na esfera do público a imposição da ação estatista sobre o espaço público o reduz ao consumo produtivo da cidade enquanto mero patrimônio. Nesse fragmento da metrópole, a ação produtivista do mercado se impõe reduzindo e limitando o espaço público a dimensão de patrimônio sem conexão com a efetividade social. Todavia, embora impere na produção do espaço desse fragmento da metrópole a circulação viária como conteúdo do seu urbanismo, que se faz edificar e demolir modelando a cidade à imagem do capital, por mais que as estratégias e o poderio de suas forças políticas e econômicas se imponham com um urbanismo de formas supressoras, não se reduz ao absoluto o espaço do vivido.

No cotidiano, emergem as contradições e os conflitos, que dizem respeito às lutas pelos “territórios do uso” necessários para a realização da vida. Por mais que as forças políticas e econômica se imponham com a produção supressora das suas formas urbanísticas e políticas sobre o espaço público e por todo espaço abstrato, nos interstícios da cidade a vida se levanta num embate resistente, cujos limites chegam ao trágico, mas não antes sem que a população solte o seu último grito – como na metáfora de Baudeilare.

O privado se impõe de forma tão evidente nesse fragmento da metrópole que desde a fundação da praça o seu urbanismo funcionalista teve os mais variados e confusos usos, tendo inclusive o espaço cedido pelo poder público para o funcionamento de um supermercado da rede Pão de Açúcar no “coração da praça”. O empreendimento privado ao se estabelecer no local não somente tirou proveito de uma locação de custo irrisório como não cumpriu com a sua contrapartida social. O projeto urbanístico que vislumbrava espaços amplos e abertos à acessibilidade por planos e rampas, foi seccionado, dividido ao meio pelo supermercado. Numa sucessão de arbítrios do poder público uma variedade confusa de estabelecimentos e funções foi se colocando no local até o limite do desinteresse do capital no local e na área central deixada a deterioração das suas formas físicas “sem o direito de envelhecer” – como coloca Bloch.

Os investimentos do capital migram para o vetor sudoeste e o poder público também relegou a gestão e a manutenção do local, cujas formas urbanísticas rígidas também se modelam plástica a novos usos, usos que também dizem respeito a própria negatividade do urbano, num cidade recrudescida pela negatividade do emprego e pela emergente miséria a praça suspensa se transforma num abrigo da chuva e das intempéries para aquelas populações proletarizadas expropriadas do direito de habitar. O direito à cidade, a centralidade, ao urbano - não se confunde com uma apropriação no limite do insalubre que diz respeito a negatividade do urbano, a impossibilidade do urbano para todos. No centro da cidade se percebe uma miríade itinerante de sem-tetos expropriados de um local para o outro da cidade, de uma praça pra outra da cidade, de um viaduto para outro viaduto da cidade. Novamente os investimentos produtivos escolhem a área central para modelar a sua imagem, num urbanismo que vende belas formas para serem vistas, praças públicas reurbanizadas não para o uso, mas para a pura publicidade.

Todavia, os corpos necessitam de um lugar no espaço, lutam por um território do uso. Olgária Matos diz que a metrópole é a negação da cidade, enquanto fragmentação da vida cotidiana, e Odete Seabre ratifica que, a metrópole é a negação dessas identidades, pois a apropriação não pode acontecer sobre todo o território da cidade, mas sim nos seu fragmentos, nos seus interstícios, num espaço e tempo determinados e sob determinadas circunstâncias.

O uso político do espaço restitui o uso ao máximo como aponta Lefebvre. Ao mesmo tempo que o poder público sobre determinadas aspirações impõe um equipamento privado na praça, também sobre determinadas “demandas políticas e sociais”⁹⁹ lá instalou o C.I.M. (Centro de Informação da Mulher) cujos propósitos em determinadas circunstancias encontra outros movimentos sociais e em determinado tempo e espaço se realizam, como na marcha das mulheres, ou luta da entidade para manter sua sede na área central ameaçada de ser expropriada pela reforma da praça. Todavia, a luta é constante, a apropriação provisória, pois as estratégias do público-privado utilizam de todos os meios para limitar as

⁹⁹ A gestão da Prefeita Luiza Erundina do PT foi tida como progressista no sentido social, contendo com pensadores bastante engajados nos seus quadros secretarias como Paulo Freire e Marilena Chauí, por exemplo. Devido a simpatia da prefeita pelos movimentos sociais o C.I.M. (Centro de Informação das Mulheres) conseguiu se instalar na Praça Roosevelt por título de contrato precário. Desde 1991, durante a gestão da ex-prefeita Luiza Erundina, o CIM está sediado no centro de São Paulo. O contrato de “permissão de uso a título precário e gratuito” assinado com a prefeitura permite que haja revogação a qualquer momento, desde que as exigências de manutenção não sejam cumpridas.

possibilidades de uso do efetivo social no espaço público. Nas palavras de Marta Baião que é contra a demolição da praça: “as relações com o poder público são tensas e repletas de ambigüidade, corremos sempre o risco iminente de sermos expropriadas da área central, eles realmente não querem os movimentos sociais atuando numa área tão estratégica do ponto de vista da imagem. As informações que nos dão sobre a reforma são precárias, corremos o risco de por a perder o maior acervo de literatura feminista da América Latina”¹⁰⁰.

Sendo a área central da cidade tão estratégica para o capital, outras estratégias também se colocam. Estabelecer consensos através da criação de representações é um dos meios, a imprensa só divulga matérias sobre a praça enquanto “o maior equívoco do urbanismo” que propiciou de forma naturalizada a degradação construtiva e também social do ambiente - quando esta é produto da própria reprodução capitalista – das próprias estratégias dos investimentos/desinvestimentos públicos e da especulação imobiliária sobre a fragmentação da cidade.

Nos meandros da praça tomada pelas infiltrações que limitam o uso decorrente da ação de descaso do próprio poder público que ainda utiliza essa imagem e percepção da degradação construtiva do local para apresentar a demolição como única solução concreta para o problema, como se as outras praças planas e com paisagismos recém elaborados não estivesse tomada pelos mesmos problemas que afligem a vida cotidiana na Roosevelt e em toda a cidade. Nossa pesquisa comprovou que em termos de segurança as praças da Sé e da República recém reurbanizadas apresentam problemas sociais muito mais graves do que a Roosevelt que nos últimos anos teve pouca ocorrência policial registrada. Todavia, o poder público e os tecnocratas continuam acreditando no “poder das formas” como definidores da riqueza e da pobreza, continuam promovendo um urbanismo como negócio e expulsando continuamente a população proletarizada para longe dos cartões-postais da cidade.

As ações do poder público e da polícia militar na Nova Luz levaram uma miríade de pessoas em situação de rua a encontrar abrigo sobre as marquises da Roosevelt. No momento em que o poder público já havia evacuado o supermercado e a escola infantil que funcionavam no interior da praça, os novos atores do lugar trouxeram intensidade sobre os conflitos. A ação do poder público

¹⁰⁰ Entrevista concedida por Marta Baião na sede do C.I.M. na Praça Roosevelt em março de 2009.

para responder as reclamações dos moradores amedrontados foi cercar toda a praça com grades de arame para evitar a ocupação e o uso da praça por toda a população, antecipando uma obra que ainda não aconteceu. A ação foi questionada e a cerca rompida, alguns dos próprios moradores chamaram aquela imagem de “Gueto de Varsóvia”. O espaço público, principalmente no Brasil, historicamente é tratado como patrimônio público e não como o local da vida pública – o vigor patrimonialista como herança colonial de que já tratamos.

Limites ao uso do espaço público são impostos o tempo todo nesse urbanismo que vende a cidade como um “cartão-postal”. Seja pela norma ou pela coação de impedimento do uso. Nas “derivas” do trabalho de campo por vezes conversei com os alunos do Colégio Caetano de Campos que alegarão ser coagidos pela ação policial que os constrangem através de revistas policiais induzindo a não ocupação da praça. Conversando com o soldado Perez¹⁰¹ da ronda escolar ele comentou: “Orientamos para que os alunos não usem o interior da praça. Um lugar feio desses não deve ser utilizado, se fosse o Ibirapuera. Você deixaria o seu filho freqüentar um lugar degradado assim?” O policial afirmou não haver ocorrências criminais que coloquem em risco os alunos na praça devido a constante presença da ronda escolar, mas discursou sobre embelezamento e degradação do ambiente construtivo da praça. A tônica da requalificação está na ordem do dia, como também já havia confirmado o Comandante da PM Coronel Álvaro Camilo¹⁰²: “Com relação ao patrimônio a PM mapeia ocorrências criminais relativas ao que chamam de “desordem urbana”. A desordem física trata propriamente da depredação do patrimônio e a desordem social indaga porque há moradores de rua, mendigos, pedintes, comércio ambulante que em tese não deveriam existir na cidade”.

Aleatoriamente, no mesmo dia em que fui abordado pelo Soldado Perez, havia acabado de conversar com a professora de geografia Elisabete que havia comentado esse procedimento policial no local, pois os alunos por saberem do interesse da professora pelo espaço público a mantinham sempre informada de

¹⁰¹ Após entrevistar a professora Elisabete no Colégio Caetano de Campos, fui abordado na porta da escola por ter fotografado acidentalmente dois soldados da ronda escolar. Pediram que eu fotografasse apenas o carro da ronda escolar, pois eles não podem se expor por questões de segurança - justificou o soldado Perez numa sexta-feira de fevereiro de 2009, entre 12:30 e 13:00 horas. Comentei que já havia entrevistado o Coronel Camilo, o soldado ficou mais receptivo e aproveitei para fazer a entrevista informal.

¹⁰² Entrevista concedida no dia 13 de fevereiro de 2009, na sede do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Centro na Rua Vergueiro. O Comandante além da longa e generosa entrevista nos forneceu os dados desmembrados de alguns logradouros públicos solicitados pela nossa pesquisa, que nos foi enviada através de e-mail pela Cap Fem PM Francislene de Camargo Souza - Chefe da Seção Operacional do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Centro.

tudo. A professora havia refletido sobre o procedimento policial na entrevista aberta que fizemos no Caetano de Campos, disse ela: “O poder institucional não se enxerga enquanto cidadão comum ao impedir o uso da cidade em nome da ordem da disciplina. O uso incomoda a vigilância. A PM coíbe o uso da praça pelos jovens que sofrem constrangimentos”.

Com relação às possibilidades de uso do espaço público, podemos dizer que a professora Elisabete desenvolveu um trabalho bastante revelador junto aos alunos do Ensino Fundamental. Disse ela que percebendo que os alunos reclamavam do período de férias, pois não tinham local de lazer e sabendo que grande parte é residente do local, pensou em desenvolver um trabalho para compreender por que “o cidadão não sente a cidade como dele”. Desenvolveu o projeto “Educar na Praça” para estimular os alunos a utilizarem o espaço público da cidade. A professora que havia feito disciplinas na pós-graduação da USP com as professoras Damiani e Carlos disse que a concepção do projeto partia da idéia de usar a cidade, citando o “direito à cidade” de Lefebvre. Queria desmistificar a representação introjetada pelos alunos e pais dos alunos de que o espaço público é “local de bandido”, porque os alunos justificavam a não utilização da praça para o lazer devido a sensação de “medo do espaço público”. Na época (2002-2004), quando vigorava nas escolas estaduais a concepção de ensinar através de projetos e contato uma direção mais progressista que apoiou o seu trabalho, a professora levava os alunos para praça com a proposta de educar no sentido amplo, atravessar a rua, estabelecimento de regras de comportamento para as atividades, visando tanto o desenvolvimento motor através de atividades lúdicas quanto o desenvolvimento intelectual através de reflexões acerca da cidade. “Mudou a relação das pessoas com a praça a partir desse trabalho, as pessoas começaram a freqüentar mais o local. Porém, a saída do supermercado da praça trouxe novamente a sensação de medo do espaço público, que ficou esvaziado, sem iluminação, sem a devida atenção do poder público”. Elisabete refletiu que “a praça reproduz a realidade da cidade”, ou seja, o nosso estudo também parte dessa premissa de que não se trata de estudar um recorte passivo da cidade e sim buscar capturar as relações mais amplas que por este fragmentado são açambarcadas (relações políticas e econômicas principalmente e em conflito com o social no vivido).

O companheiro da professora Elisabete, o professor Antônio Fernandes dos Santos, que também leciona e reside no local (Praça Roosevelt). É um dos ativistas do Comitê Gestor da Praça Roosevelt que lutam contra a demolição da praça e cita como exemplo o trabalho da companheira o “Educar na Praça” e diz que a idéia é de ocupar a praça com educação, cultura, lazer – e que a concepção de praça do poder público é de lugar de passagem e de estética para o não uso. Diz que o comitê foi criado porque a Ação Local Roosevelt não representa e não expressa os anseios da comunidade, representando apenas a vontade de umas 50 pessoas que querem fortalecer o consumo cultural na praça e livrar o local dos sem-tetos que encontram abrigo no Pentágono. Critica a gestão atual da Ação Local Roosevelt dizendo que ser eleito com 35 votos de uma população de prováveis 1000 eleitores não legitima nenhuma representatividade. Comenta que a Ação Local é a favor da demolição porque a população de rua não é consumidora e os interesses deles é focado no comércio, uma política higienista com respaldo da A.V.C. e do poder público municipal. Escreve ele ao Ministério Público “A população se manifestou com abaixo assinado com mais de 3.000 assinaturas à favor da reforma mas contrário à demolição do pentágono” e pede providências. Todavia, acredita que é uma luta árdua contra essa reurbanização pautada na revalorização imobiliária e na exclusão social, no qual se refletem os interesses sobre a demolição da praça suspensa e da construção de um bulevar nos moldes do rua Avanhandava, na vizinhança.

O professor Antônio comentou que o Padre Ramon da Igreja da Consolação enquanto esteve à frente da paróquia desenvolveu trabalhos de assistência social aos moradores em situação de rua, atitude que muitos moradores contestaram, principalmente aqueles que integravam a Ação Local. Através do documentário “Palco Roosevelt” realizados por alunos da UNESP em 2007, Nair Fiorot, membro da Ação Local Roosevelt, comenta o assunto com Amanda T. Parra¹⁰³ que escreve o texto abaixo:

Na praça algumas ações assistenciais causam polêmica: a Igreja da Consolação faz distribuição de alimentos e dá banho e os Anjos da Noite, grupo espírita assistencialista doa sopa à

¹⁰³ Relato de Conversa com Nair Fiorot – Membro da Ação Local Roosevelt
Texto concebido livremente, a partir de conversa realizada no dia 26/02/2007.
Amanda T. Parra – Pesquisa “Palco Roosevelt”

noite aos domingos no túnel da Radial Leste (que fecha aos fins de semana). Estas ações causam conflitos, sujeira, revoltam certos moradores ao atrair muitos moradores de rua e, segundo Nair, nem sempre são realizados de forma bem estruturada. Ela não é a favor de simplesmente retirarem essas atitudes assistencialistas da região ou 'varrerem' do centro moradores de rua, mas também não lhe agrada a simples manutenção da situação. Segundo ela, a relação dos moradores da praça com os moradores de rua é de amor e ódio.

O embate entre propriedade e apropriação, nesta cidade tão recrudescida pela negatividade do trabalho e pela negatividade do próprio urbano, ganha contornos de classe nos movimentos da cidade que se refletem na escala do bairro. A Ação Local Roosevelt aqueles que representam a A.VC e os interesses de propriedade e o Comitê Gestor da Praça Roosevelt representando o Fórum Centro Vivo e os movimentos sociais. Todavia, no plano do vivido, linhas tênues criam posições por vezes ambíguas e contraditórias. Entre o discurso e a prática é possível perceber que existem mais divergências do que convergências na vida cotidiana da Praça Roosevelt, seja na busca de privilégios pessoais ou na convergência numa luta comum que coloque lado a lado todos aqueles que discursam pelo social.

Nem todos os freqüentadores da Praça Roosevelt possuem posicionamentos políticos ou fazem parte dos movimentos sociais, há os que vivem o consumo cultural seja nos teatros ou bares que estão no entorno da praça e há aqueles adolescentes que sem dinheiro para o lazer programado usam a praça como espaço privilegiado para o skate. Os "skatistas" são aqueles que jamais reclamaram da concepção arquitetônica da praça, pois para eles, as rígidas formas do concreto se moldam plasticamente às manobras dos skates. Trata-se de um esporte urbano que precisa de bases sólidas e desníveis para ser praticado, como o asfalto põe em risco a segurança do praticante frente ao trânsito automobilístico do qual o corpo se defende mal, encontraram na praça o local ideal para a prática, tradicional "ponto de skatistas" desde os anos de 1980.

Se por um lado essa prática é também permeada pelo fetiche da mercadoria, contanto inclusive com patrocínios e uma gama de festivais mundo a fora. Por outro lado, não dá para negar que é uma reunião formada predominantemente por garotos da periferia que se divertem na praça sem a mediação do valor de troca. Se por um lado reproduz a inconsciência da alienação

na personificação da liberdade proporcionada pelo objeto-skate; ao mesmo tempo revela as carências e as demandas da periferia por lazer. Roberto Botelho, 17 anos, comprova:

O skate é coisa do bairro, mas lá não têm condições prá gente andar de skate, as ruas são cheias de buracos. Desde que um chegou me trouxe aqui eu nunca mais parei de vir. Sábado e domingo é fatal, chego aqui logo cedo e só saio à noite. Moro em Suzano, trabalho de dia e estudo à noite, por isso só venho aqui nos fins de semana e nos feriados. Fiz bastante amizade, aqui todos se conhecem. Aqui é o nosso pico.

Na confusa relação entre o público e o privado no espaço urbano os skatistas aplaudiram a atitude do argentino Esteban Forio de construir obstáculos no logradouro público para manobras de skate. No vídeo apresentado no youtube ele comenta que a praça estava abandonada e ia ser demolida e que a cidade estava precisando de obstáculos novos para o skate. A professora Elisabete conta que os garotos são praticamente “os olhos da praça” e que a GCM “faz vistas grossas para essa construção de obstáculos realizada pelos skatistas e pelo argentino Esteban Forio”. Fato é que do dia para noite, grades, fiações, parte do patrimônio público é roubado e na praça variadas ações confusas como essa da construção de obstáculos acontecem sem que o poder público tome uma atitude. O professor Antônio Fernandes dos Santos conta inclusive que ouviu dos garotos que “homens fardados estavam inserindo garrafas pet para entupir as tubulações e induzindo a formação de poças d’água nos acessos ao piso superior do Pentágono com o propósito de impedir o uso da praça” (Carmem Zilda Ribeiro disse ter ouvido o mesmo relato por parte dos garotos e que todavia tendo sido ela quem presenciou o fato nenhuma acusação por ser feita mesmo porque homens de farda podem ser de qualquer uma das polícias da cidade, não se pode responsabilizar a PM ou a GCM desse modo). Não fomos verificar o contraditório porque não existe um testemunho cabal, por outro lado, cabe aqui apresentar os relatos e discorrer sobre os conflitos que envolvem a demolição do Pentágono e a vida cotidiana na Praça Roosevelt.

Sobre a vida cultural na Praça Roosevelt: Têm-se o consumo cultural marcado pela presença dos teatros e pela inserção do evento *As Satyrianas*¹⁰⁴ no calendário cultural de São Paulo. Por outro lado temos eventos que não são divulgados pela imprensa e que ocorrem com uma grande apropriação social da própria praça. Citando alguns que ocorrem em 2007, temos: Apresentação do Festival Internacional de Curta-Metragens, parceria do Ponto Cultural de Vila Buarque com as Oficinas Kinoforum em 30 de março de 2007. Atividades esportivas na praça promovidas pela ACM (Associação Crista de Moços) em 05 de abril de 2007. E no mesmo dia, durante a noite, houve a encenação do espetáculo comunitário “Crônicas da Paixão” dirigido e coordenado pelo ator Eduardo Chagas com o apoio e a participação integral da comunidade e sem um patrocínio efetivo.

Eduardo Chagas é ator e diretor de teatro, foi integrante efetivo da Cia. Teatro X, cuja primeira sede funcionou no bairro de Santa Cecília e depois na Praça Roosevelt (entre 2003 e 2006). Após esse período desligou-se da companhia e implementou projetos próprios, como o da encenação do espetáculo comunitário “Crônicas da Paixão” em 2007. Peça teatral em formato de cortejo percorrendo os vários espaços da Praça Roosevelt. Com um elenco formado por cerca de 100 pessoas entre atores amadores e pessoas da comunidade local, sem patrocínio, apenas colaborações simbólicas da população. O objetivo e o conceito foi o de promover a ocupação do espaço público pela comunidade e demonstrar que a praça é um excelente local para o lazer de todos. O cortejo foi acompanhado por cerca de 1.200 pessoas agremiando todos os segmentos sociais que estão presentes na vida cotidiana da Praça Roosevelt (crianças, adultos, idosos, estudantes, skatistas, atores, donas-de-casa, ateus, religiosos, sem-tetos, pessoas de ambos os campos políticos da cidade, ou seja, foi uma aglutinação integral da comunidade – segundo alguns entrevistados¹⁰⁵). Para muitos, esse foi o evento mais marcante que ocorreu no interior da praça nesta década.

Ele conseguiu sem grandes ‘patrocínios’, o feito nunca antes conseguido de reunir músicos e artistas profissionais, moradores e empresários da Praça, população usuária e inclusive pessoas que participam do Fórum Centro Vivo para a realização de uma peça cujo texto foi uma criação coletiva e

¹⁰⁴ No tópico Palco Roosevelt: a cultura como mercadoria vedete, já comentamos do que se trata o evento e citamos a fonte das informações.

¹⁰⁵ Vários entrevistados citaram o “Crônicas da Paixão” como o evento mais agremiador da praça nesta década, entre eles Carmem Zilda Ribeiro.

atualizada da Vida e Morte de Cristo. Parabéns a todos! É disso que precisamos: superar as “diferenças e divergências” e juntar para defender a nossa Praça para toda a população (Carmem Zilda Ribeiro)¹⁰⁶.

Ensaíamos durante dois meses, três vezes por semana, sempre no período noturno. Eram caóticos os ensaios e nem todos apareciam e o fato do tema já estar no inconsciente coletivo retirava essa necessidade de se prender rigorosamente ao texto. Foi um trabalho anárquico literalmente e a apresentação foi fabulosa. Rodolfo chegou para mim e disse “não achei que você iria conseguir, ficou lindo!”. Eu disse: nós conseguimos, foi um trabalho comunitário (Eduardo Chagas)¹⁰⁷.

O “Crônica da Paixão” que fiz na Roosevelt não tinha nada (patrocínio). Tendo pessoas que me ajudem, que colaborem, é isso que se necessita, que acreditem no trabalho e achem legal, não importa a grana. Depois, vai importar, lógico. É fundamental. Que você sobreviva, coma, viva, tenha paz para fazer o seu trabalho. É isso, tudo tem que ser embasado na dignidade. O Dias Gomes disse assim: “há um mínimo de dignidade que a gente não pode negociar, nem mesmo em troca do sol, nem mesmo em troca da liberdade”. E isso é o lema da minha vida (Eduardo Chagas)¹⁰⁸.

Eduardo interpreta o abandono da praça pelo poder público e a morosidade da sua reforma um verdadeiro descaso com a comunidade local e com toda a sociedade, pois a praça recebendo a devida manutenção e limpeza teria todas as condições de ser um excelente lugar de lazer e cultura para todos. É contra a demolição, pois entende que mesmo tendo sido construída na época da ditadura teve uma apropriação social durante décadas. No seu entendimento não é uma questão de projeto que levou a degradação da praça e sim o descaso das diversas administrações que relegaram a praça ao abandono deixando de realizar a manutenção, a limpeza, a iluminação e a segurança do local.

Com a saída do supermercado aumentaram os furtos e os assaltos, a praça ficou sem iluminação, a sensação de insegurança cresceu. Não existe policiamento no local, mesmo com uma base da PM e da GCM. E a GCM não cuida nem do patrimônio, não sei do que eles cuidam. A grande culpa é da administração municipal, eles que deixaram chegar a situação neste estado, um verdadeiro descaso (Eduardo Chagas).

¹⁰⁶ Depoimento de Carmem Zilda Ribeiro que consta nas Atas do Comitê Gestor Roosevelt e confirmado nas várias conversas que tivemos durante a nossa pesquisa de campo.

¹⁰⁷ Em conversa ao telefone em março de 2009.

¹⁰⁸ Entrevista concedida ao blog: Na Íntegra Obstáculos nos Palcos, Reportagem e Edição: Mariana Jansen e Andréa Albuquerque, em dezembro de 2007.

Embora muitos digam que a Praça Roosevelt é um marco da ditadura e que a sua forma é fechada dificultando a visibilidade e a acessibilidade com o entorno; após a demolição das alvenarias do supermercado o que se revelou foi um amplo espaço aberto belíssimo. O problema não está no projeto como alguns afirmam; mas nas modificações feitas na praça pelas sucessivas administrações e na falta de competência de gestão e manutenção das mesmas. A especulação em torno da reforma da praça fez subir o valor das locações. Uma quitinete que custava R\$50.000,00 hoje alcança o valor de R\$100,00. O objetivo do poder público é induzir a valorização imobiliária (Eduardo Chagas).

Eduardo Chagas, comenta que a sua namorada, a arquiteta Ângela Paula Guibugli¹⁰⁹, compactua com a opinião sobre a beleza do projeto original, que com a devida manutenção, resultaria num excelente espaço de convívio social, propício a práticas culturais. Todavia, as ações do poder público e os projetos concebidos pelos tecnocratas apenas instrumentalizam o espaço para o consumo produtivo, não levando em consideração as práticas socioespaciais da vida cotidiana. Na perspectiva da “Produção do Espaço”¹¹⁰ (1972), Lefebvre diz que:

[...] o espaço tornou-se para o Estado, um instrumento político de importância capital. O Estado usa o espaço de uma forma que assegura seu controle dos lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade do todo e a segregação das partes. É, assim, um espaço controlado administrativamente e mesmo policiado.

Nesse sentido, a (re)produção do espaço se traduz na imposição de uma abstração que se afasta progressivamente do concreto, do natural, do imediato, da espontaneidade da vida. O urbanismo enquanto instrumento estratégico do Estado colabora para a manipulação da realidade urbana fragmentada e a produção do espaço controlado, que reduz os limites do uso, pondo em cheque a esfera de realização da vida, seja a vida no fragmento da Praça Roosevelt ou no fragmento de qualquer cidade, posto que essa é uma tendência do capital e que por sua vez é mundial.

¹⁰⁹ Informação fornecida por Eduardo Chagas.

¹¹⁰ Como se poderá notar nas referências bibliográficas apontadas no final da dissertação, utilizei-me da tradução realizada pelo professor Jorge Oseki FAU-USP do capítulo 5 da obra de Henri Lefebvre de 1972 ainda não publicada no Brasil, por este motivo não estamos citando a página.

Embora o sr. Rubens Reis¹¹¹ tenha afirmado que todo o processo de encaminhado pela EMURB aponte o início das obras de demolição para julho do presente ano (2009), assim como afirma o sr. Enrique Marti da Ação Local Roosevelt - a última informação que temos é que o projeto da praça boulevard apresentada pela EMURB em fevereiro (2009) para a Praça Roosevelt não foi bem aceita pela A.V.C..

Elaboraram um contra-projeto diagnóstico apontando a demolição como arriscada para o eixo-viário e muito dispendiosa em termos de orçamento (de 15 milhões de 2006 para 30 milhões em 2009). Apontam vários equívocos urbanísticos no projeto como: ser insensato demolir o Pentágono e cobrir o túnel na borda da Rua Augusta (gastando 11 milhões só para isso); também questionam a demolição de uma edificação para a construção de outra na proximidade da Rua Guimarães Rosa, para abrigar um telecentro (questionando o discurso de ‘visibilidade x segurança’); questionam o projeto de ‘praça jardim’ sem nenhum equipamento cultural posto que não atrairia muitos usuários. Ou seja, nessa perspectiva o projeto de Marcos de Souza Dias de “Múltiplos Usos” seria muito mais atual do ponto de vista urbanístico do que a nova proposta da EMURB.

É de se estranhar a A.V.C. que tem por mote a defesa da reurbanização voltada para aferir valorização imobiliária ter questionado o projeto inclusive apresentado fotografias demonstrando como os amplos espaços desobstruídos com a desativação e demolição do supermercado e da escola infantil se abrem para a acessibilidade e se revelaram excelentes para que o lugar seja absorvido por exposições, oficinas. Chegaram até a propor o arte do grafite para as paredes como forma de absorver a cultura urbana.

Num primeiro momento parece contraditório, mas analisando com mais detalhe o diagnóstico da A.V.C, percebe-se: ao proporem um espaço de uso múltiplo para o desenvolvimento de atividades culturais e inclusive o grafite urbano, fica claro que visualizaram a absorção dessa “cultura urbana underground” pelo consumo cultural do local já marcada por uma representação de “cultura alternativa” (fetiche da mercadoria). E para não haver nenhum equívoco salientamos que a

¹¹¹ Gerente de intervenções urbanas da EMURB que coordena os trabalhos de reurbanização da Praça Roosevelt. As informações foram fornecidas numa extensa entrevista no começo de fevereiro de 2009 na própria EMURB localizada no Edifício Martinelli. O sr. Reis colaborou com a nossa pesquisa fornecendo o projeto da EMURB para a praça de 1996 e o atual projeto finalizado agora em 2009. Todas as informações sobre a história da praça, do bairro e da região são baseados nos textos de autoria do próprio Rubens Reis. Agradecemos a enorme colaboração prestada neste sentido.

principal crítica da A.V.C. é quanto ao fechamento dos dois lances de estacionamento para 600 vagas, pois a prioridade continua sendo o automóvel para trazer a classe média para o consumo cultural do Centro. Também pedem a abertura da rua Guimarães Rosa para os automóveis.

Embora ambas as associações estejam momentaneamente defendendo o mesmo objeto – a não demolição do Pentágono – os fins de cada uma delas revelam proposições diferentes (uma mais econômica e outra mais social). Como escreve Carmem Zilda Ribeiro do Comitê Gestor da Praça Roosevelt¹¹²:

O Fórum Centro Vivo é o outro lado da mesma cidade onde os empresários criaram a Viva o Centro. Para a atual coordenação do Comitê, o Fórum Centro Vivo precisa estar representado dentro de todos os Comitês Gestores que vierem a ser criados para acompanhar reformas, uso e manutenção das praças do Centro de São Paulo. Sema a participação dos Movimentos Populares todos os Comitês Gestores das Praças serão 'natimortos' porque não representarão os muitos atores da complexa realidade da Cidade de São Paulo. E, a sistemática falta de representatividade da Direção da Ação Local Roosevelt não dá a ela nem à Viva o Centro, o direito de negociar sozinha, em nome da população, moradora e usuária, da praça e da cidade.

A pretensa racionalidade técnica ensejada nos projetos urbanísticos não atende as necessidades da esfera do vivido e se impõem apenas como grafismos e visualizações desconectados da prática social na cidade. O primeiro projeto na forma de espaço-praça-edifício atendia aos ideais dos técnicos da circulação e o atual projeto na forma de espaço-praça-boulevard atende aos ideais dos técnicos da estética/esteticismo orientados para o consumo do lugar. Contudo, ambos ignoram o tempo e a apropriação social do espaço na vida cotidiana do lugar.

Os projetos de intervenção urbana que tem como mote a reurbanização dos lugares colocam acento na exclusão social sobre o espaço público. Esses processos que tomam a área central da cidade buscam uma revalorização urbana por meio da formulação de consensos sobre a instrumentalização da cultura como negócio, o que acena para a produção e programação dos lazeres voltados para o consumo mercantil. Quando mais funcionalizado se torna o espaço menor é a possibilidade de sua apropriação social,

¹¹² Trecho de uma das Atas de Reunião do Comitê Gestor da Praça Roosevelt fornecidos em cd-rom por Carmem Zilda Ribeiro para a nossa pesquisa. Os textos são de Carmem Zilda Ribeiro.

desse modo, o concebido se impõe ao vivido tornando visível a falta de comunicação entre os planejadores do estado (tecnocratas) e a sociedade civil, onde os últimos não se sentem representados nem pelos grafismos urbanísticos dos espaços públicos e nem pelas políticas públicas que estão aquém da suas experiências e percepções cotidianas.

Para Henri Lefebvre “as descrições poéticas do urbano não têm interesse menor que as descrições e análises científicas”¹¹³, tendo sido um filósofo de grande envergadura buscava um pensamento que não fosse meramente especulativo, abstrato, mas que oferecesse um “feixe de possíveis”¹¹⁴ no plano do vivido – ia à Marx e requeria que era preciso transformar o mundo ao invés de interpretá-lo, e ao mesmo tempo ia à Rimbaud, requerendo que era preciso mudar a vida e assumir um novo sentido no cotidiano. Enfatizamos nas considerações finais a vida cotidiana porque segundo Henri Lefebvre é no vivido que está esse “feixe de possíveis” onde “a vida pode sair da sombra como o planeta sai do eclipse”.

Dito isto, é inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta são cancelados (Ítalo Calvino).

¹¹³ Henri LEFEBVRE, *Lê retour de la dialectique. 12 mots clef pour lê monde moderne* Paris, Messidor/Éditions Sociales, 1986, p.159-173 [Tradução: Margarida Maria de Andrade]

¹¹⁴ Procedendo por intuições audaciosas e trajetos arriscados, (...) Lefebvre passou muitas vezes por inclassificável, senão imponderável. Devido a sua preocupação com o vivido, o sensual, a utopia e, ao mesmo tempo, com o movimento dialético permanente que não cessou de imprimir ao seu pensamento, uma parte da obra de Lefebvre, a mais independente das contingências ideológicas, é atravessada por uma exigência estética e ao mesmo tempo poética e, para retomar uma expressão que lhe agradava, oferece a quem quiser apanhar, um feixe de possíveis” (Oliver Corper, Lefebvre, aventura de um dialético, Paris: Le Monde, 2 de julho de 1991).

POST SCRIPT

O trabalho contesta algumas categorias teóricas que não dão respostas frente à situação crítica na qual nos encontramos no mundo contemporâneo e também a forma jurídica como está organizada a sociedade civil – tentando desenvolver a análise no movimento que parte do fetiche da mercadoria para as alienações cotidianas. Muitos geógrafos brasileiros têm desbravado esse caminho e apontado o sentido para que façamos uma “geografia heróica” (como diz Milton Santos), como exemplo, podemos citar Odette Correa de Lima Seabra, Amélia Luisa Damiani, Ana Fani Alessandri Carlos e Glória da Anunciação Alves (entre outros) por suas enormes contribuições nesse sentido (principalmente no tocante a geografia urbana).

Em nossa pesquisa de campo agregamos uma infinidade de documentos, gráficos, mapas, fotos, entrevistas e prospectos dos mais variados. Não fizemos o escrutínio do volume de todos esses materiais (que em parte está disponível em nossos anexos) apenas pela urgência dos prazos produtivistas aos quais estamos imersos; mas acima de tudo, por optar por um trabalho de crítica à posição dos tecnocratas. Poderíamos usar uma infinidade dessas peças para fazer diagnósticos sobre a praça, os seus usos e descaminhos no curso da sua história social, mas nossa opção não é pelo mero diagnóstico da praça e do projeto apresentado para a praça, pois não é um trabalho que faz apologia ao planejamento, ao contrário coloca uma crítica. O importante é desvendar e localizar a problemática da praça dentro da problemática urbana na sua totalidade – foi o que tentamos fazer. A abordagem não está esgotada e este trabalho se abre para novas possibilidades de estudo e de entendimento com relação à problemática do espaço público no nosso espaço-tempo na metrópole. Esperamos ter contribuído com a nossa pesquisa particular para o entendimento do processo e para estimular outros geógrafos a realizarem trabalhos sob o espaço público nessa perspectiva de análise. Esperamos também desdobrar este trabalho em um outro momento da nossa formação acadêmica para buscar parte das respostas as indagações que por ventura ficaram.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Glória A. “O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação”. São Paulo: FFLCH-USP, 1999 (Tese de doutorado).
- _____. “Paisagens metropolitanas” In. *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI* – Ana Fani A. Carlos, Ariovaldo U. de Oliveira (Orgs.). – São Paulo: Contexto, 2004. pp.285-303
- ARANTES, Otília. “Urbanismo em fim de linha”. São Paulo:Edusp, 1998.
- ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. “Justificativa e Memória Descritiva do Projeto de Reurbanização da Praça Patriarca”. In: *O Coração da Cidade*. São Paulo, Associação Viva o Centro, 1992.
- _____. *Propostas e Compromissos*. São Paulo, Associação Viva o Centro, 1996.
- BAUDRILLARD, Jean. *Os Sistemas dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. “Para uma crítica da economia política do signo”, Lisboa, Ed.70, 1981.
- _____. *A Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro, Editora Elfos, 1995.
- _____. *A Sombra da Maioria Silenciosa - O Fim do Social e o Surgimento das Massas*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BENJAMIM, Walter. “Sobre alguns temas em Baudelaire” e “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução”, In: BENJAMIM/ ADORNO/ HORKHEIMER/ HABERNAS, Col. “Os Pensadores”, São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- _____. “Paris, capital do século XIX”, In: Benjamin, W. Walter Benjamin: sociologia. Flávio Kothe (org.), São Paulo, Editora Ática, 1985, p.43.
- _____. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERMAN, Marshall. “Tudo que é sólido desmancha no ar”, São Paulo: Companhia das Letras, 1984.
- BOLSA DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO. *Boletim Databolsa, número 22 a 29, edição eletrônica, disponível na Internet no site <http://www.bolsadeimoveis.com.br>*
- BOURDIEU, Pierre. “Efeitos do lugar”. In. *A miséria do mundo*, 3 ed. Petrópolis: Vozes. 1999, pp. 159-166.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *Cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- CARLOS, Ana Fani A. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs). *Geografias de São Paulo*, vol. 1 e 2. São Paulo:Contexto, 2004.
- CARLOS, Ana Fani A. “O espaço urbano – novos escritos sobre a cidade”. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo:

Contexto, 2001.

_____. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1996.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *“A questão urbana”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORDEIRO, Helena. *“O centro da metrópole paulistana: expansão recente”*, São Paulo, Instituto de Geografia, USP (Série Teses e Monografias), 1980.

DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette Carvalho de L. (orgs.) *O espaço no fim de século – a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.

DAMIANI, Amélia L. *O lugar e a produção do cotidiano*, in: CARLOS, ANA FANI A. (org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: CONTEXTO, 1999.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003 (1992).

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *A estratégia dos signos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

FRUGOLI. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo, Cortez/ Edusp/ Fapesp, 2000.

HABERNAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984,

HARVEY, David. *Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998 (1989).

_____. *“A Justiça Social e a Cidade”*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *“A produção capitalista do espaço”*. Annablume, 2005.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a história*. Trad. de Carlos N. Coutinho e Leandro Konder, 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HUET, Bernad e outros. *Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo: Ática, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991 (1968).

_____. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001 (1968).

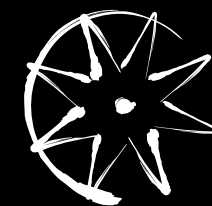
_____. *Espaço e política*. Tradução de Samuel Baima. (Cópia em formato digital). Fortaleza, 2000 (1973).

_____. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999 (1970).

_____. *“O espaço e o Estado”* Tomo V de *A respeito do Estado*. Tradução do Labor.

_____. *“A produção do espaço”*. Tradução Labor.

- _____. *A re-produção das relações de produção (La survie du capitalisme)*. Paris: Antropos, 1973a
- _____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1973b.
- _____. *Le retour de la dialectique: 12 mots cief pour lê monde moderne*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986, p.159-173. Tradução de Margarida Maria Andrade.
- _____. *O Fim da História*. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1981.
- _____. “*La présence et l’absence*”, Paris: Casterman, 1980.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1998.
- MAGNANI, José G. & TORRES, Lilian. “*Na metrópole*”. São Paulo: Edusp, 1996.
- MAGUALHÃES, Maria C. R. (Org.). “*Na Sombra da Cidade*”, São Paulo, Ed. Escuta, 1995.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*, Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTINS, José de S. (Org.). “*Henry Lefebvre e o retorno à dialética*”, São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANCHES, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. São Paulo: FFLCH-USP, 2001.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2004a(1996).
- _____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004b (1982).
- SEABRA, Odete. *A insurreição do uso*. In: Martins, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno a dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 71-86.
- SASSEM, S. *As cidades na economia mundial*, São Paulo: Nobel, 1998.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*, São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e Produção do Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, Edward W. “*Geografias Pós-modernas: A reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*”, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. “*O centro e as formas de expressão da centralidade urbana*” In: *Revista de Geografia*, v.10, Presidente Prudente: Unesp, 1991, pp. 1-18.



Viva o Centro
São Paulo

Análises e propostas da Associação Viva o Centro ao projeto apresentado pela Emurb para a Reforma da Praça Roosevelt

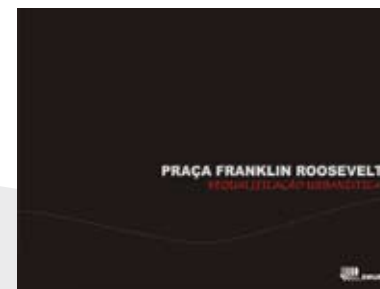
Análises elaboradas com base em plantas, CD-Rom e apresentação feita
pela Emurb na Associação Viva o Centro em 10 / 02 / 2009

março . 2009

Do projeto da Emurb

Índice

A. Diagnóstico apresentado	03
B. Partidos arquitetônicos adotados no projeto apresentado	03
C. Informações sobre o desenvolvimento das obras do projeto apresentado	04
D. Orçamento das obras e assinatura do projeto	05
E. Ações para o entorno	05
E.1. Ações em desenvolvimento e estudos	05
E.2. Ações em início de estudos	05



Das análises e sugestões da Viva o Centro

F. Análises da Associação Viva o Centro	07
I. Sobre a gestão da praça	07
II. Sobre os usos previstos	07
III. Sobre os partidos arquitetônicos adotados no projeto apresentado	07
IV. Sobre o desenvolvimento das obras e o edital de licitação das mesmas	09
V. Sobre as ações para o entorno	09
G. Considerações finais	10
Anexos	12

A. Diagnóstico apresentado

A apresentação da Emurb elenca os seguintes motivos para a Praça Roosevelt ter chegado ao atual estágio de degradação:

1 Rejeição à praça

A população rejeita o espaço por ele fugir ao conceito tradicional de praças públicas;

2 Não entendimento do espaço público construído

As formas e diversos planos da praça dificultam o acesso físico e a visibilidade do espaço por seus usuários;

3 Falta de verde e overdose de área construída

A praça não contempla grandes áreas verdes, apenas alguns canteiros sobre as lajes construídas e arborização somente no entorno da Igreja da Consolação. A área construída – 65,2 mil m² – é cerca de três vezes superior à área da antiga praça (25,1 mil m²);

4 Indefinição e irresponsabilidade

Desde a inauguração da Praça Roosevelt, em 1970, a Emurb tem se colocado ora como gestora/administradora do espaço, ora como proponente de ações e intervenções, conforme decisão superior da municipalidade. A praça chegou à gestão do prefeito Mário Covas (maio de 1983-dezembro de 1985) já bastante deteriorada, sendo nessa época objeto de uma primeira grande intervenção que lhe proporcionou sobrevida de, no máximo, dois anos. Com o tempo, as melhorias se perderam. O supermercado instalado no pentágono, o estacionamento, as floriculturas e a agência do Correio não foram suficientes para evitar a degradação do espaço;

5 Dificuldade de gestão, administração e controle

Ao longo do tempo, o espaço foi sendo loteado por diversos órgãos, entre eles EMEI, Centro de Informação da Mulher e PM, nos anos 1990, quando ocorreu o auge da decadência da praça, e

CET e Guarda Civil Metropolitana a partir do ano 2000, o que acarretou problemas de gestão e conservação cada vez mais difíceis de administrar. À exceção dos raros momentos em que os problemas foram amenizados por intervenções paliativas, a Roosevelt foi se tornando propícia ao tráfico de drogas, assaltos, mendicância e deposição de lixo;

6 Terra de ninguém

A Roosevelt não sobrevive por conta própria, tendo sempre precisado de alguma coisa a mais para atrair público e estimular sua conservação por parte do poder público. Quando isso não acontecia, ficava abandonada e, nesse estado, vulnerável.

B. Partidos arquitetônicos adotados no projeto apresentado

Para fazer frente aos problemas apontados no Diagnóstico, a Emurb decidiu adotar os seguintes partidos arquitetônicos na elaboração do projeto apresentado:

1 Demolição de todo o conjunto construído acima do nível do estacionamento

Das diretrizes que orientaram o atual projeto de reforma da Roosevelt, a demolição é a única das que foram lançadas ainda em 1995 – quando o departamento estava sob a direção do arquiteto José Eduardo de Assis Lefèvre – que permanece até hoje;

2 Prioridade ao ajardinamento do espaço

Com a eliminação das estruturas de concreto no nível principal e da área pavimentada hoje existente, a praça será ajardinada com considerável ampliação da área verde pela implantação de jardineiras sobre a laje. Serão mantidas as floriculturas,

articuladas por um grande pergolado com área de estar dotada de bancos e floreiras. Play-ground, cachorrodromo, bicicletário e área com equipamentos de ginástica serão instalados no lado noroeste da praça, próximo às ruas da Consolação e Martinho Prado;

3 Entendimento da praça / acessibilidade

Instalar duas esplanadas de acesso para possibilitar a quem esteja na Rua da Consolação ou na Rua Augusta adentrar na praça sem dificuldade. Nos dois casos são necessárias escadarias e/ou rampas de acesso ao nível principal da praça;

4 Fechamento da abertura de ventilação ao túnel da Ligação Leste-Oeste e ao estacionamento, na face da praça voltada para a Rua Augusta.

A finalidade é de ampliar a área de acesso à praça e criar um espaço ao nível do estacionamento, sob a laje a ser construída, para abrigar a unidade da PM hoje instalada ao lado da GCM, na face da Rua da Consolação. Para vencer os 5 metros de altura ao nível principal da praça estão previstas escadarias e rampas de acesso;

5 Reforma do Estacionamento

para posterior licitação de sua exploração pela iniciativa privada;

6 Devolução ao uso público de espaço

apropriado pela Igreja da Consolação;

7 Construção de um novo edifício no nível principal da praça para abrigar um telecentro ou uma praça digital

O projeto prevê um prédio horizontal de dois andares, transparente e bem iluminado à noite, voltado para a Rua João Guimarães Rosa, em frente ao prédio da Justiça Federal;

8 Manutenção das bases da GCM e da PM existentes na praça, mas em novas construções no nível do estacionamento, não visíveis, nas faces voltadas para a Rua da Consolação (GCM) e Rua Augusta (PM), tendo esta última uma guarita na superfície.

C. Informações sobre o desenvolvimento das obras do projeto apresentado:

1 Demolição e obras

O entorno vai sofrer de algum modo, porque nem todo o transtorno poderá ser evitado. No entanto, o impacto poderá ser minimizado. Hoje há empresas melhor equipadas para a tarefa de demolição, que conseguem reduzi-la de 6 para 3 meses. Com isso deverá haver diminuição no número de caminhões circulando pela área para carregar entulho;

2 Termo de referência contemplando medidas para conter o impacto ambiental da demolição e das obras

Está em fase de finalização e deverá conter medidas de controle de poluição sonora e do ar, problemas de trânsito, descarte dos resíduos ou sua reutilização) está sendo finalizado;

3 Segurança, limpeza e orientação de trânsito

Hoje, como a Prefeitura está muito empenhada em qualidade na zeladoria urbana, a expectativa é de que a obra seja conduzida de modo a contemplar esse requisito;

4 Canteiro de obras

Parte será instalada em frente à Rua Gravataí, onde existe hoje um estacionamento, e outra parte próxima da área verde na entrada do estacionamento subterrâneo;

5 Duração da obra

São previstos 18 meses, embora, durante a exposição, tenha sido admitida a hipótese de serem necessários de 25 a 30 meses para a completa finalização e entrega da nova praça à cidade;

D. Orçamento das obras e assinatura do projeto

O orçamento da reforma está em fase final de elaboração, devendo girar, segundo a exposição feita, por volta dos R\$ 30 milhões. O projeto arquitetônico é assinado por Jayme Lago Mestieri e Carlos Roberto de Azevedo Arquitetos Associados e o projeto executivo foi desenvolvido pela Figueiredo Ferraz.

E. Ações para o entorno

As ações de Requalificação da Praça Roosevelt preveem uma segunda etapa de intervenções após o término das obras de remodelação da Praça, a saber:

E.1 Ações em desenvolvimento e estudos

Na Emurb encontram-se em desenvolvimento, ou em estudos, as seguintes ações:

1. **Recuperação do Teatro Cultura Artística** (pela própria mantenedora do TCA);
2. **Ocupação de um prédio** desapropriado pelo Governo do Estado na Praça Roosevelt para a implantação de uma escola de teatro em parceria com o Grupo Teatral Satyros;
3. **A possibilidade (ação particular) de uma ligação da Rua Avanhandava com a Rua Nestor Pestana**, passando em galeria

por dentro do Hotel Braston;

4. Construção da EMEI Patrícia Galvão em um prédio na Rua João Guimarães Rosa, em terreno junto ao Colégio Caetano de Campos, onde existe um edifício tombado pelo patrimônio histórico, mas em completa ruína;

5. Desenvolvimento de estudos das potencialidades da implantação de empreendimentos na área.

E.2 Ações em início de estudos

1. Desapropriação do imóvel lateral ao Instituto Clemente Ferreira, na Rua Guimarães Rosa, para demolição e abertura das visuais do edifício sede do Instituto e uma melhor articulação do mesmo com a nova Praça Roosevelt;

2. Desapropriação de térreo/lojas de alguns prédios situados no grande conjunto de edifícios na lateral da praça para abertura de Galerias de Comunicação para a Rua Nestor Pestana. As lojas indicadas para uma possível desapropriação são as que dão fundos para um grande terreno da Rua Nestor Pestana – loja e estacionamento da antiga Churrascaria Eduardo's (esta área está demarcada no Plano Regional da Subprefeitura da Sé como área passível de preempção);

3. Desenvolver estudos de ocupação para o terreno da antiga Churrascaria Eduardo's para possível praça com equipamento público ou edifício comercial;

4. Recuperação das calçadas do entorno da praça e das imediações – ruas Augusta, da Consolação e Nestor Pestana;

5. Recuperação do eixo da Rua da Consolação (arborização e melhorias) em frente à Praça Roosevelt e do trecho entre a Praça e a Avenida São Luiz;

6. Desenvolvimento dos estudos para a implantação de um eixo de ligação entre a Rua Augusta e a Avenida 9 de Julho na lateral do Viaduto do Café;

7. Recuperação do Viaduto Martinho Prado e implantação de um sistema de circulação vertical entre o mesmo e a Avenida 9 de Julho;

8. Melhorias no túnel (da Ligação Leste-Oeste) sob a Praça Roosevelt;

9. Melhorias no entorno da Rua Caio Prado e Gravataí;

10. Melhorias na Rua Teodoro Baima e no trecho inicial da Avenida Ipiranga esquina com a Rua da Consolação;

11. Desenvolvimento de estudos para a ocupação de um terreno na Avenida da Consolação (fundos do Edifício Copan) para possível implantação de edifício comercial e espaço público de ligação entre a Avenida da Consolação e rua particular do Copan.

F. Análises da Associação Viva o Centro

Sabedores do esforço da Emurb ao longo da última década e meia para encaminhar da melhor forma possível a tarefa da reurbanização da Roosevelt, tecemos algumas considerações como contribuição ao projeto, sem outra finalidade que o bem comum:

I Sobre a questão da gestão da praça: para os itens 4, 5 e 6 do Diagnóstico, que dizem respeito à gestão do espaço e a atividades que atraíssem público e tornassem a praça mais aprazível para a comunidade e visitantes, o projeto é omissivo. A Praça Roosevelt precisa de uma gestão específica e de garantia de manutenção permanente. Essa gestão cuidaria não só da programação das atividades na praça como gerenciaria a zeladoria do espaço para que ele se mantivesse limpo e seguro. O problema da Roosevelt vai além do desenho, é de gestão. Nenhuma praça central se mantém sem isso. As praças da Sé e República foram reformadas recentemente, gastou-se muito para reabilitá-las, no entanto, como não se elaborou um projeto de gestão para elas, sinais de degradação já são visíveis nas duas. O momento da decisão do programa que irá orientar o projeto é também o momento em que se deveriam contemplar as questões de uso do espaço e, a partir daí, as relativas à gestão da praça com seus reflexos no projeto físico final;

II Sobre os usos previstos: no projeto apresentado pela Emurb não identificamos nenhum ponto forte ou atrativo previsto para o nível principal da praça, somente os espaços ajardinados com floreiras e quiosques de floricultura. O espaço ajardinado por si só, pode não ser tão atraente. Ao nosso ver, poucos irão subir ao primeiro nível da praça só por alguns quiosques de floriculturas e/ou jardineiras. Não vimos vínculo maior com o entorno, onde existe uma alta concentração de prédios residenciais, o Colégio Caetano

de Campos de 2º grau, a Justiça Federal, equipamentos culturais como o Teatro dos Satyros, Parlapatões e Studio 184, galerias de arte, a proximidade com o Teatro Cultura Artística, que deve ser reconstruído, a ACM, o Teatro de Arena, a Justiça Estadual com seus desembargadores no antigo Hilton etc. Que tipo de uso uma Praça Roosevelt somente ajardinada com floreiras atrairia? Novamente, qual a força que o projeto tem para dialogar com a realidade do entorno? Se a vocação do lugar, além de residencial e educacional, tende à boemia e à produção cultural, por que não refletir sobre isso e buscar algo condizente e que promova a integração de todos esses equipamentos com o uso residencial? Principalmente, como tirar partido do estacionamento para incentivar um uso mais intenso da praça, ajudando na sua manutenção e na sua sustentabilidade financeira? A Praça Roosevelt tem uma área imensa e um potencial invejável de uso em função dos moradores do entorno, estudantes e pessoas que já buscam os equipamentos culturais ali instalados e de seu imenso estacionamento. É preciso tirar partido disso;

III Sobre os partidos arquitetônicos adotados no projeto apresentado: a quase totalidade dos partidos adotados apresenta inconveniências graves:

1) Demolições: quanto à remoção das estruturas de concreto anexas ao pentágono, estamos de pleno acordo; todavia consideramos extremamente preocupante a decisão de demolir o pentágono e no nível principal da praça manter quiosques de floriculturas articulados por um pergolado com uma área de estar que, por si só, não dariam nenhuma força ao programa.

2) Ajardinamento e paisagismo: o ajardinamento proposto, levando em conta a pequena profundidade possível de terra no nível principal da praça e sobre laje, permitiria apenas o plantio

de vegetação de forração ou de pequeno e médio portes, mas não foi apresentado o detalhamento do paisagismo;

3) Entendimento da praça / acessibilidade: para isso, o projeto prevê que nas duas entradas (Consolação e Augusta) sejam construídas escadarias e/ou rampas com inclinação suficiente para vencer a altura de 5 metros para se atingir o nível principal da praça. Na área lateral à Igreja da Consolação, do lado da Rua João Guimarães Rosa, o projeto prevê que toda a construção existente seja demolida para que o plano fique ao nível da Rua da Consolação. O projeto não elimina, contudo, o problema dos diferentes níveis existentes na praça, dada a configuração do espaço – parte assentada em solo e parte em solo criado (o túnel da Ligação Leste-Oeste);

4) Fechamento da abertura de ventilação: o custo será elevadíssimo para fechar esse vão, de aproximadamente 1.000m², com uma escadaria de concreto e, sob ela, reinstalar a sede da unidade da PM já presente na praça. E, mais grave, se eliminará o respiro natural hoje existente para o túnel da Ligação Leste-Oeste e para o estacionamento. O ganho de área que se teria com esse fechamento é substancialmente menor do que o que se perderá com a demolição do pentágono, com área de aproximadamente 4.800m², (anexos 1,2 e 3);

5) Estacionamento: quanto à recuperação, não há o que opor. No entanto, o encerramento de suas atividades no final de janeiro passado subtraiu ao Centro mais de 600 vagas para veículos, quando as milhares de vagas previstas pelo plano das garagens subterrâneas nem saiu do papel. Assim, o estacionamento da Roosevelt faz muita falta, precisando ser reaberto o mais rápido possível, o que, ao nosso ver, deveria ser estipulado no edital das obras. Preocupa-nos sobremaneira, a eliminação da área de acomodação para os veículos que vão utilizar o estacionamento. A fila para a entrada, antes acomodada entre a lateral da Igreja e a rampa de saída da ligação Leste-Oeste para a R. da Consolação foi deslocada para a rua lateral, com graves problemas para o trânsito e para os pedestres: eventual bloqueio da saída da ligação

Leste-Oeste; área de acomodação em plena rua, formação de um bloqueio do acesso dos moradores à praça (barreira de carros que irão estacionar); dificuldade de acesso/desembarque de quem vai à Igreja (onde ocorrem casamentos, concertos etc).

6) Devolução do espaço público apropriado pela Igreja: é preciso que se dê especial atenção à proteção do edifício da Igreja, que é tombado pelo patrimônio histórico, talvez se criando alguma separação entre ele e o espaço público. Bem como iluminando-o em profusão. É preciso atentar que a Igreja está praticamente envolvida em um pequeno bosque;

7) Construção de um prédio para abrigar um telecentro, no nível principal da praça: é contraditória a opção de instalar um telecentro no canto próximo ao acesso da Rua da Consolação ao túnel da Ligação Leste-Oeste, em prédio a ser construído paralelamente à Rua Guimarães Rosa. Se o partido adotado pelo projeto foi tirar construções da praça por obstruírem a visão de um lado para o outro do espaço público, a edificação de um novo prédio ali não tem o menor sentido. Além disso, há outras perguntas a responder: como o telecentro dialogará com o entorno? Haverá relacionamento com o perfil dos usuários e dos estabelecimentos de ensino já existentes na região? Será usado por qual público? Houve pesquisa de demanda para esse edifício e com essa função? O custo da construção é justificável para tal demanda? Finalmente, ele precisa ser construído na praça?

8) Construção de novas bases subterrâneas para a GCM e PM: consideramos um equívoco a construção de uma base para a GCM na lateral da Consolação ao nível do estacionamento, portanto enterrada, quando essa construção já existe na superfície e com visibilidade para inibir atos antissociais. Da mesma forma que não se justifica, na lateral da Rua Augusta, a construção de espaço, no nível do estacionamento, para a 3ª Cia. do 7º BPM, por novamente se estar propondo o enterramento de um aparato de policiamento, apesar da emergente guarita prevista. Se o diagnóstico apresentado apontou o loteamento da praça por

diversos órgãos públicos, no passado, o que a descaracterizou, por que esse programa foi mantido? Se foi um pedido da população, por que não um programa mais compacto do que o projetado a esses usos ou, melhor, instalar GCM e PM em edifícios próximos, desocupados? Os gastos poderiam ser amortecidos sem novas estruturas no subsolo.

IV Sobre o desenvolvimento das obras e o edital de licitação das mesmas: durante a exposição, diante de algumas dúvidas quanto à construção ou não do telecentro, foi dito que o edital contemplará o projeto executivo completo, mas que, depois da contratação das obras, haveria a possibilidade de cancelamento de alguns de seus itens. Em razão disso, indagamos: é possível, ou necessário, incluir no edital essa opção de cancelamentos parciais, mencionando os respectivos custos de cada elemento do conjunto? Sugerimos, ainda, que no edital constem cuidados com a gestão da obra e o seu planejamento para minimizar impactos ambientais aos residentes e às atividades comerciais, educacionais e culturais, tais como:

1. Detalhamento do cronograma da obra;
2. Especificações para a adequada instalação do canteiro de obras e da qualidade dos tapumes;
3. Detalhamento da logística (forma e horários das demolições, da remoção, transporte, descarte ou reuso de entulho, e carga e descarga de materiais);
4. Iluminação especial de toda a área do entorno da obra para melhorar a segurança;
5. Sinalização de trânsito para facilitar a circulação segura e confortável de pedestres e veículos, incluindo a sinalização de emergência em caso de contingências;

6. Segurança na forma de vigilância permanente da praça e policiamento ostensivo do seu entorno;

7. Intensificação da limpeza do entorno para evitar que o entulho retirado e outros materiais sejam a região;

8. Redução ao máximo possível do ruído e da poeira produzidos pela obra para diminuir os transtornos a moradores e usuários do entorno da praça;

9. Método de demolição: obrigatoriedade da utilização de modernos métodos e equipamentos de demolição silenciosa mencionados durante a exposição.

V Sobre as ações para o entorno: a respeito destas ações e intervenções, todas relativas ao entorno da praça, nada temos a comentar devido ao estágio preliminar dos estudos e à falta de dados para análise, exceto em relação a algumas que comentamos em nossas considerações finais a seguir.

G. Considerações finais

Nestas considerações finais retomamos e enfatizamos aspectos que consideramos especialmente importantes.

1 Gestão, usos e sustentabilidade da praça

A literatura especializada afirma que praça saudável é aquela onde convivem crianças, idosos, pessoas de diversas faixas etárias e classes sociais. O problema, como diz Jane Jacobs, é o vazio. A solução para a Roosevelt não está somente no desenho, mas em uma definição de uso que contemple atividades possíveis de se programar ao longo do tempo e de forma contínua, e na existência de um projeto de gestão condizente com os usos propostos. O problema também é de sustentabilidade financeira. É preciso prever meios de custear as despesas futuras com gestão e zeladoria, o que pode ser feito facilmente vinculando-se tais necessidades à exploração do estacionamento (mais de 600 vagas).

2 Atrativo especial

É preciso um atrativo especial na Roosevelt, e ele já existe: o pentágono. Hoje, o pentágono já marca e confere uma forte identidade à praça. A sua estrutura, por seu valor e engenho construtivo, é instigante e representativa de uma época e estilo arquitetônico. Desimpedido, iluminado e como único elemento no nível principal da praça, pode abrigar atividades interessantes e atraentes ao público, tanto de dia quanto à noite, tanto com sol quanto com chuva, qual uma grande marquise. Desde sua construção, o pentágono nunca foi claramente utilizado desta forma, seu pavimento inferior sempre foi tratado como edificação, mas não como uma área plena de lazer e estar. Os problemas de segurança existentes hoje no pentágono, principalmente no pavimento superior, não foram causados pela concepção de sua

forma, mas sim pelo abandono, desqualificação do restante da praça e falta de um plano de manutenção e de gestão constantes. Este processo ocorreu aos poucos, ao longo do tempo, como já reiterado anteriormente inclusive no diagnóstico da Emurb.

Pode ser difícil imaginar a recuperação do pentágono devido a sua condição atual mas, além de espaço de convivência, ele pode abrigar exposições, desfiles de moda, eventos e shows que atendam ao perfil dos usuários da praça, aí incluídos moradores, estudantes, artistas, público dos teatros, skatistas e grafiteiros. Livre de paredes, como agora, e das estruturas adjacentes a serem demolidas, o pentágono recuperado, com um projeto luminotécnico que o valorize e um piso de qualidade, poderá ser um espaço utilizado com intensidade pela população, inclusive pela facilidade proporcionada pelo grande estacionamento existente na praça. Sua demolição seria um grande desperdício econômico e cultural. A sustentabilidade recomenda se aproveitar, reciclar e dar novos usos às construções já existentes. Nossa sugestão em manter o pentágono vai além de conflitos de ideais arquitetônicos e históricos. É uma solução que precisa ser analisada com profundidade, sem se esbarrar em preconceitos. (anexos 2,3,4 e 5).

3 Estacionamento

É preciso tirar proveito de toda a potencialidade do grande estacionamento existente na praça para sua viabilização. Para isso é necessário dotá-lo de iluminação adequada, boa ventilação, pisos que facilitem a limpeza e manutenção, bem como prever 3 novos acessos para as pessoas que estacionam seus veículos na garagem (anexo 2). Tais acessos deveriam se localizar:

a) nas proximidades da confluência das ruas João Guimarães Rosa e Gravataí, para atender aos usuários de estabelecimentos

localizados nessas ruas e na rua Caio Prado e imediações (Escola Caetano de Campos, EMEI, Justiça Federal, Instituto Clemente Ferreira, entre outros);

b) nas proximidades da confluência com a rua Nestor Pestana (para os frequentadores de teatros, Associação Cristã de Moços - ACM, Catedral Luterana de São Paulo, restaurantes etc); e, principalmente,

c) no nível principal da praça, com elevador, inclusive para atender portadores de necessidades especiais.

Enfatizamos ainda a necessidade de se manter a entrada de veículos e respectiva área de acomodação, atualmente instalada na lateral entre a Igreja e a rampa de saída da ligação Leste-Oeste, pelos motivos já mencionados anteriormente (anexo 2).

É preciso também vincular a exploração do estacionamento ao custeio da gestão e zeladoria da praça, para garantir a sustentabilidade, permanência e qualidade desses serviços, como já foi comentado anteriormente.

4 Circulação viária e integração com a região da Av. Ipiranga

No tocante à circulação viária temos três sugestões: 1) abertura da Rua João Guimarães Rosa ao tráfego procedente da Rua da Consolação com mão única tendo como destino a Rua Augusta; 2) manter sentido único do tráfego na Rua Gravataí, da Rua Caio Prado para a Rua João Guimarães Rosa; 3) revisão do sistema viário em frente da Igreja da Consolação, hoje transformado em verdadeiro sistema rodoviário com a instalação de defensas Jersey, de modo a criar uma integração com a Avenida Ipiranga (edifícios Copan, antigo Hilton etc), ruas Teodoro Baima e Rego Freitas e entorno (anexo 1).

5 Execução das obras

A forma e o prazo, o mais curto possível, para a obra ser realizada são de fundamental importância para o entorno da praça.

Se a obra não for conduzida dentro de rigorosos padrões de planejamento, qualidade e respeito às atividades existentes no entorno, provocará dano irreparável ao processo de revitalização que hoje já se observa principalmente na face onde se localizam os teatros e prédios residenciais.

Para minimizar o impacto das obras na vizinhança, que reúne quase 13 mil pessoas gravitando nas imediações da praça diariamente, é fundamental a existência de um detalhado projeto de execução das obras, destinado a estabelecer os processos a serem empregados, os cronogramas a serem seguidos e as medidas compensatórias a serem adotadas para minimizar os efeitos negativos das obras no entorno e no meio urbano em geral.

Esse projeto deve estimar a quantidade de resíduos gerados e definir um esquema para sua remoção e descarte. Também deve considerar o impacto que a obra produzirá na circulação de veículos e de pedestres. E responder o que será feito para reter a poeira gerada e, quanto à poluição sonora, com que sistema e em que horários será executada a demolição das estruturas de concreto, já que existem no local, além de milhares de moradores, uma escola, escritórios e teatros. Medidas compensatórias deverão ser adotadas. Diante de uma intervenção desse porte, o fato é que o meio urbano exige, tanto quanto a natureza, cuidados ambientais e humanos extremos.

6 Intervenções no entorno simultâneas às obras

Por fim, é preciso considerar que em relação ao entorno mais próximo algumas intervenções, previstas pela Emurb para serem realizadas numa segunda fase, deveriam ocorrer

simultaneamente às obras da praça para potencializar o conjunto:

a) desapropriação de áreas adjacentes ao Teatro Cultura Artística (TCA), para integrá-lo ao contexto da praça, viabilizando inclusive uma saída de usuários do estacionamento junto ao TCA (anexos 1 e 2);

b) construção do prédio para a EMEI na Rua João Guimarães Rosa, por ser a medida coerente com a proposta geral do projeto de eliminar edificações do plano principal da praça e proporcionar melhores instalações às crianças e ao corpo docente da escola;

c) integração visual do Instituto Clemente Ferreira, com a desapropriação e demolição da edificação existente no local (anexos 1 e 2);

d) transformação da Rua Gravataí, onde já existem alguns equipamentos educacionais, num bulevar ligando a praça à grande área verde do Des Oiseaux, que deverá ser aberta ao público em futuro próximo, integrando essas áreas (anexo 2);

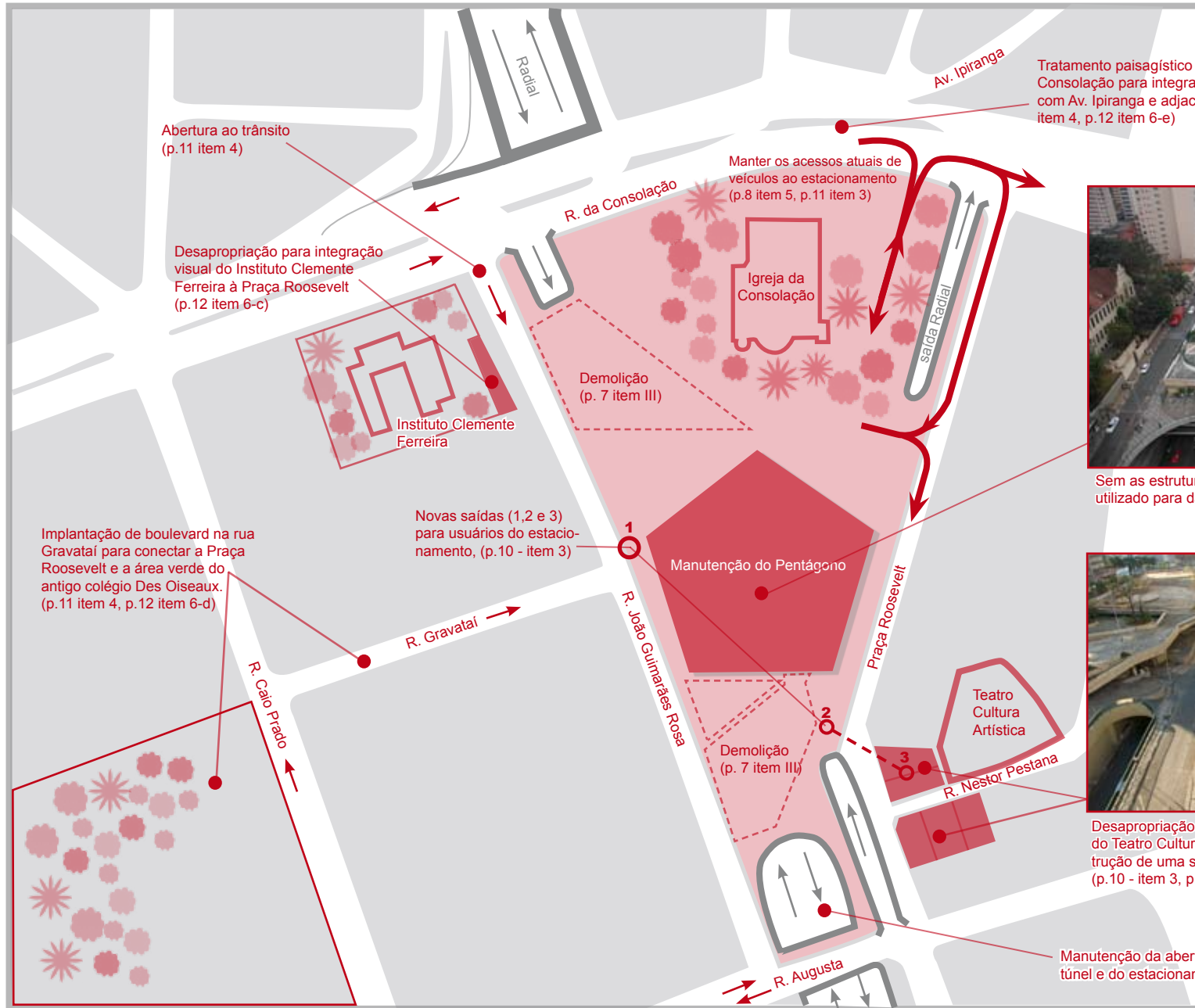
e) revisão dos sistemas viário e paisagístico, sobretudo na frente da Igreja da Consolação, onde recentemente a SPTrans, para implantar corredor de ônibus, construiu barreiras do tipo Jersey, para integrar a Praça Roosevelt à região do Copan, ex-Hilton, ruas Rego Freitas e Teodoro Baima e final da Avenida Ipiranga (anexo 2).

Anexos



Fonte: Sempia -1997.





Fabio Matos

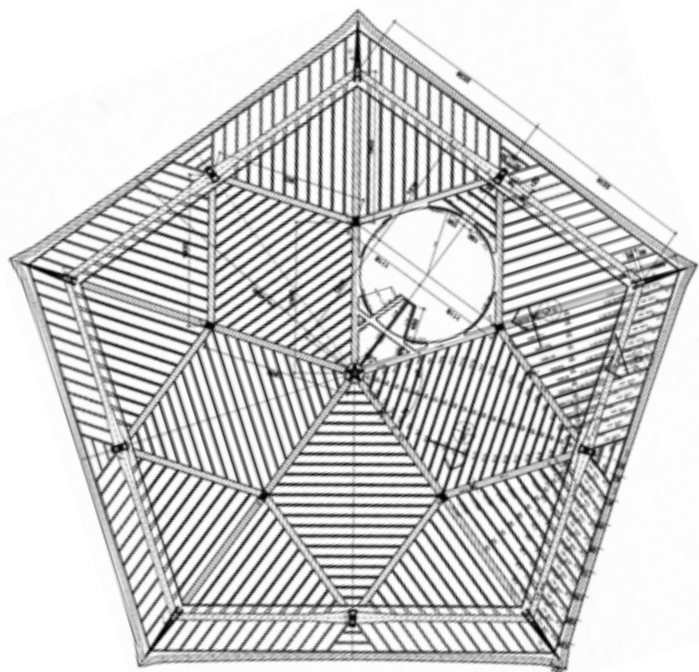
Sem as estruturas adjacentes, o pentágono poderia ser utilizado para dar um uso forte à praça (p.10 item 2).



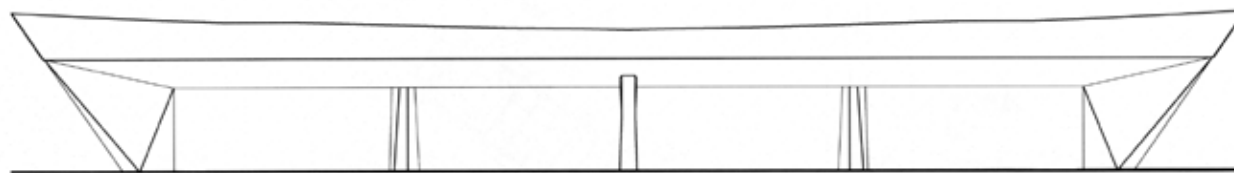
Dayan de Castro

Desapropriação dos imóveis assinalados para integração do Teatro Cultura Artística ao complexo da praça e construção de uma saída para usuários do estacionamento (p.10 - item 3, p.12 item 6-a)

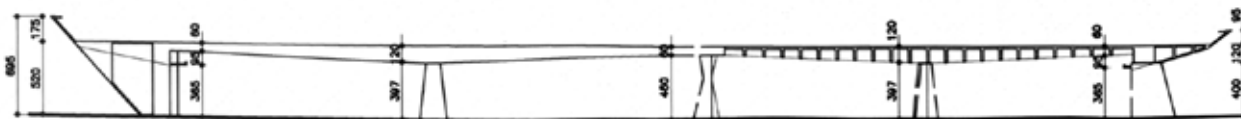




Planta Estrutural*
(Estrutura visível por baixo)



Elevação*



Corte*

* Desenhos retirados do Projeto de Demolição fornecido pela Emurb / Figueiredo Ferraz



Dayan de Castro

Vista sob o pentágono, 2009.



EMURB

Vista do pentágono. A demolição das estruturas anexas ao fundo, desbloqueará a visão dos extremos da praça.



Simulação com o objetivo de ilustrar possíveis usos do pentágono, recuperado e requalificado.



Dayan de Castro

O pentágono, março de 2009.



Cena hipotética para utilização do Pentágono: um "bistrô da música" que pode ser frequentado tanto por moradores quanto por frequentadores dos teatros próximos. Colunas utilizadas para exposição de grafites; *skatistas* ganham espaço para lazer. Outras possibilidades: exposições, performances e eventos turísticos, como pequenas feiras temáticas



Simulação com o objetivo de ilustrar possíveis usos do pentágono, recuperado e requalificado.



Dayan de Castro

O pentágono, hoje.



Cena hipotética para utilização do Pentágono: colunas utilizadas para exposição de grafites; *skatistas* ganham espaço para lazer e fixação de mesas para jogos ou equipamentos que não obstruam a visão. Outras possibilidades: exposições, performances e eventos turísticos, como pequenas feiras temáticas.



Editora
Ana Maria Cicaccio

Revisão Técnica e Material de Referência
Departamento Técnico - Tatiane Schilaro Santa Rosa
Lígia Ferreira Granja da Luz

Projeto Gráfico
Raquel de Aguiar Cardoso

Fotos
Dayan de Castro
Fabio Mattos

Fontes
EMURB
SEMPLA

Associação Viva o Centro

R. Líbero Badaró, 425 - 4º andar
PABX: 3556-8999 - Fax: 3556-8980
www.vivaocentro.org.br

março, 2009